

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Pedro Soares Fraiha

**Medida de Aceitação da Corrupção: evidências de validade e
confiabilidade do indicador.**

BELO HORIZONTE
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Medida de Aceitação da Corrupção: evidências de validade e confiabilidade do indicador.

Pedro Soares Fraiha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Helcimara de Souza Telles
Co-Orientador: Prof. Dr. Alejandro Moreno

BELO HORIZONTE
2016

320	Fraiha, Pedro Soares
F812m	Medida de aceitação da corrupção [manuscrito] :
2016	evidências de validade e confiabilidade do indicador / Pedro Soares Fraiha. - 2016.
	115 f. : il.
	Orientador: Helcimara de Souza Telles.
	Coorientador: Alejandro Moreno.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia
	1.Ciência política – Teses. 2.Opinião pública - Teses. 3.Cultura política. – Teses. I. Telles, Helcimara de Souza . II. Moreno, Alejandro. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA



FOLHA DE APROVAÇÃO

"Indicadores de Tolerância à Corrupção: Validade e Confiabilidade"

PEDRO SOARES FRAIHA

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA, como requisito para obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, área de concentração INSTITUIÇÕES, COMPORTAMENTO POLÍTICO E POLÍTICAS PÚBLICAS, linha de pesquisa Comportamento Político.

Aprovada em 25 de julho de 2016, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Helcimara de Souza Telles - Orientador
Universidade Federal de Minas Gerais

Prof(a). Bruno Pinheiro Wanderley Reis
DCP/UFMG

Prof(a). Pedro Santos Múndin
Universidade Federal de Goiás

Prof(a). Alejandro Moreno
Instituto Tecnológico Autónomo de México;

Belo Horizonte, 14 de outubro de 2016.

Agradecimentos

O trabalho não poderia ser concluído sem a dedicação da professora Helcimara Telles ao grupo Opinião Pública e aos projetos desenvolvidos entre 2012 e 2015. Agradeço à professora e aos colegas do grupo que participaram do desenvolvimento desta dissertação.

Agradeço aos professores do departamento de Ciência Política da UFMG pela dedicação ao ensino e orientação durante o curso de mestrado.

Agradeço também aos amigos e colegas do departamento que participaram direta ou indiretamente deste trabalho ao oferecer cumplicidade, tolerância e tempo.

Alessandro Magno da Silva foi fundamental pela amizade e pelo brilhante papel que desempenha no departamento.

Alejandro Moreno, para além da coorientação, é sem dúvida um referencial, sinto profunda gratidão pelo acolhimento e ensino.

Aos professores Pedro Santos Mundin e Bruno Reis, agradeço pelas valiosas observações.

Por fim, agradeço à minha família, pelo apoio e amor incondicional durante este tempo.

Resumo

A necessidade de se descrever e estabelecer relações de causa e efeito da aceitação da corrupção motivou pesquisadores ao exercício de atribuir operacionalidade ao conceito. A medida de Aceitação de práticas corruptas é frequentemente mobilizada em trabalhos que inferem sobre causa e efeitos da dimensão da tolerância ao fenômeno mais amplo da corrupção. Quatro itens de respostas são a base do constructo “Aceitação” e pretendem medir o grau em que o entrevistado considera justificável praticar atos como “sonegar impostos”, “evitar tarifa de transporte público”, “aceitar propina” e “receber benefícios do governo sem ter direito a eles”. Ao considerar que constructos que pretendem medir atitudes e valores estão sujeitos a erros de mensuração, este trabalho segue o referencial metodológico de Adcock e Collier (2001) e Carmines e Zaller (1979) e busca evidências de validade e confiabilidade da medida de aceitação da corrupção. Em consonância com os achados de Catterberg et al (2013), argumenta-se que a tentativa em mensurar a dimensão da aceitação pode incorrer em vieses causados pelo fator de desejabilidade social e o próprio conceito de corrupção, além de erros aleatórios causados por problemas de “não-atitude” e “não-resposta”. As fontes de erro de mensuração emergem através do pano de fundo da cultura política, da dinâmica da opinião pública e no momento da coleta de informações pela metodologia survey. Os resultados sugerem que, apesar da medida poder captar o conceito subjacente que se pretende medir e se diferenciar de outros constructos de outras dimensões do fenômeno da corrupção, existem evidências de que a variável latente não possui consistência interna significativa e a capacidade dos indicadores observáveis em refletir a dimensão subjacente varia significativamente ao longo do tempo.

Abstract

The need to describe and establish relations of cause and effect of acceptance of corruption motivated researchers operationalize the concept. Measures of corrupt practices acceptance are often deployed in works that infers about cause and effect of the size of tolerance to the broader phenomenon of corruption. Four items of responses are the basis of the construct "Acceptance" and intended to measure the degree to which the respondent considers justifiable to practice acts as "tax evasion", "avoid public transportation tariff", "taking bribes" and "receiving government benefits without have direct them." Considering that constructs that claim to measure attitudes and values are subject to measurement errors, this work follows the methodological framework of Adcock and Collier (2001) and Carmines and Zaller (1979) and seeks evidence of validity and reliability of acceptance of corruption measure. In line with the findings of Catterberg et al (2013), this work argue that the attempt to measure the extent of acceptance may prevent bias caused by social desirability factor and the concept of corruption, as well as random errors caused by problems "non-action" and "non-response". The measurement error sources emerge through the background of the political culture, the dynamics of public opinion and at the time of collecting information for the survey methodology. The results suggest that despite the measure could grasp the underlying concept to be measured and differentiate from other constructs of other dimensions of the phenomenon of corruption, there is evidence that the latent variable has no significant internal consistency and the ability of observable indicators reflect the underlying dimension varies significantly over time.

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Taxa de “não-resposta” para rodadas da Argentina.....	66
Gráfico 2. Taxa de “não-resposta” para rodadas do México.....	66
Gráfico 3. Taxa de “não-resposta” para rodadas do Chile.....	66
Gráfico 4. Relação entre médias de “Aceitação da Corrupção” e faixa etária.....	59
Gráfico 5. Taxa de “não-respostas” para o cenário 1.....	61
Gráfico 6. Taxa de “não-respostas” para o cenário 2.....	61
Gráfico 7. Fatores subjacentes de indicadores divergentes.....	80
Gráfico 8. Fatores subjacentes de indicadores convergentes.....	85
Gráfico 9. Variância explicada dos fatores subjacentes (AFE).....	95
Gráfico 10. Coeficiente alpha dos indicadores observáveis (alpha de cronbach).....	95
Gráfico 11. Aceitação da corrupção por macrorregiões.....	96
Gráfico 12. Margem de probabilidades para “Lê notícias nos jornais e revistas”	98

Lista de figuras

Figura 1 Medida de aceitação da corrupção de 4 itens observáveis.....	10
Figura 2. Validação de medidas em função de conceitos.....	50
Figura 3. Modelo de Tourangeu et al (2000) e indicadores observáveis.....	54
Figura 4. Modelo de equações estruturais.....	90

Lista de tabelas

Tabela 1 Taxa de não resposta de indicadores observáveis para as rodadas do Brasil..	55
Tabela 3. Indicadores de aceitação Lapop 2006 e WVS 2006.....	64
Tabela 4. Conceitos mobilizados na literatura.....	77
Tabela 5. Descrição dos indicadores observáveis divergentes.....	79
Tabela 6. Análise fatorial de indicadores divergentes.....	82
Tabela 7. Coeficiente alpha de Cronbach para indicadores convergentes.....	83
Tabela 8. Descrição dos Indicadores observáveis convergentes.....	84
Tabela 9. Análise fatorial exploratória indicadores convergentes.....	85
Tabela 10. Alpha de Cronbach para indicadores convergentes.....	86
Tabela 11. Indicadores de associação à medida de Aceitação da Corrupção.....	88
Tabela 12. AFE dos indicadores de aceitação da corrupção – WVS 2006 e 2014.....	90
Tabela 13. Alpha de cronbach dos indicadores de aceitação da corrupção – WVS 2006 e 2014.....	91
Tabela 14. AFE e alpha de cronbach para Argentina, Brasil, Chile, México.....	93

Lista de siglas

WVS World Value Surveys

LAPOP Latin American Public Opinion Project

AFE Análise fatorial exploratória

AFC Análise fatorial confirmatória

SEM Estrutural equation modelling

SRMR Standardized Root Mean Square Residual

CFI Comparative Fit Index

TLI Tucker-Lewis Index)

AVE Average Variance Extracted

CR Composite Reliability

Sumário

Introdução	13
Capítulo 1: Referenciais	19
1.1 Emergência de erros na de coleta dos dados	24
1.1.1 Desejabilidade Social	25
1.1.2 Não-atitude	30
1.1.3 Não-resposta	31
1.1.4 Escalas enviesadas	31
1.2 A opinião pública, dinâmica e efeitos	33
1.3 A cultura política, a corrupção e a dimensão da aceitação	40
1.4 Achados e operacionalização da “aceitação a corrupção” na literatura	47
Capítulo 2: Validade, Confiabilidade e especificidade contextual	52
2.1 Validade	53
2.2 Confiabilidade	56
2.3 Especificidade Contextual	56
Capítulo 3: Busca por evidências	57
2.4 Problematização e análise descritiva	57
3.1 Metodologia	69
3.2 Evidências de validade	76
3.2.1 Validação de conteúdo	77
3.2.2 Validade discriminante	82
3.2.3 Validação convergente	86
3.2.4 Validação nomológica	89
3.3 Evidências de confiabilidade	93
3.4 Evidências de especificidade contextual	99
Conclusões: Achados	103
Referencias Bibliográficas	106
Anexo	111

Introdução

“– Senhora, aonde você trabalha? – Questiona a repórter.

- Por enquanto estou sem trabalho – responde.

- E porque a senhora vem à Assembleia? – Pergunta a repórter se referindo aos três dias consecutivos em que a servidora pública, no caso a “senhora”, se dirigia ao seu local de trabalho na assembleia legislativa, “batia o ponto” e ia embora.

- Vim à Assembleia para participar de uma reunião.

- Nós já filmamos a senhora, pelo terceiro dia consecutivo a senhora vem até a Assembleia bate o ponto e sai.

- Não! Eu nunca fiz isso!

- Fez sim senhora, nós gravamos a senhora... Senhora! Senhora, volta aqui senhora! – Inicia-se a perseguição.

“Senhora, volta aqui” se tornou um “viral” nos canais de comunicação do Brasil durante o ano de 2015. Ainda que cômico, é trágico e desnuda a face de um comportamento pouco surpreendente: a corrupção no cotidiano do cidadão comum. Para o senso comum, algo “natural” à conduta do brasileiro.

Diversos trabalhos demonstram que este não é um comportamento naturalizado, tampouco exclusivo da população brasileira (FILGUEIRAS, 2008). Como objeto de pesquisa da ciência política, a extensa literatura persegue conhecimento sistemático de relações de causa e efeito das práticas corruptas em diversos contextos político-sociais. Grande parte das pesquisas atuais (LAMBSDORFF 2006; MAURO, 2002; TREISMAN, 2007; JAIN, 2001; KAUFMANN, 1997; KLITGAARD, 1991) canalizam esforços para entender os impactos das práticas corruptas nos indicadores de crescimento econômico, desenvolvimento social e, em menor medida, na confiança institucional, estabilidade e legitimidade política (HUSTED, 1999; SELIGSON, 2002; JOHNSTON 2005; WARREN 2004;).

Quando o fenômeno é debatido no âmbito do dia a dia dos cidadãos, pesquisas frequentemente mobilizam a dimensão da “tolerância” ou “aceitação” da corrupção (MORENO 2002; CATTERBERG E MORENO 2005; MELGAR E ROSSI, 2012; JAIN E PANDEY, 2014; LAVENA, 2013; TELLES et al 2013, TELLES et al 2013B). Em outras palavras, pesquisadores procuram entender porque a população julga justificável ou aceitável a

prática de ações cotidianas consideradas corruptas, por exemplo, receber benefícios do governo sem ter direito a eles, sonegar impostos ou oferecer propina.

A necessidade de se descrever e estabelecer relações de causa e efeito da aceitação da corrupção motivou pesquisadores ao exercício de atribuir operacionalidade ao conceito. Logo, um dos principais desafios neste campo de pesquisa é justamente mensurar o nível de aceitação às práticas de corrupção.

Como captar de forma clara a “aceitação” ou “tolerância” de um indivíduo em relação às práticas corruptas? Se o fizermos através de surveys ou entrevistas, é possível ter um indicador que expresse significativamente a verdadeira medida de aceitação?¹

Assim como fez a “senhora”, é possível que entrevistados considerem inaceitáveis algumas ações cotidianas tidas como corruptas e, portanto, deem respostas do tipo “não, eu nunca faria isso”. Deste modo, saberíamos que o indivíduo não tolera a prática ao nível do discurso, mas não podemos afirmar se a opinião condiz com a atitude prática. Portanto, quando a aceitação de práticas corruptas é mensurada a partir de opiniões individuais, deve-se considerar os possíveis vieses que afetam as respostas dos entrevistados. A exigência de coerência e consistência de indicadores são critérios de validade e confiabilidade.

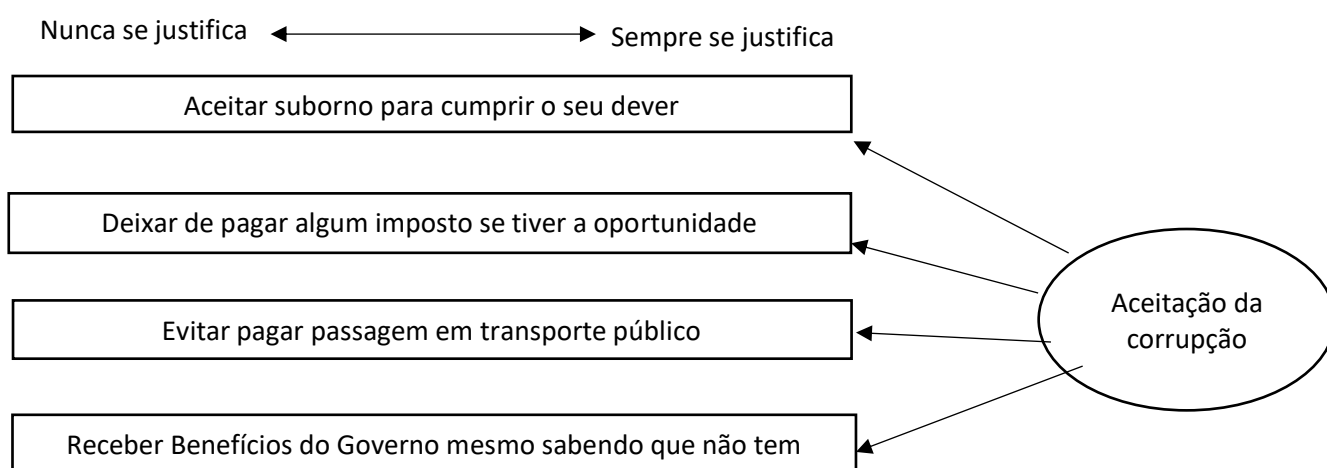
Dado que erros são uma grande ameaça à mensuração, Adcock e Collier (2001) argumentam que pesquisadores deveriam considerar a validade e confiabilidade de suas medidas tão importante quanto suas hipóteses causais. Este trabalho busca evidências de validade e confiabilidade de um indicador frequentemente mobilizado pela literatura sobre a aceitação da corrupção no âmbito do cotidiano: o indicador de tolerância ou aceitação da corrupção (MORENO 2002; CATTERBERG E MORENO 2005; MELGAR E ROSSI, 2012; JAIN E PANDEY, 2014; LAVENA, 2013; CANACHE 2002; CANACHE AND ALLISON 2005; USLANER 2007; YOU AND KHAGRAM, 2005)

¹Experimentos nesta área tem demonstrado bom desempenho em descrever e explicar trajetórias causais (Armantier Boly, 2008; Frank and Schulze, 2000; and Abbink, Irlenbusch, and Renner, 2002). Mas grande parte da literatura sustenta inferências a partir de dados coletados em surveys.

A medida em questão é baseada em quatro itens de resposta os quais questionam o entrevistado se práticas cotidianas de quebra de normas sociais podem ser consideradas justificáveis ou não. A escala de resposta varia de 1 a 10, sendo 1 “nunca justificável” e 10 “sempre justificável”.

Assim, o constructo² “Tolerância à Corrupção” é uma variável latente baseada em 4 indicadores observáveis e reflexivos³.

Figura 1. Medida de aceitação da corrupção de 4 itens observáveis



Fonte: elaboração própria

A partir dos achados de Catterberg et al (2013) das constatações de Johnston (2001) e dos trabalhos pioneiros de Peters e Welchs (1978), argumenta-se aqui que a tentativa de mensurar o constructo da aceitação da corrupção através dos quatro indicadores observáveis apresentados acima pode implicar em erros de mensuração. Erros de mensuração, quando sistemáticos, podem distorcer resultados e, se aleatórios, podem gerar inconsistência.

A construção da medida está sujeita às dificuldades inerentes às técnicas de coleta de dados por entrevistas face a face. Converse (1964) e Zaller (1992) reforçam

² Ou variável latente é um conceito que pode ser definido em termos teóricos mas não pode ser diretamente medido, logo, utiliza-se indicadores observáveis para medir o constructo de forma indireta (Hair et al, 2005).

³ Define-se como indicador reflexivo a partir dos quatro critérios de Jarvis et al (2003): direção de causalidade, intercambialidade dos indicadores observáveis, covariação entre os indicadores, rede nomológica dos indicadores.

que indicadores podem perder consistência quando a coleta de dados é feita através de pesquisas do tipo survey, dado a emergência de erros aleatórios. Quanto a operacionalização do conteúdo, Peters e Welchs (1978) comprovam que o conceito que indivíduos tem sobre a prática da corrupção varia ao longo do tempo e entre contextos diferentes. Na mesma direção, Johnston (2001) sustenta que existem impedimentos à análise comparada do fenômeno da corrupção e que a tentativa de mensuração tende a focar determinados aspectos em detrimento de outros. Por fim, Catterberg et al (2013) argumentam que respostas de entrevistados sobre a justificação de práticas que rompem com normas sociais podem carregar um forte viés de desejo social a depender do contexto, e que o conceito que a população possui sobre o tema da pergunta pode não ser o mesmo que as medidas pretendem captar.

Parte-se do argumento que as possíveis fontes de erros da medida de aceitação da corrupção podem ser entendidas pela relação entre a metodologia de coleta dos dados, da dinâmica da opinião pública e aspectos próprios do fenômeno da corrupção atrelados à cultura política de uma sociedade. Mais especificamente, as três dimensões – e a relação entre elas - seriam matrizes dos seguintes erros: o viés de desejabilidade social por parte dos entrevistados em relação ao tema; problemas de “não-atitude”; “não-respostas”; e possíveis distorções na escala de pontuação.

A qualidade da mensuração da aceitação da corrupção envolve então critérios de validade, confiabilidade e especificidade contextual, os quais enquadram basicamente os dois tipos de erro: sistemáticos e aleatórios. Este trabalho deve se basear nas abordagens de Carmines e Zeller (1979) e Adcock e Collier (2001) para analisar a coerência e consistência do indicador de aceitação da corrupção. Os autores sugerem uma análise orientada a buscar evidências de validação, confiabilidade e especificidade contextual.

Pretende-se, avaliar a consistência da medida de aceitação da corrupção, se ela é capaz de captar significativamente o que se pretende medir, se é consistente e se pode

transitar com segurança por contextos diferentes⁴, como proposto na maioria das pesquisas *cross-country*. Assim, a pergunta central deste trabalho é:

Existem evidências de sensibilidade contextual, validade e confiabilidade da medida de aceitação da corrupção?

Seguindo as recomendações de Carmines e Zaller (1979) e Adcock e Collier (2001) apresenta-se hipóteses relativas a capacidade da medida em apresentar evidências de validação de conteúdo, validade convergente, discriminante e nomológica, além de indicações de sensibilidade contextual e consistência dos indicadores observáveis.

Para tentar alcançar os propósitos acima, utiliza-se dados das rodadas de pesquisas do World Value Survey (WVS) e do Barômetro das Américas (LAPOP). Para o caso brasileiro. Ademais, devido a limitações da base de dados do caso brasileiro, a análise de confiabilidade será realizada considerando o desempenho da medida em outros três países latino-americanos: Argentina, Chile e México.

De antemão, assume-se que a análise de validade e confiabilidade da medida de Aceitação é limitada. A situação ideal para confirmar inferências descritivas de consistência e coerência do indicador seria aquela em que todas as variáveis e observações mobilizadas na análise fizessem parte de uma mesma rodada de coleta de dados e que tivéssemos mais rodadas para o caso brasileiro. Alguns critérios de validade, como, validade discriminante e validade convergente só podem ser analisadas a partir de um dos indicadores observáveis do constructo. Dado a inexistência de dados e não ser possível comparar a rodada de 1999 para o caso do Brasil, para a análise de confiabilidade recorre-se à série de rodadas no México, Chile e Argentina. E ainda, para avaliar a evidências de especificidade contextual recorre-se ao indicador alternativo da base de dados do Barômetro das Américas de 2008.

⁴ Todos os possíveis problemas citados que envolvem a abordagem do tema da aceitação da corrupção, não são questões de validade externa, ou seja, relacionada à inferência causal, antes, são problemas referentes à mensuração e operacionalização do conceito de aceitação.

As hipóteses levantadas serão avaliadas conforme o desempenho da medida em testes de que envolvem análise fatorial exploratória e confirmatória, o coeficiente de alpha de Crombach e modelos de equações estruturais.

Antes, o esforço de levantar evidências de validade e confiabilidade da medida de aceitação da corrupção passa por um processo de análise do referencial teórico conceitual do fenômeno mais amplo da corrupção bem como da dimensão da aceitação.

Parte da persistência de longas controversas quanto à natureza, intensidade e direção das relações entre práticas corruptas e fatores de causa ou efeito se justifica pelo fato de que o foco de análise dos estudos sobre corrupção apresenta variações quanto a abordagens teórico-conceituais, multidimensionalidade e especificidades contextuais. Por conseguinte, forma-se ainda uma gama diversa de referenciais empíricos e tentativas de mensuração do fenômeno.

Assim, perspectivas analíticas diferentes implicam em substâncias diferentes, conceitos e indicadores distintos, variadas consequências e propostas de normatização contra a corrupção (FILGUEIRAS 2008). Portanto, o estudo do tema carece de um exercício de avaliação das perspectivas teóricas como também do instrumental analítico.

O trabalho divide-se em 3 capítulos. O primeiro detalha o argumento central, a seguir, apresenta-se referenciais teóricos e conceituais, referencia-se dimensões do fenômeno da “aceitação” à dinâmica da opinião pública, resgata-se as matrizes teórico-conceituais do fenômeno da corrupção e apresenta-se os achados e a mobilização da medida de “Aceitação da Corrupção” na literatura.

O segundo capítulo discorre sobre o referencial metodológico da validade, confiabilidade e especificidade contextual, logo adiante, analisa-se as possíveis fontes de erro de mensuração e as problematiza à medida de Aceitação da Corrupção.

O terceiro e último capítulo é reservado à busca de evidências de validação e confiabilidade da medida. Apresenta-se a metodologia de análise, e parte-se para o teste das hipóteses.

Capítulo 1: Referenciais teóricos-conceituais da análise

Alguns dos principais achados na literatura, os quais discutem dificuldades e obstáculos à tentativa de mensurar dimensões do fenômeno da corrupção, estão entre os textos pioneiros de Peters e Welchs (1978), das constatações de Johnston (2001) e dos recentes achados de Catterberg et al (2013).

A limitação mais evidente à mensuração é a própria diversidade conceitual que envolve a definição de práticas corruptas. Trabalhos precursores de Peters e Welchs (1978) evidenciaram diferenças claras na forma como um determinado ato é julgado pelas pessoas. Em contextos diferentes - no caso do estudo: EUA, Canadá e Austrália - atitudes que poderiam ser enquadradas legalmente como crimes de corrupção, não foram consideradas atos corruptos por grande parte da população. Os autores aplicaram questionários que indagavam aos entrevistados sua avaliação sobre determinado ato ser uma prática corrupta ou não. Foram encontradas claras diferenças entre aquilo que norte-americanos, canadenses e australianos avaliam como sendo corrupto. As diferenças entre contextos são tão claras quanto a distância que existe entre a norma (lei) e a possível conduta dos entrevistados.

A metodologia dos trabalhos de Peters e Welchs (1978) fora replicada nas três décadas seguintes, além de confirmar as diferenças entre contextos os trabalhos procedentes ainda verificaram variações ao longo do tempo.

Sobre a diferença entre normas e avaliação do cidadão, Bruno Speck argumenta que a antinomia pode ser um ponto de partida para explicar a probabilidade dos indivíduos em cometerem atos de corrupção.

“Somente se a norma está apoiada no reconhecimento social será ela obedecida. Caso contrário, haverá uma propensão a se infringir a lei.”
(Speck 2001)

Já o trabalho de Michael Johnston, apresentado no Congresso Mundial International Political Science Association (IPSA) em 2001, demonstrou impedimentos

à pesquisa comparada da corrupção. Segundo o autor, a orientação dos estudos políticos e econômicos sobre a corrupção implicaram na necessidade de instrumentalizar e formalizar uma medida da percepção de como o fenômeno atinge a sociedade. Esse tipo de iniciativa, conforme Johnston (2001), enfatiza políticas de controle e combate ao fenômeno padrões, pouco adequadas às particularidades de regiões e contextos distintos.

Apesar do foco da análise de Johnston (2001) recair especialmente sobre o uso do indicador de Percepção da Corrupção, as considerações do autor envolvem as demais dimensões do fenômeno, como a aceitação ou tolerância. Na medida em que não se considera a complexidade da corrupção como fenômeno social político e econômico, a tentativa de mensuração tende a enfocar determinados aspectos em detrimento de outros.

Por fim, Catterberg et al (2013) fazem uma crítica às respostas que baseiam os indicadores de aceitação da corrupção e argumentam que as mesmas são influenciadas tanto pelo conceito de corrupção que indivíduos possuem como pelo desejo social em relação ao tema que permeia uma sociedade, identificado como desejabilidade social.

De maneira geral, o fator de desejabilidade social é a tendência dos entrevistados em responderem perguntas de uma forma que seja socialmente bem vista, que evite constrangimentos. Por efeito, os indivíduos tendem a passar uma boa impressão que se importam com o que os outros pensam sobre eles (BERINSKY, 2002).

Segundo os autores, tanto desejabilidade social quanto o conceito de corrupção pelo entrevistado estariam relacionados. Caso as pessoas considerem as práticas como corruptas é possível que o efeito do desejo social seja maior, uma vez que o tema da corrupção tenha um forte apelo moral naquele contexto. Do mesmo modo, o desejo social com relação ao tema da corrupção pode potencializar o discurso de que as práticas são corruptas.

Os achados de Catterberg et al (2013) são centrais a consecução deste trabalho, pois indicam possíveis problemas de validade e confiabilidade das medidas de aceitação da corrupção. Os conceitos mobilizados podem não ser adequadamente refletidos nos

scores dos indicadores; podem existir vieses de deseabilidade social que comprometam inferências descritivas; as variáveis observáveis que formam o constructo “aceitação da corrupção” podem não ser consistentes entre si e, por fim, a medida pode não transitar por contextos diferentes.

Argumenta-se neste trabalho que a dificuldade em captar a medida de aceitação, em vista dos possíveis erros mencionados acima, está associada à aspectos próprios do fenômeno, relacionados a dimensões da cultura política (valores compartilhados) da dinâmica da opinião pública (o “clima de opinião” que envolve o tema da corrupção) e da metodologia de coleta de dados para formulação de indicadores (percalços inerentes à técnica).

Zaller (1992) afirma que um item de resposta em um survey pode não representar necessariamente uma preferência revelada, antes, pode ser considerado uma extração aleatória de uma distribuição de respostas individuais, na qual ela mesma é uma agregação de diversos e potenciais sentimentos e ideias com relação ao tema político analisado.

“individuals do not typically possess “true attitudes” on issues, as conventional theorizing assumes, but a series of partially independent and often inconsistent ones” Zaller (1992)

Do mesmo modo, Converse (1964) expressou-se relativamente cético em relação à consistência das respostas de surveys (confiabilidade). Ao conduzir pesquisas pelo ANES (American National Election Survey) o autor encontrou pouca correlação entre perguntas administradas aos mesmos respondentes em dois períodos diferentes. Então, concluiu-se que muito do que se estava medindo em pesquisas de opinião eram “não-atitudes”. Converse (1964) afirmava, que mensurações de atitudes são muito instáveis ao longo do tempo.

A literatura psicométrica tenta tratar da instabilidade enfatizada por Philip Converse ao sugerir que o problema pode estar relacionado ao chamado “modelo de amostra de crenças”, o qual sugere que opiniões são confiáveis na medida em que indivíduos acessem o mesmo conjunto de “crenças” para formularem respostas, ainda que em períodos diferentes do tempo.

O acesso às respostas dos itens é geralmente derivado de um esforço do entrevistado em recuperar memórias, e informações sobre o tema para então tecer julgamentos com relação ao fenômeno. Dito de outra forma, o “modelo de amostra de crenças” considera que o contexto social da aplicação da pesquisa importa e, nesse sentido, o entrevistado é posto a mobilizar informações, sentimentos e valores construídos e socialmente compartilhados, os quais serão base ao julgamento da prática corrupta em questão.

Quando consideramos a emergência de valores para formulação de respostas, a dimensão da cultura política é posta em questão. Seguindo ideia mais geral do modelo de “amostras de crenças” e, apropriando-se da fala de Figueiras (2009), o significado da corrupção depende de valores que circulam no plano da sociedade, ou seja, a dimensão da aceitação está associada à aspectos normativos que são compartilhados na prática social ordinária.

Para Figueiras (2009) a tolerância à corrupção é uma contradição entre juízos de valores e juízos de necessidade. A antinomia proposta pelo autor é baseada na diferenciação feita sobre: excelência e cotidiano. A excelência é a expressão de objetivos de identificação entre os indivíduos em torno de valores comuns que orientam o agir em contextos sociais complexos. Já a dimensão do cotidiano é orientada por objetivos dados a satisfação de necessidades e, exclusivamente privados, uma vez que não geram expectativa de excelência do agir, mas uma neutralidade em relação a valores que permite que o indivíduo satisfaça suas necessidades.

Este referencial conceitual parte de uma abordagem culturalista e torna-se profícuo à interpretação de possíveis erros de medida das mensurações pois, revela a possibilidade de repostas de entrevistados medirem mais do desejo dos cidadãos em aderir a valores caros à vida política e social (como honestidade, civilidade, solidariedade, entre outros) em detrimento da neutralidade destes valores na realidade prática do cotidiano, marcado por um contexto de “necessidades”.

Uma vez que que juízos de valor sobre as práticas corruptas representam uma questão normativa da vida em sociedade e, por sua vez, são compartilhados e concretizados no âmbito do debate público, a dinâmica da opinião pública em relação

ao tema da corrupção pode formatar e potencializar os juízos sobre as práticas que rompem com normas sociais. Assim, os julgamentos de entrevistados sobre a justificação de práticas corruptas podem levar em consideração apontamentos do chamado “clima de opinião”. Neumann (1993) usa o termo para descrever a presença de uma força social que funciona para garantir coesão e consenso em torno de valores para uma sociedade. Deste modo o indivíduo evita o seu isolamento ao “clima de opinião” e revela o seu desejo em aderir à valores comuns que orientam o agir em sociedade.

Neste caso, o “clima de opinião” é um fator que potencializa adesão do indivíduo a um plano de valores. Considera-se a dimensão da opinião pública como um sistema social que acomoda a integração e mudança de uma sociedade. Lazarsfeld (1972) argumenta que o fenômeno representa um sistema de valores permanentes e subconscientes, e reafirma a força da dinâmica da opinião pública em exercer controle e efeito normativo em uma sociedade.

Assim, o ambiente de informação é um fator preponderante na determinação da dinâmica do processo de formação da opinião pública sobre determinado tema. Este ambiente é criado a partir de uma série de inclinações sociais e informações substantivas sobre eventos. A exposição dos indivíduos ao debate público e ao fluxo de informação deve exercer grande influência na percepção sobre o “clima de opinião”.

Em suma, argumenta-se que, se existem distorções ou vieses nos scores da medida de aceitação da corrupção elas podem ser entendidas pelo desejo do entrevistado em aderir à um conjunto de valores, os quais são compartilhados e difundidos na arena do debate público e pretendem orientar o agir em sociedade. O isolamento ao “clima de opinião” percebido, pode induzir as pessoas a declararem adesão aos valores socialmente compartilhados. Ademais, acredita-se que a medida de aceitação, uma vez construída a partir de dados coletados em surveys, pode estar sujeita a erros aleatórios e, portanto, demonstrar inconsistência.

Este capítulo pretende problematizar as possíveis matrizes de erros da medida de aceitação, entendidas pela relação entre a dinâmica da opinião pública, aspectos da

cultura política - valores socialmente compartilhados - e percalços inerentes à técnica de coleta de dados.

Nos tópicos seguintes, o argumento será detalhado conforme os marcos teóricos-conceituais sobre o fenômeno da corrupção e da dinâmica da opinião pública, os principais achados da literatura que trata da dimensão da tolerância a práticas corruptas no cotidiano, e a problematização da metodologia de coleta de dados.

1.1 Emergência de erros na de coleta dos dados

A metodologia de pesquisa survey é uma técnica frequentemente usada e considerada adequada para acessar a prevalência e distribuição de atitudes, crenças e comportamentos. Apesar do seu frequente uso, vale a pena considerar suas fraquezas e potencialidades ao mensurar a opinião pública (WIESBERG, 2008).

Comparado aos experimentos, surveys são uma alternativa fraca para determinar relações de causa e efeito. Considerar que diferenças entre respondentes estão associadas à uma diferença entre suas opiniões não necessariamente determina a real causa da diferença de suas opiniões⁵ (WIESBERG, 2008). Também neste sentido, é particularmente difícil acessar a verdadeira direção de causalidade.

Outra particularidade da coleta por surveys é a baixa capacidade desta técnica em medir opiniões ou atitudes que, na prática, são externalizadas a partir de uma interação em grupo. Ao contrário de grupos focais, que permitem contextualizar os resultados à uma interação grupal.

Pondera-se que erros sistemáticos em surveys podem ser mais graves, uma vez que tem potencial em distorcer diretamente o significado de uma variável. Se pessoas mais ricas tendem a declarar uma renda menor do que possuem a média geral de renda deste grupo será distorcida. Por outro lado, erros aleatórios, apesar de não distorcerem

⁵ Esta questão é ainda mais forte em surveys do tipo cross-section. Surveys longitudinais podem ajudar a distinguir a direção causal, mas nem sempre é possível.

o significado de uma variável, aumentam a variância da mesma, o que pode acarretar efeitos sobre a correlação entre outras variáveis⁶.

Apesar das fragilidades frequentemente mencionadas na literatura os resultados de surveys podem ser melhor interpretados quando temos em mente as possíveis fontes de erros e seus efeitos sobre o alcance de inferências. No geral, considerando o modelo de processo de resposta de Tourangeau et al (2000), pode-se listar 5 aspectos de erro os quais emergem na tentativa de captar atitudes pela metodologia survey:

- 1- Respondentes podem não compreender as questões.
- 2- Respondentes podem não mobilizar informações suficientes para responder as questões.
- 3- Respondentes podem usar estratégias de julgamento inapropriadas.
- 4- Respondentes podem ter dificuldade em adequar respostas às escalas.
- 5- Respondentes podem simplesmente não dizer a verdade.

Considera-se aqui que os vieses de desejabilidade social e o conceito de corrupção podem representar à principal ameaça a validade da medida de aceitação. Ademais o indicador ainda pode estar vulnerável a erros aleatórios, os quais também emergem no momento da aplicação da pesquisa e podem ser entendidos como: não-attitudes, “não respostas” e escalas de atitudes enviesadas⁷.

1.1.1 Desejabilidade Social

O efeito de desejabilidade social é a tendência dos entrevistados de responderem perguntas de uma forma que seja socialmente “bem vista”. Os indivíduos querem sempre passar uma boa impressão que se importam com o que os outros pensam sobre elas, prevalece um forte componente motivacional (BERINSKY, 2002). Por conseguinte, “boas atitudes” ou “más atitudes” podem ser sobre representadas em vista de um padrão de resposta socialmente desejável.

⁶ Um efeito conhecido é o de “atenuação”, quando erros aleatórios reduzem a magnitude das correlações entre variáveis.

⁷ Outros problemas inerentes à coleta de dados por surveys, foram apresentados e demonstrados por Bertrand e Mullainathan (2000). Por exemplo, os autores discorrem sobre como simples manipulações nos questionários podem evidenciar vários problemas inerentes à aplicação de surveys.

Alguns estudos no campo da sociologia e da ciência política revelam que a deseabilidade social tem maior impacto sobre um conjunto específico de perguntas. Por exemplo, entrevistados podem declarar que votaram enquanto na verdade não o fizeram, podem sobre declarar sua renda, podem se auto descrever de uma maneira socialmente sancionada (por exemplo se declararem mais felizes do que realmente são em seu casamento, ou sobre declararem a frequência com que vão a culto religiosos) e, sobretudo, podem editar respostas que seriam politicamente “incorretas” (como preconceito racial entre outros) (PRESSER E STINSON, 1998; BISHOP ET AL, 1986; PHILLIPS ET AL, 1972) .

O termo deseabilidade social foi originalmente concebido no âmbito das pesquisas psicométricas. O trabalho de Furnham (1986), mobiliza os termos “falsear”, “mentir” e “dissimular” para definir o fato de que o respondente de uma pesquisa está deliberadamente escondendo a verdade com a intenção de criar uma impressão específica, geralmente uma melhor imagem de si mesmo para os outros que o rodeiam.

Em trabalhos posteriores, a deseabilidade social passou a ser usada para representar tendências de distorção de auto relatos para uma direção favorável, negando, assim, traços e comportamentos socialmente indesejáveis, o respondente dissimula sua resposta real de forma a ser aceitável (SHULTZ e CHÁVEZ, 1994)

No campo da psicologia, o problema da deseabilidade social foi especialmente observado na mensuração da personalidade. Trabalhos neste sentido foram justificados sob o risco de não alcance de validade por parte das pesquisas psicológicas.

No âmbito da sociologia, Phillips e Clancy (1972) formulam uma mesma noção geral do conceito de deseabilidade social:

"Broadly conceived, 'social desirability' as a response determinant refers to the tendency of people to deny socially undesirable traits or qualities and to admit to socially desirable ones" (PHILLIPS E CLANCY, 1972, p.24)

Da mesma forma, Weisberg (2005) classificaria o termo na subcategoria de “erros de mensuração devido aos respondentes”, inscrito na categoria mais ampla de “Acurácia das Respostas”.

O diálogo entre a perspectiva sociológica e psicológica sobre o conceito de desejabilidade social encontra congruência em um aspecto importante: o “estilo de respostas”.

A tendência do entrevistado em responder à pergunta de uma forma específica, pode estar atrelada a um posicionamento específico de um subconjunto da população, no qual este entrevistado se encontra. Os subconjuntos podem ser definidos por critérios de renda, escolaridade, idade, ocupação, entre outros. Se ampliarmos o escopo de análise à uma pesquisa comparativa, o subgrupo pode ser definido por regiões ou países. A exemplo, estudo comparados sugerem que latino-americanos – por conta de aspectos próprios socialização cultural - tem uma tendência a aquiescer às perguntas, ou seja, tendem a concordar ou discordar orientados ao tom ou viés da questão.

De volta aos estudos sobre opinião pública, Berinsky (1999) também argumenta que pesquisas de opinião, sob certas circunstâncias, podem refletir de maneira pobre e insatisfatória o sentimento público. A causa da ineficiência de surveys nesse sentido seria o fato de que indivíduos devem ceder a pressões sociais durante a entrevista e escolher abster-se de uma posição pessoal para não se posicionarem ao extremo de um espectro de opinião socialmente indesejável.

“If significant portions of the population are loath to disclose views which could be construed as socially unacceptable, polls measuring collective opinion on sensitive topics may underestimate the true levels of support for or opposition to those policies.” (BERINSKY, 1999,p.12)

Um ponto particular às inferências de Berinsky (1999) se aproxima da argumentação de Converse e Schuman (1974) e sugere que as entrevistas realizadas face a face são ainda uma simulação da interação social entre dois indivíduos: o entrevistador e o entrevistado.

Assim, sem nos distanciar dos mecanismos que ativam a questão da desejabilidade social, a metodologia de coleta dos dados deve influenciar o formato das respostas. De forma simples os respondentes, ainda que não identificados, são

influenciados pelo desejo social em relação ao tema da pergunta, comportamento principalmente ativado pela própria presença de um entrevistador⁸.

A questão da desejabilidade social pode ser relacionada ainda ao termo “medo da isolamento” – conceito incluso no arcabouço mais amplo da teoria da Espiral do Silêncio (NEUMANMM,1984). O viés de desejo social pode ser um reflexo do medo ou constrangimento do respondente em enquadrar sua atitude pessoal em uma conduta socialmente indesejável.

Não obstante, talvez a aproximação mais fiel à dinâmica da opinião pública se relacione com o termo de “clima da opinião”, usado por Noelle Neumann para descrever a presença de uma força social capaz de garantir coesão e consenso no plano de valores de uma sociedade.

Conforme considerado no referencial teórico sobre a opinião pública, as pressões normativas de controle e conformidade social as quais definem, regulam e controlam o apropriado e aceitável comportamento, estão incorporadas no “clima da opinião” e podem ser refletidas pela dimensão da desejabilidade social. Ademais isso vem sido associado à função latente da coesão social e dos valores consensuais (NOELLE-NEUMANN 1993).

Como exposto por Shamir e Shamir (2000), a influência do “clima” tende a impactar o momento no qual as pessoas expõem e compartilham suas opiniões com outras pessoas. Já que as opiniões mobilizam um conteúdo normativo, atitudes inaceitáveis ou indesejáveis podem causar constrangimento, desconforto e até a possível isolamento social.

Neste sentido faz-se importante ressaltar que a presença da força social em questão é ativada através do debate público, o qual envolve conversação, discursos, deliberação, julgamento ativo, e ação política.

⁸ Resultados das pesquisas de Presser e Stinson (1998) sugerem que norte-americanos, em pesquisas com questionários auto aplicados, tendem a declarar frequência à cultos religiosos três vezes menores do que em pesquisas com entrevistadores.

Sob o referencial teórico da corrupção podemos relacionar o efeito de desejabilidade social ao fenômeno da corrupção recuperando o argumento teórico de Gunar Myrdal, Dobel (1976) e Fernando Filgueiras.

Myrdal (1962), apesar de não abordar a questão da opinião pública, mobiliza também o termo “clima”. Para o autor na medida em que a sociedade em geral percebe que vive em um ambiente em que a corrupção é quase endêmica ela mesma se torna mais corrupta. Neste caso a percepção do clima de corrupção afeta atitudes e comportamentos no dia a dia dos cidadãos.

Seguindo o mesmo argumento, Dobel (1976) sugere que a maioria dos atos corruptos requerem uma escolha moral do agente. A decisão moral reflete um conjunto de valores, os quais segundo a corrente culturalista são fundamentais para motivar ou coibir as práticas de corrupção.

Sob o ponto de vista culturalista, a argumentação de Filgueiras pode ser profícua em definir o efeito da desejabilidade no plano de juízos de valor em detrimento do plano de juízos de necessidade.

A possível intolerância à corrupção revelada nas opiniões seria a justa expressão da oposição entre valores e necessidades, em que os atores sociais são capazes de concordar com os valores fundamentais da política, mas, no plano prático, não transformam esses significados morais em uma prática efetiva (FILGUEIRAS, 2009). Ou seja, as pessoas consideram erradas aquelas práticas que rompem com normas sociais, entretanto, em meio a uma realidade marcada por necessidades, o indivíduo considera a prática justificável. O ponto fundamental é que as medidas de aceitação da corrupção podem captar mais os valores – dado o desejo social – do que a realidade de um contexto de necessidade.

Ou seja, ao ser questionado sobre justificar certas práticas cotidianas - consideradas um desvio à normas sociais - o efeito da desejabilidade pode recair sobre o entrevistado, este mobiliza juízos de valores gerados a partir da socialização e compartilhados no âmbito da opinião pública - especificamente refletidos pelo “clima da opinião”.

Assim, o desejo social pode tornar-se um viés sistemático nas medidas de aceitação e, portanto, os resultados descritivos podem estar distorcidos, dito de outra forma, a intolerância a práticas corruptas pode estar sobrestimada quando consideramos um contexto de forte apelo e rejeição moral a condutas que rompem com a norma social estabelecida.

1.1.2 Não-atitude

Outra possível e potencial fonte de erro é o fato de que respondentes, mesmo quando não tem conhecimento sobre o tema abordado em perguntas, insistem em dar uma opinião (“não-atitude”). A primeira evidencia deste problema pode ser a instabilidade das medidas durante o tempo.

O fato simples de um entrevistador fazer uma pergunta pode induzir o entrevistado acreditar que deveria ter uma resposta, mesmo que não tenha entendido o conteúdo da pergunta ou realmente não tenha uma opinião sobre o assunto. Logo, a opinião declarada pode não pouca ou nenhuma consistência em termos daquilo que se pretende medir.

Outra possibilidade de não-atitude ocorre quando entrevistados fazem julgamentos errados a respeito da própria atitude, neste caso assume-se que as pessoas quando entrevistadas podem realmente não serem eficazes em prever seu comportamento ou entender por que eles fizeram o que fizeram.

Argumenta-se que os indicadores observáveis do constructo de aceitação são de fácil compreensão, exceto para o item *“Receber Benefícios do Governo mesmo sabendo que não tem direito a eles”*. Esta variável pode ser afetada pelo efeito de “não-atitude” e, conforme será visto adiante, certamente carrega um problema de “não-resposta”.

A ultima possibilidade de “não-atitude” se refere ao fato de que os indivíduos podem relatar atitudes que são explicadas com o seu comportamento e atitudes anteriormente reportadas. Neste caso, uma atitude recentemente relatada molda a próxima atitude, ou, um comportamento molda atitudes e não o contrário⁹. Esta

⁹ Neste caso, rodziar a leitura dos itens de resposta pode amenizar as chances de “não-atitude”.

situação existe no momento de aferição dos indicadores observáveis do constructo aceitação, uma vez que, dentro do questionário, estão posicionados em meio a uma bateria de questões sobre quebra de normas sociais.

1.1.3 Não-resposta

Berinsky (2008) disserta sobre as implicações práticas da “não resposta” ou missing values sobre os resultados de um survey. O primeiro fato considerado pelo autor é que a “não-resposta” poderia ser uma prevenção contra “não-attitudes”, o que, segundo Berinsky, raramente ocorre.

Conforme ponderado pelo autor, a “não-resposta” geralmente também está atrelada ao desejo social com relação ao tema, deste modo, ao invés de declarar uma resposta socialmente desejável, o entrevistado se exime da opinião numa tentativa de evitar constrangimento.

Assim, perguntas que mensuram atitudes atreladas a certas normas sociais podem causar problemas de não resposta (Berinsky 1999). Novamente, o desejo social com relação ao tema deve influenciar a ocorrência deste tipo de erro.

Outra questão que pode gerar “não-respostas” e também “não-attitudes” é a capacidade que o item tem de captar exatamente o propósito do pesquisador. Isto interfere diretamente na validade das medidas baseadas em itens de surveys.

No caso de variáveis observadas baseadas em itens de resposta de surveys, a validade é propriamente auferida na relação entre as perguntas de um questionário e os propósitos da pesquisa. Assim, as questões de um questionário são válidas em virtude do seu conteúdo e da capacidade de representar o conceito.

1.1.4 Escalas enviesadas

Este último problema referente ao uso da metodologia de survey foi apontado por Bertrand e Mullainathan (2000) como um problema cognitivo. Escalas diferentes para perguntas iguais ou semelhantes, provavelmente apresentarão resultados distintos.

Mensurar atitudes requer o entendimento da subjetividade das respostas, quanto mais abrangente uma escala mais carga subjetiva ela pode reter. No caso da aceitação da corrupção a escala de resposta de 1 a 10 sobre ser justificável ou não determinada prática deve dizer mais do que uma escala dicotômica de “sim” ou “não”.

1.2 A opinião pública, dinâmica e efeitos

A combinação do termo opinião pública foi formada seguindo diversas tendências econômicas, políticas e sociais europeias. O termo é resultado de uma nova forma de sociabilidade focada no público, cuja gênese define a modernidade ocidental, mas, em quase meio milênio de história, o conceito de opinião pública só fez acumular controvérsias.

Segundo Noelle-Neumann (1999) Rousseau teria sido o primeiro usuário do termo composto *Opinião Pública*, utilizando-a no sentido de costumes morais e modos da sociedade e vendo-a como expressão da soberania popular, como um momento de uma *vontade geral* indiferenciada, advogando a favor da censura. Escritores franceses em 1780 utilizaram o termo para se referirem a um fenômeno mais político que social, em união com a ideia de bem público, espírito público, consciência pública.

Os atos históricos que precederam a utilização do conceito, como a Reforma protestante (além da circulação de informação, questionou a ordem política e social quanto aos domínios morais e religiosos da vida, indivíduos como donos do próprio destino); advento do Estado moderno teve como contrapartida a formação de uma sociedade civil, o que cria uma nova forma de sociabilidade focada no público; afirmação da liberdade e noção emergente de dignidade universal, no contexto de embate entre aristocracia e burguesia, escritos de Locke (afirmava que os indivíduos deveriam ser livres para seguir suas próprias preferências em todos os aspectos da vida, econômica, política e religiosa).

Mas outros aspectos chaves da concepção de opinião pública tem origem nos escritos posteriores da democracia representativa do século XVIII que utilizaram o termo para se referir a um mecanismo que interfere nos assuntos do governo.

Os trabalhos de Madison, Mill e Bentham, atribuíram um papel muito mais formal à *opinião pública* no governo, baseada em termos legislativos e eleitorais. Em contraste com Rousseau, estes autores opinam que as pessoas atuam primariamente para satisfazerem seus desejos individuais.

Surge o problema de harmonizar os interesses díspares, e a resposta seria o governo da maioria, estabelecido por meio de eleições regulares e plebiscitos. Nesta perspectiva a opinião pública é uma reunião de interesses de homens de uma comunidade. Este modelo democrático utilitarista compõe a visão mais moderna de opinião pública, aquela que toma emprestado a legitimidade do sufrágio universal “cada pessoa um voto” e a prevalência da maioria.

A visão ainda suporta a ideia de ampla liberdade de imprensa, reconhecendo sua importância, e aproximando seu significado a explicações atuais, como uma noção contemporânea de liberdade de informação e condição dos meios de comunicação como vigilantes públicos. Se outrora essa opinião pública difusa referia-se apenas a fenômenos da esfera não-pública, ou seja, à esfera civil, não política, dos costumes, hoje ela volta seu potencial de sanção moral também para a legitimação ou deslegitimação de poderes e agentes públicos, antes uma prerrogativa da opinião pública organizada. Muitas vezes as duas modalidades de opinião pública se expressam de forma coerente ou complementar, mas com frequência esses dois formatos da opinião pública competem entre si, estabelecendo uma disputa de legitimidade. Para Bryce (1988):

“la opinión pública es o que cualquier hombre dice, es lo pensamiento general y natural que una situación o aparición evoca. Lo autor sustenta que es posible ver lo cuanto es pequeña la parte de la opinión que lo proprio hombre común formula por si mismo, porque ello fue orientado a como pensar y porque pensar así. Los argumentos san ofertados al hombre mediano de forma externa, y existe poca o ninguna reflexividad.” (Bryce, 1988, pag. 94)

Após final do século XIX a opinião pública passou a ser sistematicamente analisada de maneira empírica, característica da Ciências Sociais. Estudiosos se interessaram pela força que a opinião pública ganhava devido a eficiência dos meios de comunicação em massa e aumento dos níveis educacionais.

O interesse era motivado a compreender a função e poder da opinião pública na sociedade, como modificá-la e controlá-la, e a importância dos fatores emocionais e intelectuais na sua formação.

Paralelo a sistematização da análise, seguiram-se diversas críticas e questionamentos quanto às inferências dadas à operacionalização do conceito de opinião pública, principalmente quando captada pela metodologia surveys. Os primeiros indicativos de falhas da opinião pública eram referentes a racionalidade dos agentes envolvidos, ou melhor, quais seriam os aspectos não racionais da opinião pública.

Outro ponto destacado em meio às críticas é a competência do Público para se dirigir a assuntos políticos. Lippmann (1922) sugere que a teoria democrática exige muito dos cidadãos ordinários, pois não se pode esperar que eles ajam como legisladores, que sejam ativos e que se envolvam em todos os assuntos importantes. Os cidadãos formam ideias a partir de informações altamente incompletas, e mantem pouca relação com os fatos reais, além disso, filtram o que vem ou que ouvem através de seus próprios preconceitos e temores. Walter Lippmann ainda reitera que a imprensa só potencializa os problemas relacionados a opinião pública.

Por sua vez, outros autores problematizam que recursos ruins e ineficientes são base dos debates e discussões públicos (Dewey, 1927). Este problema estaria relacionado a eficácia e eficiência da vinculação de informação pelos meios de comunicação. Diferente dos apontamentos de Lippman estes autores estavam preocupados com a qualidade e acessibilidade da informação.

Noelle-Neumann (1984) chama atenção para a prevalência de uma opinião majoritária. Ou seja, a possibilidade de prevalecer uma mediocridade da opinião pública criada e mantida por pressão de uma maioria. Assim, ocorre a exclusão de pontos de vistas importantes que são considerados minoritários. A teoria da “espiral do silêncio” significa o constrangimento de um discurso diante da pressão de uma maioria.

Alguns autores ainda problematizaram a vulnerabilidade à persuasão. E a susceptibilidade do público a discursos altamente emocionais e não racionais. Neste caso domínio das elites desencadeia um processo de domesticação das crenças das massas.

Por fim, a crítica mais recente à natureza e forma da Opinião Pública, parte de Bourdieu (1983). O autor, ao se referir a três fundamentos das pesquisas de opinião,

argumenta que nem todas as pessoas tem uma opinião acerca de um tema, e que as diferentes opiniões não podem ter o mesmo valor – a exemplo da opinião de um técnico e a opinião de uma pessoa comum. A demais, o autor sugere que pessoas não tem uma posição consensual, e o conceito de opinião captado pelas pesquisas ignora as relações conflitivas entre opiniões, as quais, em suma, são conflitos de forças sociais.

Em quase meio milênio de história, o conceito de opinião pública só fez acumular controvérsias. Enquanto isso, ela própria tem renascido, seja articulada seja difusa, mas captável pelas pesquisas. Ora mais livre ora domesticada, a opinião pública vem se construindo como um quinto poder cuja cumplicidade, nas sociedades democráticas, tem sido objeto de desejo crescente dos demais poderes.

Em meio às críticas e problematizações, deve-se enfocar alguns poucos aspectos importantes do amplo conceito e espectro da opinião pública para entender possíveis vieses e inconsistência de medidas captadas sob a regência de pesquisas de opinião, as quais, nas palavras de Converse (1987), a ideia das pesquisas de opinião é justamente decompor a complexidade dos nexos complexos da opinião para então se possa tentar entendê-la completamente como um todo. O autor ainda assume que não se pode entender totalmente a complexidade da opinião pública e assim medi-la em uma única dimensão.

Diante da multidimensionalidade da opinião pública, propõe-se como referencial a abordagem de Shamir e Shamir (2000) que entende que a opinião pública se configura na conjunção da sociedade, comunicação e do indivíduo e se sustenta por quatro premissas principais.

A Opinião Pública é um sistema social que media e acomoda a integração e a mudança social.

Um sistema de valores permanentes e subscientes de uma sociedade e da reação efêmera das pessoas sobre os eventos do dia a dia (Lazarsfeld, 1972). Nesta premissa está presente a tensão entre forças normativas do controle social e o importante impacto da informação. Vários conceitos de opinião pública

chamam atenção sobre o controle social ou a informação e racionalidade como as principais forças de influência na dinâmica da opinião pública.

A Opinião Pública é um fenômeno multidimensional e não pode ser reduzido a nenhuma expressão singular.

Uma das dimensões da opinião pública que mais se aproxima do sistema de valores e melhor se relaciona com significados sociais e normativos é o chamado “clima da opinião pública¹⁰”. Noelle-Neumann usa esse termo para descrever a presença de uma força social que funciona para garantir coesão e consenso em torno de valores para uma sociedade.

Outra dimensão é a chamada *informacional-prospectiva*, a qual assume que o comportamento humano é orientado a fins e guiado por expectativas ao longo do processo e sobre as consequências desse comportamento. Uma perspectiva fundamentada em uma abordagem econômica da opinião e representa a necessidade humana básica para formar uma visão válida da realidade.

A terceira dimensão é a chamada *avaliativa*, comumente captada nas pesquisas de opinião. Ela foca aspectos individuais de valores, crenças, atitudes e uma expressão pública da opinião. A distribuição agregada das atitudes individuais é a origem da avaliação da opinião pública captada por pesquisas de opinião.

Por fim, a quarta dimensão é a do *comportamento*, ela representa o melhor elo entre comunicação e política, já que a opinião pública é uma entidade orgânica que emerge da discussão e do debate público, ela tem uma atividade inerente e uma faceta comportamental, a qual envolve conversação, discursos, deliberação, julgamento ativo, e ação política.

¹⁰ Também referido como “consciência nacional”, “humor nacional” “Zeitgesit” ou “espírito da época” (Kingdon 1984; Lippmann 1922; Noelle-Neumann 1995; Stimson 1991)

Opinião Pública pode envolver trajetórias distintas.

Mudanças na opinião pública podem não ser explicadas por citar apenas uma dimensão ou traçar uma única trajetória causal. A dinâmica e versatilidade da opinião pública é função de influências normativas e informativas, controles sociais, e eventos de informação.

A natureza do ambiente de informação é um fator preponderante na determinação da dinâmica do processo de formação da opinião pública.

O ambiente de informação consiste em uma miríade de inclinações sociais e informação substantiva sobre eventos. A percepção sobre o clima se sustenta majoritariamente em sinais de informação social e normativa, como: estrutura política e social, práticas diárias, normas e opiniões expressas.

A primeira e segunda premissa são especialmente caras a este trabalho. Pressões normativas de controle e conformidade social as quais definem, regulam e controlam o comportamento apropriado e aceitável, estão incorporadas no “clima da opinião”. Ademais, isto tem sido associado à função latente da coesão social e dos valores consensuais (NEUMANN 1993, 1995).

O clima de opinião é um fenômeno compartilhado de cognição coletiva e normativa, uma vez que exerce controle social ao pressionar indivíduos a se comportarem de maneira que persigam aprovação social e afeição por um lado, e evitem a rejeição e o constrangimento social por outro. As pessoas devem estar cientes do clima de opinião para serem influenciadas por ele.

Assim, Shamir e Shamir (2000), afirmam que a influência do clima tende a impactar a propensão das pessoas em expor e compartilhar suas opiniões com outras pessoas. Já que as opiniões mobilizam um conteúdo normativo, atitudes inaceitáveis ou indesejáveis podem ameaçar a estabilidade de relações pessoais.

Neste sentido faz-se importante ressaltar que a presença da força social em questão é ativada através do debate público, o qual envolve conversação, discursos, deliberação, julgamento ativo, e ação política. Assim, outra questão cara à relação entre

desejabilidade social e opinião pública é a relevância do fluxo de informação. Sobre este ponto é interessante considerar a argumentação de John Zaller sobre o papel da mídia na difusão de conteúdo.

De acordo com Zaller (1992), toda opinião é o resultado da união entre informação e predisposição. Nesse caso, a informação tem o papel de formar uma imagem mental a respeito de determinado assunto, enquanto a predisposição motiva algumas conclusões a respeito dessa mesma imagem.

Para o autor, os debates públicos, transmitidos principalmente pela mídia, apresentam informações e opiniões misturadas que ajudam a moldar crenças na massa, encobertas por uma aparente racionalidade, a partir da recepção de novas informações.

São esses debates que servem como matriz para a formação da opinião pública. Aceitando a existência da influência da elite política¹¹ na opinião do cidadão comum e o fato de que as informações transmitidas pela elite são difundidas principalmente pelos meios de comunicação, que por sua vez misturam opinião e informação, a mídia passa a ser um referencial para a identificação das opiniões predominantes nos indivíduos, servindo para a identificação inicial das origens das opiniões predominantes nas pessoas. A mídia, por assim dizer, atua como indicador agregado das opiniões majoritárias na sociedade (ZALLER, 1992, p.41).

Enfatizar o papel da mídia significa supor que a visibilidade e a vinculação de conteúdos na mídia têm impacto na formação da opinião pública. Os conteúdos veiculados podem gerar efeitos sobre a percepção que indivíduos tem da relação entre o fenômeno da corrupção e as práticas cotidianas, na medida em que constroem imagens que agregam valor a comportamentos, práticas, atores e a instituições ou lideranças políticas.

A hipótese que permeia a relação entre conteúdo midiático e variações na percepção dos indivíduos do fenômeno da corrupção, leva em consideração que o fluxo

¹¹ O autor define elite política como o conjunto de pessoas que dedica todo o seu tempo para tratar de aspectos a respeito do debate político e público. São exemplos de integrantes da elite política os funcionários públicos de altos escalões, jornalistas e atividades de organizações da sociedade civil.

e volume de informações podem influenciar a percepção sobre o “clima de opinião” em relação ao tema da corrupção. Na qualidade de elo entre arena política e opinião pública, a mídia tem papel distinto na difusão de conteúdos que podem conformar o discurso e assimilação do fenômeno por parte dos cidadãos.

O potencial dos meios em abordarem o fenômeno da corrupção é citado nos trabalhos de Canel e Sanders (2003), quando argumentam que uma das fontes de poder da imprensa é a habilidade para construir narrativas fortes que enfocam incidentes de forma memorável e apontam para significados mais extensos. Este poder constitui a chamada função de “agenda setting” dos meios de comunicação social (Mcombs & Shaw 1972) que reside precisamente na capacidade que possui para conferir visibilidade a problemas sociais que de outra forma dificilmente chegariam ao conhecimento do público, “a notícia é resultado da leitura efetuada pelo autor sobre a realidade que lhe é dada a observar e que pretende mostrar”.

Assim, considera-se que o fluxo e o viés da informação que alimenta a percepção dos indivíduos sobre o tema da corrupção pode potencializar o efeito da deseabilidade social ou formatar o conceito de corrupção por parte dos entrevistados. Esses dois aspectos podem ser sistematicamente refletidos nas respostas de entrevistados quando perguntados sobre a justificação de práticas que representam o rompimento de normas sociais e que podem estar atreladas ao fenômeno da corrupção.

Assume-se então que o tema da corrupção carrega uma forte carga normativa. O fenômeno em si é entendido aqui a partir da perspectiva da cultura política, a qual posiciona a corrupção como um rompimento de valores socialmente compartilhados. O próximo tópico pontua os referências teóricas e conceituais que relacionam a cultura política ao significado da corrupção no debate público.

1.3 A cultura política, a corrupção e a dimensão da aceitação

Os estudos mais sistemáticos sobre a corrupção surgiram na década de 50 nos Estados Unidos, em decorrência da busca pela modernização sob uma perspectiva comparada calcada na ideia de desenvolvimento.

Ao relacionar o problema do desenvolvimento político e econômico ao tema da corrupção a abordagem dita *funcionalista* procurou compreender como o fenômeno poderia acelerar ou dificultar o desenvolvimento de sociedades tradicionais ou subdesenvolvidas (FILGUEIRAS, 2006). Nessa perspectiva, há uma relação necessária entre corrupção e o processo de modernização. Assim, o fenômeno se manifestaria com maior intensidade em sociedades de baixa institucionalização política. Por essa mesma abordagem a corrupção poderia se tornar uma forma alternativa de articular interesses de agentes privados junto à esfera pública. Importa, sob essa perspectiva, compreender os custos e benefícios da corrupção para o desenvolvimento (FILGUEIRAS, 2006).

A escola estrutural funcionalista considera que práticas corruptas representam uma ação intencional por parte de uma autoridade, que normalmente privilegia interesse privados em detrimento de públicos (FILGUEIRAS, 2006). O fenômeno ocorre em vista de uma estrutura normativa institucionalizada, que determina os limites da ação corrupta (Merton, 1970). Portanto, o sistema normativo pode incentivar ou restringir a prática da corrupção. Para autores desta vertente, em geral a corrupção é uma ação intencional por parte de uma autoridade, dentro de um sistema social, que sobrepõe seus interesses privados ao interesse comum, tendo em vista que existem normas institucionais que separam as ações aceitas daquelas não aceitas. O cenário de detenção da corrupção depende da institucionalização política, que produzirá determinantes funcionais, que visam assegurar a estabilidade e previsibilidade dos sistemas sociais em face aos dilemas da modernização.

A abordagem mencionada também propõe a análise de custos e benefícios das práticas corruptas, e apresenta a hipótese de que o fenômeno pode resultar em ganhos agregados ao sistema, tais como desenvolvimento econômico, integração nacional e o aumento da capacidade do governo.

Na visão de Nye (1967), a corrupção pode resultar em ganhos, na medida em que ela contribui para a formação de um capital privado que evita barreiras burocráticas e integra elites políticas. Sendo assim, a corrupção contribui para o desenvolvimento, pois ela força a modernização. Contudo, ela deve sempre estar sob o controle das instituições políticas modernas.

Os resultados positivos da corrupção podem então ser entendidos quando a recorrência do fenômeno, em uma sociedade tradicional, expõe contradições internas ao sistema e permite aos agentes identificarem o fenômeno como algo a ser combatido. Por essa lógica, a corrupção força o desenvolvimento de instituições políticas, uma vez que ela potencializa os efeitos do paradoxo que é a coexistência de um sistema tradicional e um projeto modernizante (FILGUEIRAS, 2006). A questão fundamental à investigação sob a perspectiva da teoria da modernização é: como fazer que a corrupção produza resultados agregados para o desenvolvimento? - Na medida em que não é possível erradicá-la enquanto prática (NYE, 1967; HUNTINGTON, 1975).

A despeito do consenso de alguns dos principais autores da década de 60, Myrdal (1956) afirma que a corrupção resulta em prejuízos extremamente graves. O autor argumenta que os industriais e negociantes direcionavam esforços para consecução de negócios irregulares e, portanto, a corrupção ao invés de estimular o crescimento representava mais incerteza para o setor privado e conseqüentemente menor propensão ao investimento. Existia para Gunnar Myrdal uma relação circular ruim entre falhas institucionais e a corrupção. Para o autor, o nível de práticas corruptas observadas em determinado país minava a confiança dos agentes econômicos.

Uma contribuição importante da obra de Gunar Myrdal foi o conceito de “folclore da corrupção” que significa o posicionamento da sociedade diante da recorrência de práticas corruptas. O autor considera que existem na sociedade crenças que orientam as pessoas no julgamento da corruptibilidade de atos políticos ou administrativos (Myrdal 1968) e, ao serem expostos a escândalos e casos de corrupção os cidadãos supõem que qualquer um em posição de poder irá explorá-las em razão de interesses pessoais, de família ou de outros grupos sociais. Tais crenças constituem parte do reflexo do que elas fariam se lhes fossem dados os meios. Sentindo um clima de corrupção, tornam-se todos corruptos.

Para o autor na medida em que a sociedade em geral percebe que vive em um ambiente em que a corrupção é quase endêmica ela mesma se torna mais corrupta, via redução na confiança no estado e nas próprias pessoas. Para Myrdal, a percepção da corrupção deveria ser combatida, principalmente se o risco de punição do corrupto é

baixo, em outras palavras, a evolução da transparência da atividade política desacompanhada do desenvolvimento da efetividade do poder judiciário contribui para disseminação de práticas corruptas, tanto no âmbito das instituições políticas como no cotidiano.

Com o mesmo posicionamento crítico à corrente revisionista, Dobel (1976) argumenta que a fonte da corrupção sistemática está em certos padrões de desigualdade e falta de coesão social. O fenômeno surge como explicação da decadência da confiança, lealdade e consideração entre cidadãos de um Estado. O autor afirmava que a maioria dos atos corruptos requerem uma escolha moral do agente que interage com aspectos sistemáticos e permanentes de desigualdade em riqueza, poder e status, situações vistas como injustas e corruptas. A redução da desigualdade não implicaria em menos corrupção por si só, seria necessário também, acompanhado da igualdade econômica, a educação moral dos indivíduos e sua participação política.

Outra vertente da abordagem estrutural-funcionalista considera a cultura política como fator de desenvolvimento. Sob essa perspectiva a determinação da formação da estrutura social é assentada nos aspectos da cultura política (ALMOND E VERBA, 1963 apud Filgueiras 2009). Valores concebidos historicamente tem peso superior a aspectos políticos e econômicos. Os autores relacionam a corrupção a interações construídas socialmente, as quais refletem um conjunto de valores que permitem ao indivíduo aceitar ou rejeitar entrar em um esquema de corrupção. Portanto, paralelo ao arcabouço institucional e legal, o sistema de valores é fundamental para motivar ou coibir as práticas de corrupção, no interior de uma sociedade. Assim, deter a corrupção nas sociedades modernas demanda uma mudança nos padrões culturais, principalmente aqueles calcados em valores tradicionais que se refletem na prática do nepotismo, patronagem, o clientelismo para obter vantagens e privilégios (Putnam, 2000).

A partir da década de 80 em diante, as pesquisas no campo da ciência política foram amparadas pelo escopo analítico da Ciência Econômica (FILGUEIRAS, 2006). Os princípios metodológicos desta ciência produziram rupturas conceituais e resultados diferentes. A perspectiva econômica neoclássica sobrepõe o indivíduo à estrutura social.

O individualismo metodológico da teoria da escolha racional posiciona os agentes comprometidos com um cálculo estratégico, baseado em uma inclinação egoísta, com fins a maximizar sua utilidade e minimizar danos. Nesse sentido o agente racional tem preferências determinadas e ordenadas e age de acordo com elas, escolhendo a ação que maximiza a utilidade esperada. A escola neoclássica baseia a decisão racional atrelada a forma de conceber o comportamento de agentes no mercado. A mudança metodológica seguiu, principalmente, atrelada a uma tendência liberalizante da economia e política.

Nos anos 80 e 90 a expressividade com que o neoliberalismo toma forma como fenômeno político e ideológico remonta as ideias de que o mercado é um agente econômico perfeito, imune a crises. A partir dos anos 80 em diante a ideologia neoliberal permeou os estudos da corrupção, tanto no âmbito da ciência econômica quanto na ciência política, e procurou consolidar, ao contrário das teorias funcionalistas, as causas e efeitos da corrupção do ponto de vista do comportamento do indivíduo, egoísta e maximizador de sua utilidade, ou satisfação. Os expoentes da tradição neoclássica, na qual se baseia o projeto neoliberal, pretendem, dentro de uma perspectiva lógico-demonstrativa, pensar a economia como fundamento da sociedade, e o mercado como viabilizador da ordem liberal.

As premissas neoclássicas do comportamento dos agentes foram incorporadas ao discurso político sobre a corrupção. As principais contribuições teóricas e analíticas sobrevieram dos trabalhos de Anthony Downs (1957) e March e Olsen (1989). Os atores políticos são considerados racionais, buscam maximizar a utilidade esperada, conforme um arranjo de preferências, e contextos de decisões determinados pela estrutura institucional.

A inibição do comportamento desviante dos atores seria suportada por um aparato legal e institucional que criasse motivações e constrangimentos aos agentes. Sobre essa perspectiva, Rose-Ackerman (1999) argumenta que a corrupção ocorre na interface dos setores públicos e privados, e depende do modo como as instituições permitem a ação discricionária dos atores políticos. A estrutura institucional deve restringir práticas de corrupção, pois sua consequência imediata é a formação de

monopólios no interior da burocracia, ou seja, no aumento do poder discricionário por parte das autoridades políticas.

O argumento de que reforço burocrático seria contraditório, na medida em que o aumento da burocracia implica em maior discricionariedade e mais oportunidades de ocorrência de práticas corruptas (Anechiarico e Jacobs 1996), exige a emergência de uma estrutura de mercado capaz de articular a negociação de interesses entre agentes políticos e econômicos (North, 1990). Neste contexto a existência de oportunidades de corrupção é proporcional às falhas de mercado existentes na esfera pública, dado o comportamento *rent-seeking* e maximizador de utilidade dos agentes. Assim, a corrupção é concebida na ausência de estruturas de mercado ou na prevalência de um mercado imperfeito, marcado pela assimetria de informações e concorrência imperfeita – monopólio do poder discricionário. Os recursos políticos e econômicos usados para consecução de um esquema corrupto dependem do poder discricionário dos agentes delituosos. Portanto, a dimensão do estado vai determinar a oferta de oportunidades ou poder discricionário para a ocorrência de corrupção. As reformas do controle institucional devem então incentivar a competitividade e diminuição do tamanho do Estado.

As constatações desta abordagem política da corrupção, permeada pelo discurso liberalizante, são baseadas em modelos de equilíbrio ou por pesquisas comparativas (*cross-country*). Uma abordagem alternativa critica o modelo de análise pelo fato da perspectiva econômica naturalizar o conceito de corrupção e ignorar elementos culturais, sociais e políticos (FILGUEIRAS, 2008).

A corrente alternativa argumenta que a corrupção tem uma forte ligação com a questão da moralidade, sendo o fenômeno fruto daquilo que a sociedade constrói como rompimento de uma orientação normativa (Filgueiras, 2006, p. 15). Esta perspectiva se afilia a vertente culturalista, na qual a determinação da formação da estrutura social é assentada nos aspectos da cultura política (HUSTED, 1999).

Nesse sentido o fenômeno é compreendido, na esfera pública, não por orientações subjetivas ou naturalizadas, mas por orientações oferecidas pelos valores dados à socialização, ou seja, configurada pelos substratos políticos que dão sustentação

à norma, e que estão relacionados aos elementos fundacionais, sociais, culturais e econômicos da corrupção. Os juízos de valores morais são necessariamente expressão de uma adesão interna dos indivíduos ao plano dos valores, criados de forma consensual de vida, que orienta o agir na realidade social.

A corrupção, dessa forma, pode ser compreendida levando-se em consideração aspectos morais que estão pressupostos na prática social ordinária. É fundamental considerar os aspectos normativos envolvidos no tema da corrupção e o modo como a construção de sua significação social depende de valores que circulam no plano da sociedade.” (FILGUEIRAS, 2009)

A perspectiva culturalista é central a este trabalho pois, é a mesma mobilizada em grande parte das pesquisas para operacionalizar a dimensão da aceitação da corrupção e relacionar o fenômeno à conjunto de valores, crenças e atitudes compartilhadas¹². Ademais, a leitura de Filgueiras (2009) posiciona a tolerância à corrupção na contradição entre juízos de valores e juízos de necessidade, e torna-se profícua à interpretação de possíveis erros de medida das mensurações.

“A antinomia entre normas morais e prática social cria um contexto de tolerância à corrupção que explica o fato de atores, consensualmente, concordarem com a importância de valores fundamentais como respeito, honestidade, decore e virtudes políticas, mas, ao mesmo tempo, concordarem que, na política, um pouco de desonestidade pode cumprir uma função importante. Os juízos morais de valor - pautados pela vida pela excelência - e os juízos de necessidade - pautados pela vida cotidiana - explicam a antinomia existente entre normas morais e prática social da corrupção, de acordo com a definição de limites teóricos que a circunscrevem.” – (FILGUEIRAS 2009, pag. 23)

Seguindo a argumentação de (Filgueiras 2008a), a corrupção é um juízo moral, tendo como referência determinadas ações políticas corretas ou incorretas. A partir deste princípio, a tolerância à corrupção é explicada pela coexistência de juízos de valor e de necessidade, o primeiro atrelado à primazia de valores como respeito e honestidade e, o segundo, dependente de circunstâncias cotidianas.

A perspectiva culturalista seria a base do entendimento de que as respostas de entrevistados sobre atitudes que rompem com normas sociais podem expressar muito

¹² Ao lado da vertente culturalista, a perspectiva econômica também é mobilizada para explicar relações de causa e efeitos da aceitação da corrupção.

da inclinação em aderir a valores - caros e desejáveis à vida política e social – entretanto, as mesmas não podem revelar que o entrevistado adere aos mesmos valores quando posto diante uma realidade prática marcada por um contexto de necessidade. Em outras palavras, a medida de aceitação da corrupção pode mensurar mais do “clima de opinião” em relação as atitudes – uma vez que captada a nível do discurso – do que a real inclinação do indivíduo em agir diante de uma situação prática.

Toda a literatura que mobiliza a medida de aceitação da corrupção, delimita sua análise ao cotidiano dos cidadãos comuns. Identificadas na introdução, itens de respostas sobre justificar ou não ações cotidianas como: sonegar impostos, evitar tarifas de transporte, receber benefícios do governo sem ter direito a eles e aceitar propina no cumprimento de um dever – são consideradas pela literatura corrupção ao nível do cotidiano¹³.

De uma forma geral, as pesquisas estão calcadas na perspectiva culturalista e consideram que justificar ou não tais atos depende de uma adesão dos cidadãos à valores dados à socialização. Dito de outra forma, a literatura investiga relações de causa e efeito da aceitação da corrupção e tem como principal argumento que a uma mudança nos níveis de aceitação é função de variáveis que expressam dimensões da cultura política, como: valores democráticos, valores pós-materialistas, crença religiosa, confiança interpessoal, confiança política, participação, entre outros. O próximo tópico trata de como a literatura operacionaliza a medida de aceitação para abordar as relações de causa e efeito da tolerância da corrupção.

1.4 Achados e operacionalização da “aceitação a corrupção” na literatura

Maingot (1994) resume os principais nexos das perspectivas mais usuais na análise da aceitação: a culturalista e a econômica. A primeira é ancorada no suposto de que a cultura importa e se aproxima a teorias bem estabelecidas do comportamento criminal, as quais enfatizam o processo de socialização em dois aspectos. O primeiro significa que oficiais públicos são corruptos porque existe uma bifurcação do senso

¹³ Mesmo que a literatura não se posicione assim, poderíamos dizer que considerar tais atos como corruptos a nível do cotidiano é condizente com a definição proposta por Heidenheimer (1970) quanto a corrupção atrelada à ideia de “bem público”. Neste caso uma prática é considerada como corrupta quando o interesse comum, pensando como algo que tem existência e pode ser identificado, é violado em função da preocupação com ganhos particulares

moral no qual a aceitação da corrupção em escritórios públicos não só é alta como também é a regra ou altamente aprovada. O segundo se refere a um diferencial de associação, onde interações e associações entre indivíduos que praticam atos desviantes só reforça tais atitudes.

O autor ainda revisa o que seria a perspectiva do conflito social, a qual assume que devido a obstáculos à legitimação da mobilidade social – entendidos pela natureza da estratificação social - existe uma motivação a utilizar de meios indevidos ou desviantes em detrimento daqueles socialmente aceitos para alcançar posições mais altas.

Por fim, Maignot (1994) descreve as teorias que enfatizam uma escolha individual através de uma ação racional, ou uma escolha utilitária. Esta perspectiva, com foco no indivíduo, sugere que diante da possibilidade de se corromper o agente é capaz de ponderar racionalmente os custos e benefícios morais e materiais de determinada ação. Nesse sentido Maignot argumenta que elementos como sentimentos morais e medo da desaprovação popular devem representar um importante peso para o agir diante da possibilidade de atitudes corruptas.

Diante da formulação teórico-conceitual de corrupção, a maioria dos trabalhos que mobilizaram a medida de aceitação e tolerância considerada neste trabalho, valem-se do arcabouço teórico orientado à vertente culturalista. Os autores se debruçaram a compreender causas e efeitos da aceitação da corrupção, geralmente utilizando-se da medida de “aceitação da corrupção”.

Um dos primeiros trabalhos a utilizar o indicador de aceitação com base nos dados do World Valeu Survey, Moreno (2002) ocupa-se com a ideia de que a aceitação da corrupção significaria a justificação de práticas corruptas, ou a disposição em aceitar ou tolerar práticas corruptas na sociedade. Ao considerar a dimensão cultural das práticas o autor avalia a relação entre indicadores de cultura política democrática – apoio a democracia e confiança interpessoal – e o indicador de aceitação da corrupção para uma amostra de 64 países. Segundo Alejandro Moreno, apesar das instituições funcionarem como restrições à corrupção e cumprirem um papel fundamental à inibição do fenômeno, a aceitação das práticas corruptas é culturalmente antidemocrática, ou

seja, existe uma larga base cultural que justifica a corrupção. Moreno (2002) já introduz a possibilidade do efeito de desejabilidade social na operacionalização do conceito de aceitação através do indicador corrupção. As respostas de entrevistados que consideram práticas corruptas como justificáveis podem estar contaminadas com o viés de “desejo” social, na medida em que seria difícil de admitir que tais práticas são aceitáveis, uma vez que socialmente indesejáveis.

De modo similar, Moreno e Catterberg (2005) – ao mobilizar a ideia de que a medida de aceitação da corrupção seria uma inclinação a justificar atos de corrupção na sociedade – indicaram que aspectos organizacionais e participativos da vida social, dimensões do conceito mais amplo de capital social, estariam negativamente relacionados à medida de aceitação. Os autores estimam os efeitos aceitação da corrupção na confiança interpessoal e os resultados sugerem que esta relação causal ocorre de maneira diferente entre América Latina e Leste Europeu.

Ribeiro (2011), em uma investigação, também sobre os determinantes individuais da desconfiança política, analisa os dados do World Values Surveys para a América Latina. Ao considerar a aceitação da corrupção como uma expressão de valores, o autor estima os efeitos da medida sobre o indicador de confiança interpessoal. Os coeficientes do modelo de Ribeiro (2011) indicam que uma postura mais tolerante a práticas corruptas impacta positivamente a confiança política, ou seja, quanto mais se aceita práticas corruptas maior a confiança.

Vários outros autores estão interessados em como diversos fatores podem afetar ou serem afetados pela aceitação da corrupção. Para Hofstede (2001) O fator geracional teria um efeito redutor na aceitação da corrupção, do mesmo modo, altos níveis de educação secular deverá reduzir a inclinação a justificar a corrupção, uma vez que o conhecimento de códigos morais, de conduta e de leis devem afetar negativamente a tolerância às práticas, ou seja, quanto mais conhecimento e capacidade de analisar o sistema político menor a permissividade com a corrupção. Argumentos e achados similares são anunciados por Swamy (2001) e Seligson (2002).

Por sua vez, renda e desigualdade dividem profundamente a sociedade e devem refletir em mais demanda por corrupção, fazendo com que certos grupos sociais

acreditem que ações ilegais é a única maneira de ter acesso a serviços ou recursos, assim, inclinam-se sistematicamente para um comportamento desviante (TRAISMAN 1999). De modo similar, You e Khagram (2005) testaram em que medida um alto nível de desigualdade induz a corrupção, e concluem que disparidades de renda aumentam a recorrência de práticas corruptas através de mecanismos normativos e materiais para os mais pobres. De outro modo, os mais ricos seriam mais propensos a acreditar que a corrupção é um meio aceitável para preservar e avançar na sua posição social. Melgar and Rossi (2009) também encontram resultados que sugerem que existem diferenças na aceitação da corrupção conforme a ocupação profissional do cidadão.

Várias outras pesquisas têm incorporado a dimensão de determinantes culturais – seguindo o trabalho de Inglehart and Welzel's (2005) - na análise da aceitação da corrupção (CANACHE 2002; CANACHE AND ALLISON 2005; POWER AND GONZÁLEZ 2003; USLANER 2004; YOU AND KHAGRAM, 2005). A transição de uma sociedade marcada por valores de sobrevivência para valores de auto-expressão deve se refletir na propensão a corromper-se, de maneira que cidadãos que se sentem livres para escolher seu destino e controlar sua vida, independente de restrições materiais, serão mais propensos a endossarem valores democráticos e expressarem menos permissividade em relação às práticas corruptas como uma maneira de mostrar responsividade ao sistema político.

Outros trabalhos relacionam a permissividade das práticas corruptas a outras dimensões do fenômeno da corrupção. C'abelkov'a (2001) argumenta que o nível de corrupção afeta a percepção da corrupção na sociedade que por sua vez aumenta a tolerância dos cidadãos a atitudes desviante a norma. Por sua vez Lavena (2013) argumenta que a permissividade à corrupção afeta a democracia e o governo no longo prazo ao criar uma espiral viciosa na qual o comportamento de quebra de regras se torna normal ou comum, o que enfraqueceria mecanismos institucionais desenhados para combater a corrupção e incentivar a confiança entre os cidadãos

Por fim, Catterberg et all (2013) questionaram as respostas que baseiam os indicadores de aceitação da corrupção e argumentam que as mesmas são influenciadas tanto pelo conceito de corrupção que indivíduos possuem como pelo desejo social em

relação ao tema que permeia uma sociedade. Um intrigante paradoxo dos resultados da pesquisa de Catterberg et all (2013) indica que no Uruguai, aonde os níveis de recorrência da corrupção são menores que em outros países da América Latina, a medida de aceitação da corrupção alcança valores altos. A explicação dos autores baseia-se na coleta de informações sobre o que os cidadãos realmente acreditam ser um ato de corrupção e, logo, demonstram que o uruguaio não é mais permissivo à corrupção, mas não acredita que tais atos possam ser considerados corruptos.

Este trabalho considera que a deseabilidade social e o conceito que as pessoas possuem a respeito da corrupção está atrelada à dinâmica da opinião pública, mais especificamente ao “clima de opinião”. Tanto o desejo social, quanto o conceito podem representar erros sistemáticos à mensuração de aceitação da corrupção e podem ser entendidos por sua relação com a dinâmica da opinião pública e aspectos da cultura política – valores socialmente compartilhados. Em paralelo, argumenta-se que os vieses emergem no momento da coleta de dados, e que os percalços inerentes a técnica de survey podem fazer-se importantes neste processo.

Capítulo 2: Validade, Confiabilidade e especificidade contextual.

Toda análise de possíveis erros será interpretada conforme o referencial metodológico que aborda a questão da validade, confiabilidade e especificidade contextual segundo Adcock e Collier (2001) e (Carmines and Zeller 1979).

Aqui, validade e confiabilidade dizem respeito a erros de mensuração dos indicadores de tolerância à corrupção. Logo, não é de interesse da análise avaliar a validade de inferências de causa e efeito pontuadas pela literatura sobre o tema em questão¹⁴, apesar da validade de mensuração estar vinculada à inferência causal, como será visto adiante.

De forma convencional, confiabilidade está associada à uma situação de inconsistência de mensuração causada por erros aleatórios. Já validade, estaria relacionada à proeminência de erros sistemáticos, ou vieses. Apesar da natureza do erro de medida ser um critério de distinção entre os conceitos de validade e confiabilidade, alguns metodólogos advogam que este princípio não satisfaz por completo a diferenciação. Em geral, predominam duas formas de abordar a relação entre validade e confiabilidade.

A primeira baseia-se estritamente sobre a distinção da natureza dos erros de mensuração. Ou seja, validade é exclusivamente relacionada à existência de viés ou erro sistemático, por outro lado, a confiabilidade estaria associada à problemas referentes à erros aleatórios. Deste modo, existe a possibilidade de que indicadores não confiáveis sejam considerados válidos (Carmines and Zeller 1979).

A segunda perspectiva posiciona-se de forma cética quanto a validade de indicadores com problemas de confiabilidade. Estes acreditam que a validade depende da não existência de erros aleatórios e sistemáticos, além disso, consideram que confiabilidade não é condição suficiente para acessar a validade, ainda que necessária.

¹⁴ Validade de mensuração é distinta da validade de inferências causais, como foi problematizado por Cook e Campbell (1979) e definida como validade interna e externa das inferências de causa e efeito.

Este trabalho não advoga a favor de nenhuma perspectiva, e esta discussão ainda está em aberto na literatura. Aqui, considera-se validade e confiabilidade distintas em função da natureza do erro. A razão da escolha é facilitar a interpretação da análise e comparar os resultados com outros trabalhos já realizados nesse sentido.

Um ponto fundamental à discussão de validade é confiabilidade é a diferença potencial entre contextos transitados por um indicador. Especificidade contextual é um tópico central à literatura psicométrica, a qual enfatiza que o score de um indicador pode ter significados em diferentes contextos. Adcock e Collier (2010) advogam que pesquisadores deveriam fazer escolhas sensíveis ao contexto bem antes de partirem para construção de um indicador.

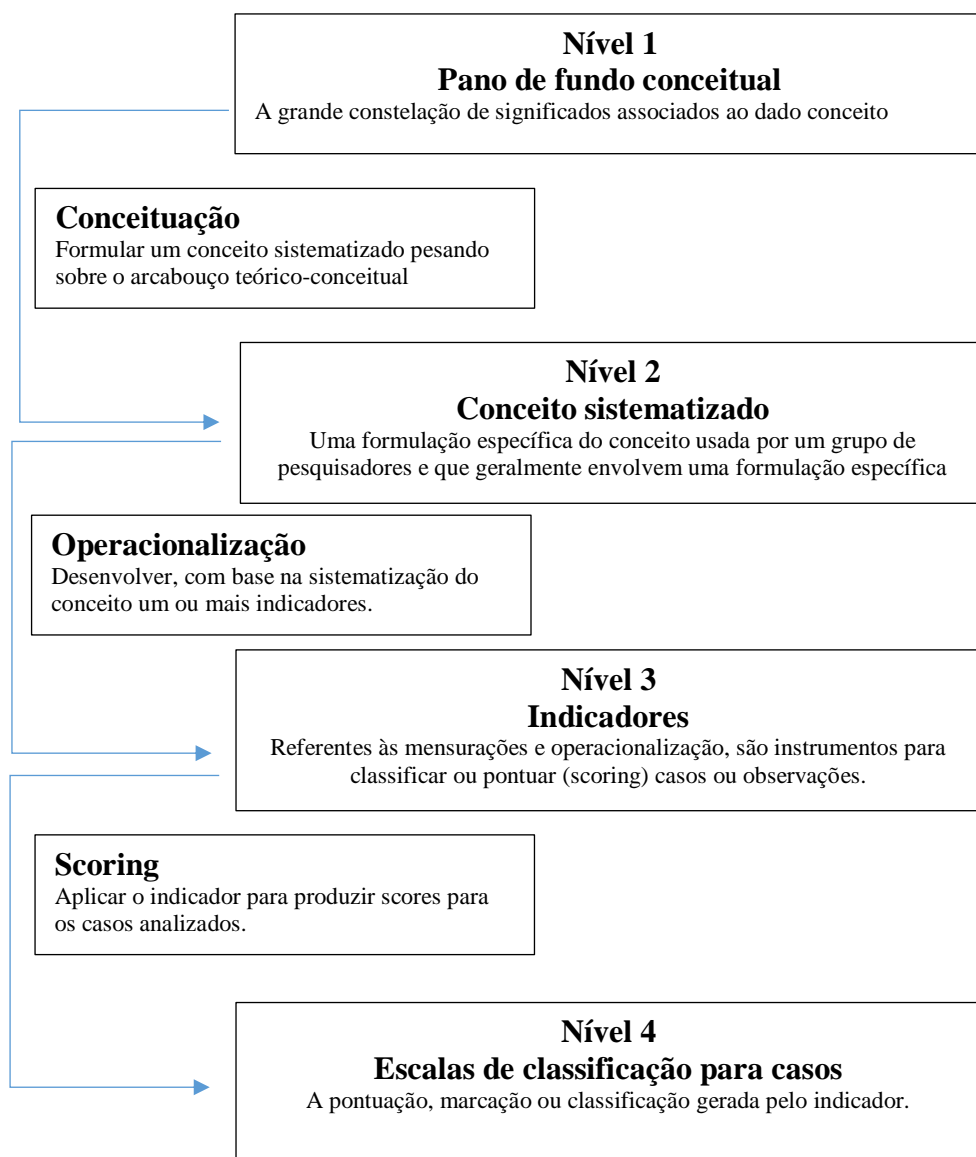
2.1 Validade

Bollen (1989) sugere uma definição bastante simples para o conceito de validade:

“validity concerned with whether a variable measures what it is supposed to measure.” (Bollen 1989, 197)

Ao seguir o mesmo princípio, King, Keohane, and Verba sugerem praticamente a mesma definição. Em paralelo, Adcock e Collier (2001) afirmam que a validade de uma mensuração é alcançada quando os scores de um indicador capturam significativamente as ideias contidas no conceito subjacente. Os autores apresentam o seguinte quadro para visualizar o acesso à validação de medidas em função dos conceitos mobilizados. Em suma, eles afirmam que validade é alcançada quando scores de um dado indicador podem significativamente ser interpretado em termos do conceito sistematizado o qual o indicador pretende operacionalizar.

Figura 2. Validação de medidas em função de conceitos



Fonte: Adcock e Collier (2001)

De forma mais simplificada, Adcock e Collier (2001) pontuam que a validação deveria focar a relação entre observações e o conceito sistematizado. Ademais, consideram que a divergência ou disputa conceitual é uma questão isolada da atividade de validar indicadores, portanto, divergência teórico-conceitual é algo relevante, porém, uma condição não necessária para alcance de validação.

Seguindo a orientação de Adcock e Collier (2001) a validação das medidas deve seguir três principais diretrizes: validação de conteúdo, validação convergente - discriminatória, e validade nomológica.

Validação de conteúdo

Questiona se o indicador capta o conteúdo sistemático do conceito, se pode ser replicável a perguntas futuras, se existem elementos chaves omitidos no indicador e se existem elementos inapropriados incluídos ao indicador. Como discutido, se faz importante que haja algum grau de concordância conceitual quanto ao fenômeno debatido. Apesar de necessária, a validação de conteúdo não é suficiente para estabelecer a validade.

Validação convergente/discriminante:

Neste caso, a variância compartilhada por indicadores pode sugerir evidências de validação.

A validação convergente questiona se os scores de indicadores alternativos (do mesmo conceito) são convergentes e empiricamente associados ao indicador em análise. Foca em múltiplos indicadores de um mesmo conceito.¹⁵ Ao contrário, validade discriminante pode ser auferida quando existe uma correlação negativa modesta entre os indicadores do mesmo conceito, porém, de dimensões diferentes, ou ainda, quando o indicador se relaciona de maneira diferente com outros conceitos.

Convergência ou divergência devem ser teórico e conceitualmente justificadas, a fim de que as inferências descritivas não sejam guiadas exclusivamente por achados empíricos.

Validação de Nomológica

Baseia-se na investigação explícita de constructo e medidas em termos de hipóteses formais derivadas da teoria. Investiga a relação teórica entre diferentes constructos e a relação empírica destes com constructos diferentes. Ou seja, este tipo de validação avalia o desempenho de um indicador em relação a uma hipótese causal.

Validação de nomológica foca em indicadores de diferentes conceitos que estão conectados por relações de causas e efeito. A partir de hipóteses bem estabelecidas na

¹⁵ Quando indicadores possuem boa correlação entre si, modelos de equação estrutural podem ser úteis para estimar o grau em que estas altas correlações são derivadas de um viés sistemático compartilhado.

literatura, o indicador pode ser avaliado segundo sua relação de causa ou efeito com outros indicadores de conceitos diferentes.

2.2 Confiabilidade

Segundo Hair Junior et al. (2005), confiabilidade é o grau em que um conjunto de indicadores de uma variável latente (construto) é consistente em suas mensurações.

Na medida em que o construto é um conceito que o pesquisador pode definir em termos teóricos, mas que não pode ser medido diretamente ou medido sem erro, apenas representado ou medido por um ou mais indicadores, os indicadores de tolerância à corrupção se valem de um conjunto de itens de resposta para criarem medidas que captem as dimensões teóricas do fenômeno.

As respostas a tais itens, de uma forma combinada, fornecem uma medida razoável do construto para um indivíduo (HAIR JUNIOR et al., 2005).

Segundo Carmines e Zeller (1979) confiabilidade é um traço de consistência de uma medida, assim os testes para este tipo de análise, avaliam as comunalidades e covariações entre itens que medem um mesmo conceito ou suas diferentes dimensões. A confiabilidade também é alcançada pela consistência dos resultados obtidos com a mesma medida quando aplicada em períodos de tempo diferentes, mas com amostras similares.

2.3 Especificidade Contextual

O contexto importa. Adcock e Collier (2010) debatem o estabelecimento de equivalência com relação a diversos contextos e considera que esta questão afeta muitas áreas da ciência política, e é especialmente recorrente em pesquisas transnacionais (cross-nationals).

A preocupação é tentar estabelecer equivalência conceitual entre os diversos contextos, como uma forma de contribuir para validade da mensuração.

“Bem antes de pensar em determinados procedimentos de pontuação, os estudiosos podem ter de fazer escolhas sensíveis ao contexto em relação às partes mais amplas da política, economia, ou sociedade a que se aplica o seu conceito.”

Outra questão importante levantada por Brady (1985) problematiza o contexto ao método de survey, o qual pode envolver o dilema “incomparabilidade de respostas interpessoais”. Dito de outro modo, um item de pesquisa pode ter diferentes significados para os distintos subgrupos da população - que poderiam ser definidas, por região, gênero, classe ou raça. Uma preocupação específica é se subgrupos populacionais diferem sistematicamente em seu "estilo de resposta" (também chamado de "conjuntos de resposta") Adcok e Collier (2010). Alguns grupos podem estar mais dispostos a darem respostas extremas, e outros podem tender a respostas moderadas. Shepard (1993, 417) alerta para este problema psicométrico possivelmente presente em indicadores que generalizam significados diferentes para contextos diferentes.

Adiante, o problema da especificidade contextual será melhor explorado em relação às medidas de aceitação da corrupção. Por hora, vale lembrar também que em pesquisas transnacionais nem sempre é possível coletar dados sensíveis aos diferentes contextos por conta da falta de recursos em realizar surveys mais específicos.

Capítulo 3: Busca por evidências.

2.4 Problematização e análise descritiva

De acordo com objetivo deste trabalho - buscar evidências de validade e confiabilidade da medida de aceitação – propõe-se uma tentativa de descrever erros sistemáticos e aleatórios seguindo os achados de Catterberg et al (2013) e Peters e Welchs (1978). Portanto, para uma representação mais clara das possíveis fontes de erros da medida de aceitação da corrupção, apropria-se do modelo de processo de resposta de Tourangeu et al (2000).

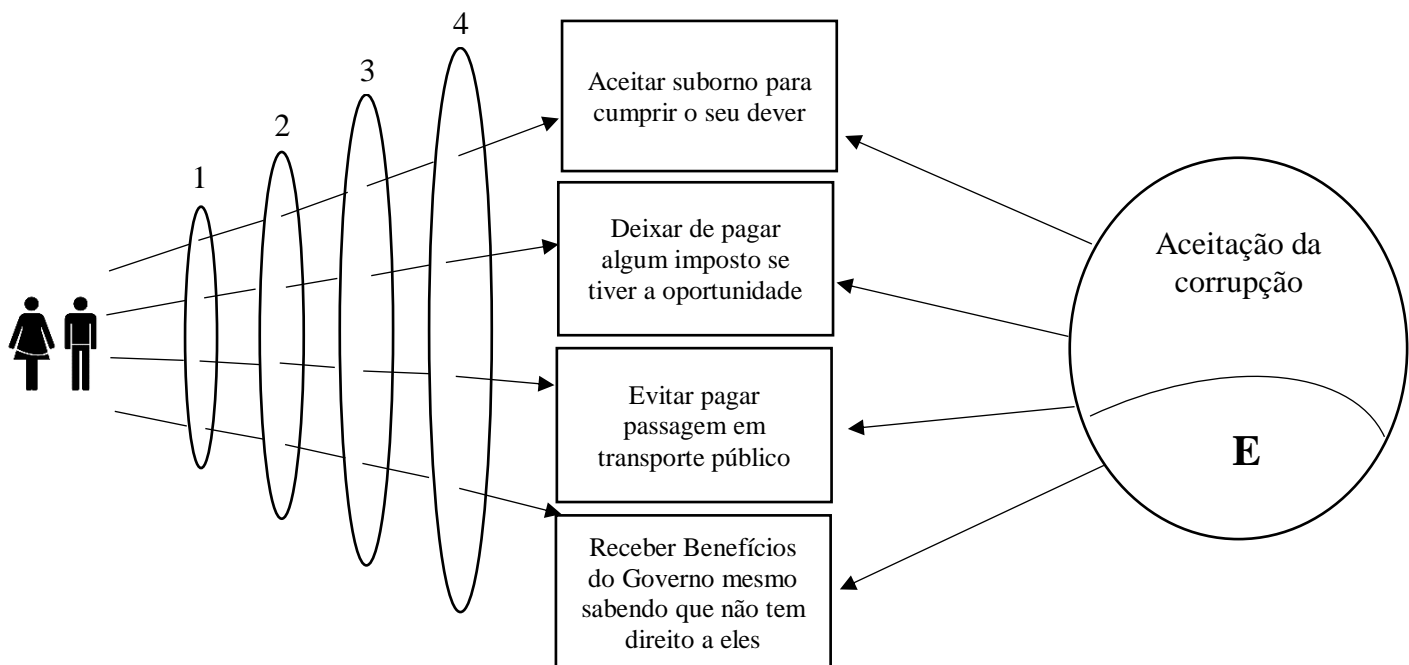
De forma a ilustrar e visualizar melhor como erros emergem no momento da coleta de informações em surveys com entrevistas face a face e, possivelmente afetam o resultado das mensurações, apropria-se do “modelo de processo de resposta” de Tourangeu et al (2000), o qual argumenta que a resposta dada em uma pesquisa do tipo survey passa por quatro etapas:

- 1- O indivíduo se propõe a compreender a pergunta em questão.
- 2- Recuperam informações e memórias pertinentes ao tema.
- 3- Escolhem informações para realizar julgamentos.
- 4- Adaptam o julgamento para a escala de resposta da questão.

O modelo de Tourangeu et al (2000), não esgota o processo de formulação de resposta de um entrevistado, tampouco é o único que o aborda. Mobiliza-se o modelo a fim de ilustrar e simplificar a análise da emergência de possíveis de erros de mensuração associada à problemas inerentes a metodologia de entrevistas face a face.

Os quatro passos de resposta estão representados pelas elipses na figura e formam o processo de resposta necessário à formação de cada variável observada.

Figura 3. Modelo de Tourangeu et al (2000) e indicadores observáveis



Fonte: elaboração própria

A primeira etapa, da *compreensão*, refere-se ao sentido que o entrevistado dá à pergunta e ao tema em questão. Nesta etapa é possível que não haja entendimento suficiente da pergunta ou do tema, o que levaria respondentes a declararem “não-attitudes” ou “não-respostas” – ambas com referência ao item, e não à unidade.

O problema de “não-attitudes” pode ser um erro sistemático, ou seja, pessoas podem não compreender ou não ter uma opinião definida sobre e que está sendo perguntado e mesmo assim dar uma resposta. A título de descrição não se consegue evidências deste erro a partir dos dados descritivos. Já o problema de “não-resposta” pode ser analisado segundo a série histórica de cada país.

Para o Brasil os indicadores observáveis da medida de aceitação não apresentam um problema significativo de “não respostas”. O percentual de é consideravelmente baixo para as três ondas de pesquisa (1%) e não existe variação significativa da taxa de “não-resposta” entre as três ondas.

Tabela 1. Taxa de não resposta de indicadores observáveis para as rodadas do

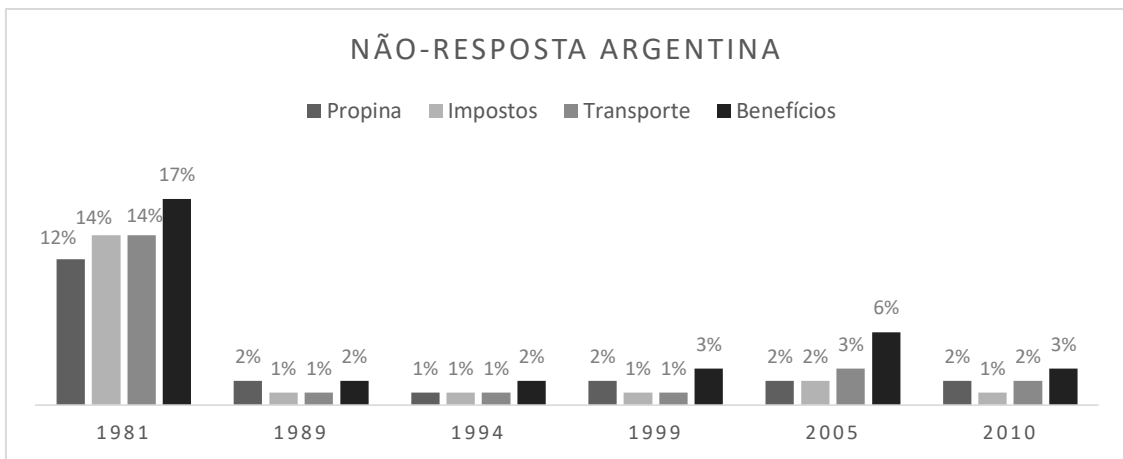
Brasil

Rodada	Propina	Impostos	Transporte	Benefícios
1991	1%	1%	1%	1%
2006	2%	1%	2%	1%
2014	0%	1%	1%	1%

Fonte: WVS- elaboração própria

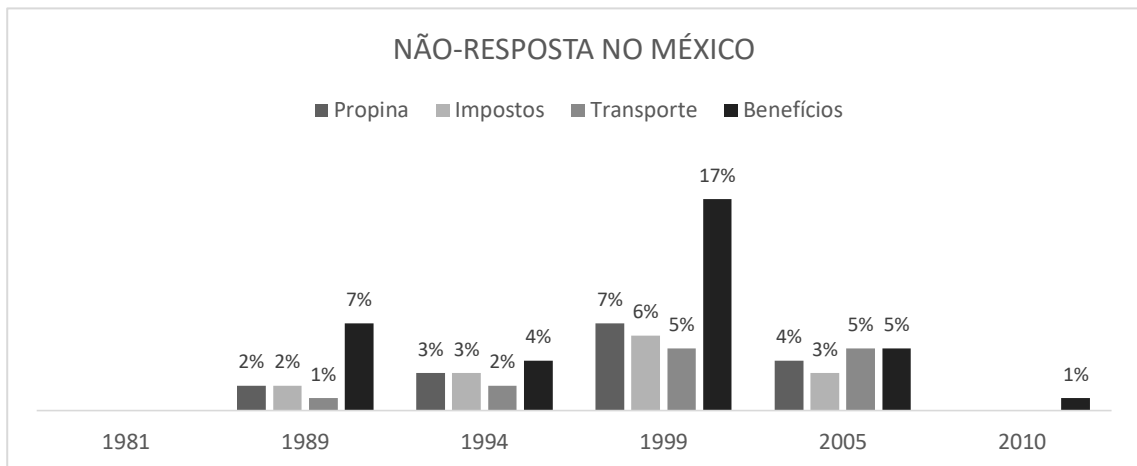
Já para os demais países latino-americanos, especialmente o México e a primeira rodada de pesquisas na Argentina em 1981, a taxa de não resposta é relativamente alta e varia consideravelmente entre as rodadas. A série histórica do Chile parece variar menos, a exceção da rodada de 2005 com um ligeiro aumento na taxa de “não-respostas”.

Gráfico 1. Taxa de “não-resposta” para rodadas da Argentina



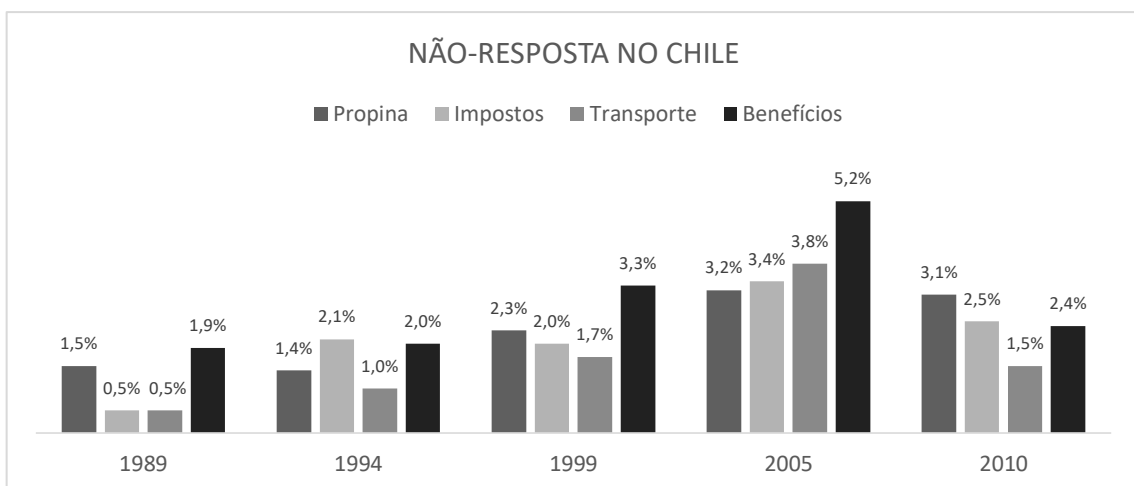
Fonte: WVS - elaboração própria

Gráfico 2. Taxa de “não-resposta” para rodadas do México



Fonte: WVS - elaboração própria

Gráfico 3. Taxa de “não-resposta” para rodadas do Chile



Fonte: WVS - elaboração própria

O percentual de “não-resposta”, independente do país, é sempre maior para a questão sobre “receber benefícios que não tem direito a eles”. Daí, surgem duas hipóteses explicativas: o formato da pergunta do item sobre benefícios é mais complexo se comparado com as demais, o que acarreta uma compreensão insuficiente sobre o conteúdo da questão, ou, o item sobre benefício é mais afetado por uma carga moral e, portanto, está mais vulnerável aos efeitos da desejabilidade social.

Conforme mencionou-se Berinsky (1999), perguntas que mensuram atitudes atreladas a certas normas sociais podem causar problemas de não-resposta. Ou, seja, o teor moral que a questão evoca pode induzir o entrevistado a não emitir sua opinião por estar influenciado pelo fator de desejabilidade social e, portanto, por uma vontade de não ter que opinar sobre uma prática socialmente indesejável.

Caso a desejo social esteja atrelado à taxa de não resposta dos itens, pode-se estar diante de uma primeira evidência a insensibilidade contextual da medida, já que o desejo social pode variar diante de contextos diferentes.

A segunda etapa, *recuperar informações e memórias pertinentes ao tema*, é o início das principais problematizações sobre a validade da medida: desejabilidade social e o conceito de corrupção dos entrevistados.

Argumenta-se que esta etapa está muito relacionada à próxima (*escolher informações para realizar julgamentos*), e em dado momento podem fazer parte de um mesmo período neste modelo de resposta. Para ilustrar a relação imagina-se que haja viés de desejabilidade social em um item de resposta, a recuperação de informações e memórias pertinentes ao tema (2ª etapa) será “contaminada” pelo viés de desejabilidade social, ainda que o entrevistado teça julgamentos morais sobre o tema (3ª etapa) após recuperar memórias e informações. Dito de outra forma, as informações recuperadas já serão aquelas que suportam o determinado desejo social com relação ao tema. Apesar de especular sobre a unicidade das etapas, trata-se adiante apenas do ato de resgatar informações e memórias sobre o tema.

Recuperar informações não é um processo isolado e referente a preferências puramente individuais do entrevistado. Como visto, a opinião é dependente de informações e memórias construídas e geradas pela socialização e o debate público. Neste momento, a percepção que o indivíduo tem sobre o “clima de opinião” e as expectativas normativas adjuntas a ele se sustenta majoritariamente em sinais de informação social e normativa, como: estrutura política e social, práticas diárias, normas e opiniões expressas.

Uma vez que informações e memórias em relação ao tema da pergunta estão relacionadas ao debate público, o qual envolve conversação, discursos, deliberação, julgamento ativo, e ação política, é interessante considerar a argumentação de Zaller sobre o papel da mídia na difusão de informação neste processo.

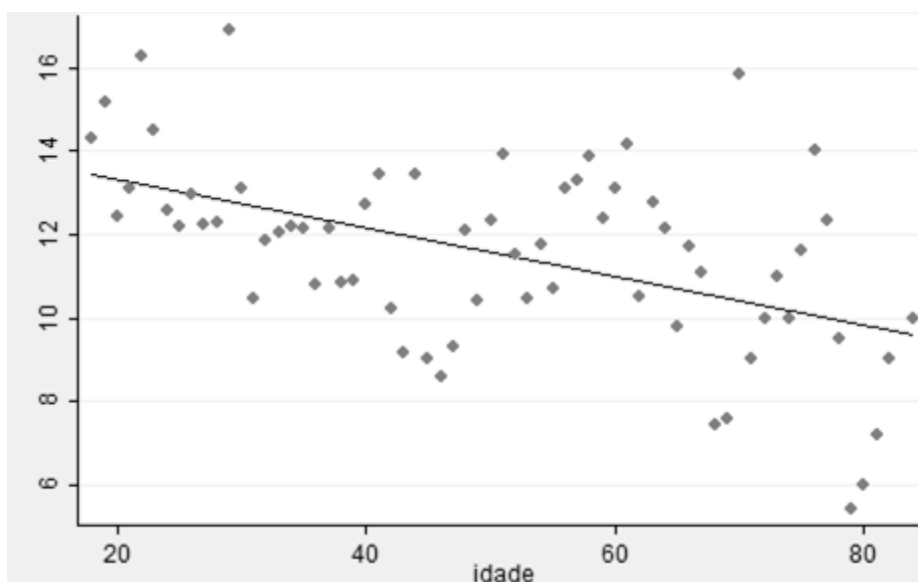
A hipótese que permeia a relação entre conteúdo midiático e variações na percepção dos indivíduos, leva em consideração que o fluxo e natureza das informações podem influenciar a chance de percepção do cidadão sobre o “clima de opinião” em relação ao tema e, por conseguinte, afetar o julgamento da pergunta na próxima etapa do processo. Um momento de grande vinculação midiática de conteúdo referente ao tema da corrupção pode afetar o “clima” e, por conseguinte, gerar efeitos sobre o julgamento dos entrevistados.

Este argumento não pretende dar centralidade à influência da mídia no debate público, mas, assume-se que a qualidade da função midiática permite que a mídia tenha papel distinto na difusão de conteúdos que podem conformar o discurso e assimilação do fenômeno por parte dos cidadãos.

Outra questão pode estar atrelada à esta etapa de recuperação de informações e memórias sobre o tema da pergunta. A forma e a qualidade com que o entrevistado acessa e recupera informações pode estar relacionada à aspectos de renda, escolaridade, idade e ocupação. Ou seja, se a sistematicidade de um possível viés pode estar atrelada à subgrupos da população - de um mesmo contexto - que teriam estilos de resposta diferentes, ou seja, são afetados de forma diferente pela desejabilidade social e, logo, a medida de aceitação tende a ter médias diferentes níveis de renda, escolaridade, região, dentre outros.

Por exemplo, subgrupos de idade e escolaridade podem apresentar estilos de resposta diferentes. Há evidências de que existe variação da média de aceitação da corrupção entre subgrupos de idade e escolaridade¹⁶, o que a princípio não significa que a diferença é explicada apenas por diferenças de desejabilidade social.

Gráfico 4. Relação entre médias de “Aceitação da Corrupção” e faixa etária



Fonte: WVS - elaboração própria

A outra possível fonte de erro atrelada a segunda etapa do modelo de resposta é a possibilidade de entrevistados não relacionarem as práticas com a ideia de corrupção.

Assim como Catterberg et al (2013) encontram evidências de que uruguaios, quando comparado a chilenos argentinos e mexicanos, tendem a não considerar as mesmas práticas como corruptas, pode-se questionar se os entrevistados recuperam informações e memórias que os façam relacionar os itens de pergunta ao fenômeno da corrupção.

Está questão é elementar, pois, como mencionado, as chances de efeito do viés de desejabilidade social aumenta se o indivíduo considera a prática em questão como

¹⁶ Resultado da análise de variância rejeita a hipótese nula de que as médias populacionais da aceitação da corrupção são todas iguais para as categorias de idade.

corrupção ou não. Caso o entrevistado recupere informações e memória que o faça relacionar as práticas das perguntas à corrupção, o efeito da desejabilidade pode ser maior.

Para descrever como a questão do conceito de corrupção pode ou não estar atrelado a questões e, por conseguinte, influenciar magnitude da desejabilidade social, recorre-se a pesquisa de 2008 do Barômetro das Américas.

Nesta rodada foi inclusa duas perguntas que questionam aos entrevistados se a quebra de uma norma social pode ser considerada corrupta ou não. As questões simulam cenários de práticas que poderiam ser consideradas corruptas e o item ainda capta a aceitação das mesmas práticas:

Tabela 2. Questões de aceitação por cenários

Cenário 1	Cenário 2
Uma mãe com vários filhos tem que tirar uma certidão de nascimento para um deles. Para não perder tempo esperando, ela paga R\$10 reais para um funcionário público. O Sr/Sra. acredita que o que o que essa senhora fez é:	Uma pessoa desempregada é cunhada de um político importante e esse usa sua posição para arrumar-lhe um emprego. O Sr/Sra. acredita que o que o políticos fez é:

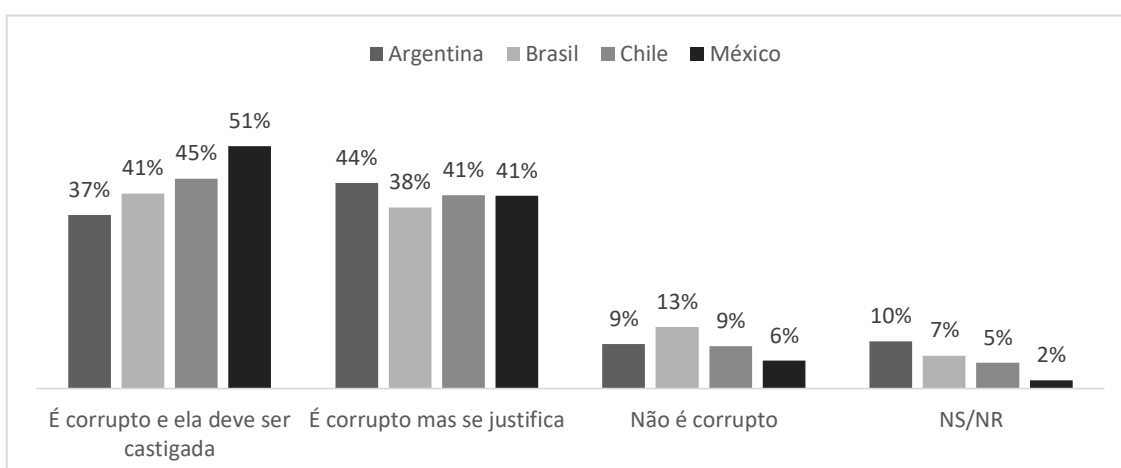
Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

A escala de resposta é nominal:

É corrupto e ela deve ser castigada
É corrupto, mas se justifica
Não é corrupto
NS/NR

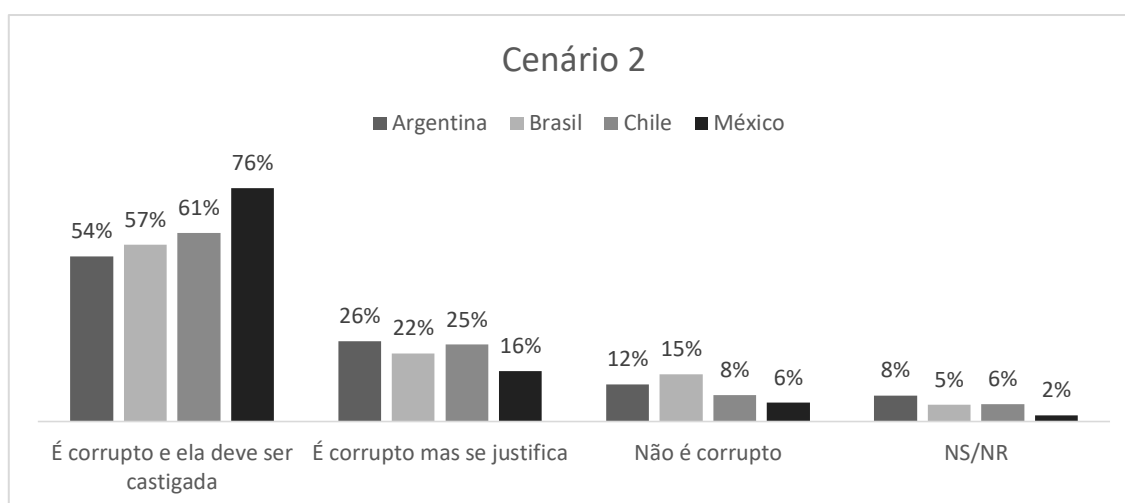
Os entrevistados mexicanos são os que mais consideram a prática como corrupta, ao mesmo tempo, o México é o país com maior grau de intolerância às práticas. Por sua vez, os brasileiros são os que menos consideram a prática como corrupta e a Argentina é o único país com mais tolerantes do que intolerantes para o “cenário 1”.

Gráfico 5. Taxa de “não-respostas” para o cenário 1



Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Gráfico 6. Taxa de “não-respostas” para o cenário 2



Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Existem diferenças entre contextos sobre a aceitação e a própria consideração dos entrevistados sobre o ato ser ou não corrupto. A diferença parece ser sistemática quando consideramos os dois cenários. O item “cenário 2” é claramente menos aceito para os quatro países, o que pode evidenciar uma carga moral mais alta relacionada ao “cenário 2” em detrimento do “cenário 1”. Ou seja, no caso de viés de desejabilidade social, este transitaria pelos quatro países quando se compara o “cenário 1” com o “cenário 2”, isto é, o viés é consistente ao atravessar contextos.

Uma observação importante, as duas perguntas da base de dados do Barômetro das Américas não estão isentas do viés de desejabilidade, pelo contrário, decidir que a atitude não é corrupta pode significar uma opinião altamente indesejada. Portanto, existem erros de medida das respostas dadas aos dois cenários e, possivelmente estão atrelados ao viés de desejo social que o conteúdo da questão evoca.

A terceira etapa, *escolher informações para realizar julgamentos*, é considerada aqui o momento em que a desejabilidade social se solidifica enquanto viés de resposta.

Na etapa anterior, a carga moral da pergunta emerge quando o indivíduo resgata memórias e informações pertinentes ao tema – conforme argumentado, provavelmente já carregadas com viés de seleção por aspectos de desejo social - nesta etapa o indivíduo escolhe as informações centrais ao tema e tece julgamentos sobre o mesmo baseado na pergunta.

Aqui, o julgamento pode estar relacionado ao “clima de opinião” e, ao considerar a possibilidade de viés por conta da pressão normativa que a opinião pública gera sobre os entrevistados, o desejo social pode então ser um fator preponderante.

Na quarta e última etapa, *adaptar o julgamento para a escala de resposta da questão*, o erro de medida deve estar associado à dificuldade com que respondentes tem em adequar julgamento à escala de resposta dada.

Imagine se os itens de pergunta das variáveis observadas do constructo de aceitação fossem dicotômicos, o resultado poderia ser diferente? Infelizmente não temos uma base de dados com itens de resposta em escalas diferentes, entretanto tenta-se analisar a possível diferença entre resultados a partir do banco de dados do Barômetro das Américas (LAPOP) de 2006.

Neste banco de dados, foi perguntado ao entrevistado se “*da forma como as coisas estão, o Sr.(a) acha que às vezes se justifica pagar uma propina (suborno)?*”. A escala de resposta é “sim” ou “não”.

Tabela 3. Indicadores de aceitação Lapop 2006 e WVS 2006

Brasil				Argentina			
LAPOP 2006		WVS 2006		LAPOP 2006		WVS 2006	
Não	88%	Nunca se justifica	71%	Não	67%	Nunca se justifica	89%
Sim	11%	2	8%	Sim	27%	2	1%
NS/NR	2%	3	7%	NS/NR	6%	3	2%
		4	3%			4	1%
		5	4%			5	0%
		6	1%			6	2%
		7	1%			7	1%
		8	1%			8	1%
		9	0%			9	1%
		Sempre se justifica	2%			Sempre se justifica	1%
		NS/NR	2%			NS/NR	3%
Chile				México			
LAPOP 2006		WVS 2006		LAPOP 2006		WVS 2006	
Não	84%	Nunca se justifica	70%	Não	71%	Nunca se justifica	62%
Sim	15%	2	11%	Sim	26%	2	8%
NS/NR	1%	3	7%	NS/NR	3%	3	5%
		4	3%			4	4%
		5	3%			5	5%
		6	8%			6	3%
		7	6%			7	2%
		8	5%			8	2%
		9	7%			9	1%
		Sempre se justifica	8%			Sempre se justifica	5%
		NS/NR	3%			NS/NR	4%

Fonte: WVS e LAPOP 2008 - elaboração própria

Se recodificarmos a escala de 1 a 10 para a opção de resposta “sim, as vezes se justifica” para respostas de 2 a 9 e “não, nunca se justifica” o score 1, observa-se que na escala dicotômica a porcentagem de intolerantes é maior, exceto para Argentina, na qual a porcentagem observada é menor.

Neste caso considera-se a escala de 1 a 10 mais adequada do que a dicotômica, pois, considerando o possível viés de desejabilidade social, a escala permite uma tentativa de acessar alguma situação de necessidade onde as práticas podem ser toleradas.

A análise não compara um conjunto de dados pertencentes a uma mesma rodada de pesquisa, mas ambas bases de dados possuem representatividade nacional,

logo, amostras similares e a diferença dos resultados nas escalas dicotômicas e contínuas são superiores à margem de erro das pesquisas.

A associação do processo de resposta aos possíveis erros de medidas, dado a coleta de dados por entrevista face a face, é uma tentativa de elucidar as possíveis fontes de erro associadas à pesquisa da aceitação da corrupção. Após descrever a capacidade dos erros em distorcer ou subestimar scores, podemos também defini-los em termos da sistematicidade ou aleatoriedade dos seus efeitos.

Erros de medida provenientes de uma possível deseabilidade social ou escalas de respostas enviesadas parecem ser sistemáticos. O viés pode causar distorção nos scores dos itens. No caso da aceitação da corrupção é possível que a intolerância às práticas corruptas esteja sobrestimada pelo efeito do desejo social.

Já possíveis erros de “não-atitude” e “não-respostas” parecem ser aleatórios, isto é, podem afetar a consistência da medida, seja por considerar a congruência interna dos indicadores observáveis da medida ou sua regularidade ao longo do tempo.

Outro aspecto que pode afetar a qualidade da medida é a sua sensibilidade à contextos diferentes. O efeito da deseabilidade social e o conceito que os entrevistados tem sobre a corrupção podem variar conforme transita-se por contextos distintos, logo é possível que os resultados da mensuração não reflitam o mesmo significado para contextos diferentes.

Diante dos expostos, prossegue-se para a busca de evidências de validade e confiabilidade seguindo as orientações de Carmines e Zaller (1979) e Adcock e Collier (2001).

De acordo com a pergunta central deste trabalho, formula-se as seguintes hipóteses:

“Existem evidências de sensibilidade contextual, validade e confiabilidade da medida de aceitação da corrupção?”

Validação de conteúdo:

H1: O constructo de aceitação da corrupção capta o conteúdo sistemático do conceito que pretende mensurar.

H2: Existem elementos chaves omitidos ou inclusos de forma inapropriada ao indicador.

Validação convergente / discriminante

H3: indicadores observáveis alternativos e teoricamente convergentes captam uma mesma dimensão do fenômeno

H4: indicadores observáveis alternativos e teoricamente divergentes captam dimensões diferentes do fenômeno

Validação nomológica

H5: nexos causais da literatura são também estabelecidos pelos indicadores.

Para a análise de confiabilidade formula-se as seguintes hipóteses:

H6: Os indicadores observáveis captam uma mesma dimensão

H7: Existe consistência interna significativa entre os indicadores observáveis.

O capítulo da análise inicia-se com a avaliação da validade uma vez que aspectos de confiabilidade dependem do grau em que a medida capta o conceito de aceitação da corrupção. Na sequência, avalia a consistência interna das medidas e julga-se sua sensibilidade a contextos diferentes.

3.1 Metodologia

A validação de conteúdo será realizada a partir do resgate das proposições teórico-conceituais da literatura, conforme sugerido por Hair et al (2005).

A fim de avaliar outros aspectos da validade e consistência do indicador de Aceitação ou tolerância à corrupção, ira-se aplicar, testes estatísticos como: Coeficiente α de Cronbach, Análise Fatorial Exploratória e Confirmatória. A última parte da abordagem do Modelo de Equações Estruturais.

A Análise fatorial representa um conjunto de métodos, os quais têm o propósito de facilitar o entendimento dos fatores latentes que são subjacentes a um conjunto de variáveis observáveis. Segundo Costello e Osborne (2004), a análise fatorial se propõe a determinar qual conjunto de variáveis observadas compartilha características da variância e covariância que definem a construção dos fatores (variáveis latentes).

Em suma, usa-se técnicas analíticas de análise fatorial para confirmar quais variáveis definem construtos ou fatores a partir de variáveis observadas, ou explora-se quais variáveis estão ou não relacionados aos fatores. O processo de análise fatorial pode seguir duas modalidades, com princípios semelhantes, porém, com finalidades distintas: A Análise Fatorial Exploratória (AFE) e Análise Fatorial Confirmatória (AFC).

Na AFE procura-se definir os fatores, impor vínculos sobre estes, não existindo restrições sobre os padrões de relações entre variáveis observadas e latentes. O objetivo da análise exploratória é descobrir a natureza da estrutura subjacente entre as variáveis indicadoras.

Várias soluções são estimadas com diferentes números de elementos e diversos tipos de rotações na AFE. O pesquisador escolhe entre as soluções e seleciona a melhor, baseado na teoria. Segundo Brown (2006), o objetivo primordial da análise fatorial exploratória é avaliar a dimensionalidade de um conjunto de múltiplos indicadores (por exemplo, itens de um questionário) para descobrir o menor número de fatores interpretáveis necessários para explicar as correlações entre eles. Isto define a diferença entre AFE e AFC. Na AFE não são impostas restrições a priori nos padrões das relações entre as variáveis enquanto que na AFC o pesquisador deve especificar diversos aspectos do modelo fatorial, tais como, o número de fatores e o padrão das cargas fatoriais, determinando diferentes modelos alternativos para encontrar o que mais se ajusta aos dados, e que tenha suporte teórico.

Já na AFC a teoria vem em primeiro lugar. O modelo é derivado da teoria e por último testado para obter a consistência com os dados observados, usando uma abordagem de Modelos de Equações Estruturais (MEE). Assim, a questão é se o modelo produz uma matriz de covariância populacional consistente com a matriz de covariância amostral (observada). Se o modelo for bom, os parâmetros estimados produzirão uma matriz de covariância populacional estimada próxima à matriz de covariância amostral. Essa “proximidade” é avaliada primeiramente pelo teste qui-quadrado e, posteriormente, pelos índices de ajuste.

A Análise Fatorial Confirmatória (AFC) é um método de análise de dados que pertence à família das técnicas de modelagem de equações estruturais (MEE). Esta técnica permite a verificação de ajustes entre os dados observados e um modelo hipotetizado a priori, o qual é baseado na teoria que especifica as relações causais hipotéticas entre fatores latentes (variáveis não observáveis) e suas variáveis indicadoras (observáveis).

Segundo Ullman (2006), os Modelos de Equações Estruturais (SEM) permitem que um conjunto de relações entre uma ou mais variáveis indicadoras e uma ou mais variáveis latentes possam ser descritas por variáveis contínuas e/ou discretas. Além disso, SEM também engloba como modelos causais, análise causal, modelagem de equações simultâneas, análise de estruturas de covariâncias, análises de caminhos ou análise fatorial confirmatória (AFC).

A técnica em questão exige alguns pressupostos para sua aplicação a variáveis contínuas e discretas. Segundo Hair et al (2006) os critérios estão calcados no padrão de correlação, aspectos amostrais e estatísticas de ajuste, são eles:

- 1- Amostras mínimas entre 50 e 100 casos
- 2- Razão entre o número de observações (N) e número de variáveis igual ou superior a cinco.
- 3- A maior parte dos coeficientes de correlação devem apresentar valores superiores a 0,30
- 4- Estatística KMO com patamar mínimo de adequabilidade (Hair et all 2006)
- 5- Estatística BTS com significância estatística acima com $p < 0,05$.

Por sua vez, o coeficiente Alfa Cronbach, proposto por Cronbach (1951), resume a covariação entre diversos itens que devem compor um indicador. O método é adequado para quantificar a confiabilidade de instrumentos de medidas, considera a homogeneidade dos itens da escala e apresenta como vantagem o fato de necessitar de uma única aplicação do instrumento. É o método mais utilizado para medir a confiabilidade, quando esta for entendida como uma consistência interna dos indicadores da escala, ou seja, os indicadores da escala, altamente interrelacionados, devem medir o mesmo construto latente.

De uma forma geral, o Coeficiente α de Cronbach mede a correlação entre as respostas em um questionário através da análise do perfil das respostas dadas pelos respondentes (HORA et al., 2010). É calculado a partir do somatório da variância dos itens individuais e da soma da variância de cada avaliador.

Os valores de α variam de 0 a 1,0; quanto mais próximo de 1, maior confiabilidade entre os indicadores. O uso de medidas de confiabilidade, como o α de Cronbach, não garante unidimensionalidade ao questionário, mas assume que ela existe. A unidimensionalidade é uma característica de um conjunto de indicadores que tem apenas um conceito em comum (HAIR JUNIOR et al., 2005).

De um modo geral, um instrumento ou teste é classificado como tendo fiabilidade apropriada quando o α é pelo menos 0.70 (Nunnally, 1994, *apud* FREITAS, 2005). Contudo, em alguns cenários de investigação das ciências sociais, um α de 0.60 é considerado aceitável desde que os resultados obtidos com esse instrumento sejam interpretados com precaução e tenham em conta o contexto de computação do índice (De Vellis, 1991).

Peterson (1994) numa meta-análise da utilização do α de Cronbach na literatura das ciências sociais e humanas, observou um α médio de 0.70 (na medição de valores) a 0.82 (na medição da satisfação com o trabalho). Com poucas exceções, este autor não observou nenhuma relação entre a magnitude do α e o design experimental das características investigadas.

Segundo Hora et al. (2010), a aplicação do Coeficiente Alfa de Cronbach deve se submeter a alguns pressupostos:

1. O questionário deve estar dividido e agrupado em “dimensões” (construtos), ou seja, questões que tratam de um mesmo aspecto;
2. O questionário deve ser aplicado a uma amostra significativa e heterogênea da população (se questionários forem aplicados apenas para especialistas numa determinada área, por exemplo, existirá uma tendência natural a uma baixa variância, baixando, assim, o α).
3. A escala já deve estar validada (ou seja, deve existir a certeza de que o instrumento usado na medição está realmente medindo aquilo que ele se propõe a medir).

O último ponto do pressuposto é frequentemente questionado, pois não existe um formalismo matemático para se dizer se uma escala é válida ou não. Assim, muitos pesquisadores avaliam a validade da escala pelo nível de confiabilidade desta (HORA et al., 2010),

Testes de ajustes

Em geral, na metodologia de SEM, é utilizado o estimador de Máxima Verossimilhança. Segundo Brown (2006), o estimador ML possui diversas propriedades estatísticas:

- 1). Fornece os erros padrões para cada parâmetro estimado, os quais são usados para testar a significância estatística dos parâmetros e a precisão das estimativas através dos intervalos de confiança e
- 2) a função de ajuste é usada para calcular vários dos índices de qualidade de ajuste.

Cabe mencionar, que o estimador de máxima verossimilhança é um dos vários métodos que podem ser usados. De fato, segundo Brown (2006), este estimador tem diversos pressupostos:

a) O procedimento de estimação requer grandes tamanhos amostrais (assintóticos).

b) . As variáveis indicadoras devem ser contínuas.

c). As variáveis indicadoras devem ter distribuição normal multivariada Kline (2006) ainda recomenda que, embora seja difícil estabelecer todos os aspectos de normalidade multivariada. Testar normalidade univariada e existência de outliers deve detectar a maior parte da não normalidade multivariada.

Índices de ajuste absoluto “Overall Fit”

A estatística qui-quadrado de bondade de ajuste quando grande, conduz à rejeição de H_0 , significando que o modelo estimado não reproduz bem a matriz de covariância amostral, ou seja, que os dados não se ajustam bem ao modelo. Em contraste, um valor baixo desta estatística mostra que não é possível rejeitar H_0 e significa que existe um bom ajuste do modelo (BROWN, 2006).

Embora o χ^2 é uma estatística comum na análise de modelos de análise fatorial confirmatória, esta estatística é raramente usada como um índice de ajuste isolado. De fato, existem críticas importantes a esta estatística. Em primeiro lugar, para N pequeno ou dados com distribuição não normal, a distribuição subjacente não segue comprometendo o teste de H_0 . Em segundo lugar, esta estatística sempre rejeitará H_0 , se o tamanho amostral for grande.

SRMR (do inglês, Standardized Root Mean Square Residual) que é baseado na discrepância entre as correlações na matriz amostral e as correlações preditas pelo modelo, ou seja, é baseado nas diferenças entre as covariâncias preditas e observadas. Idealmente, esses resíduos devem ser todos iguais a zero para um modelo de ajuste aceitável. Brow (2006) recomenda um valor de corte perto de 0,08 ou menor, o autor afirma que quanto mais próximo de zero, melhor será o ajuste do modelo.

Índice de ajuste parcimonioso

O RMSEA é um índice criado por Stieger e Lind no ano de 1980 e estima quão bem os parâmetros do modelo reproduzem a covariância populacional. Se um modelo estimado reproduz exatamente as covariâncias populacionais então o RMSEA será igual a zero. Segundo Brown (2006), valores próximos de 0,06 ou menores indicam um ajuste razoável do modelo. Assim, também o RMSEA é um índice de correção parcimoniosa, já que incorpora uma penalização pelo número de parâmetros estimados (expressos em graus de liberdade), desta forma, modelos complexos são penalizados por ter um ajuste pobre.

Índices de ajuste comparativo ou incremental

O CFI (Comparative Fit Index) mede uma melhora relativa no ajuste do modelo do pesquisador em relação a um modelo padrão. Tipicamente, o modelo padrão é um modelo independente em que as covariâncias entre todas as variáveis indicadoras são zero. O CFI pode variar entre 0 e 1 sendo que valores próximos de 1 implicam em um modelo bem ajustado.

Outro índice bastante usado é o TLI (Tucker-Lewis Index) ou NNFI (Índice de Tucker-Lewis não padronizado). Este índice tem aspectos que compensam os efeitos da complexidade do modelo. Assim como o RMSEA, o TLI inclui uma função de penalização pela adição de mais parâmetros estimados e que podem não melhorar o ajuste do modelo.

Ao contrário do CFI, o TLI é não normalizado o que quer dizer que o valor pode cair fora da amplitude de 0 a 1. De qualquer forma, é interpretado de maneira similar ao CFI em que valores próximos de 1 estão de acordo com um bom ajuste. Segundo Brown (2006), alguns pesquisadores notaram que valores menores de 0,9 indicariam suspeitas de rejeição do modelo, e valores de 0,90 a 0,95 poderiam ser indicativos de um ajuste aceitável.

Coeficiente de determinação (CD)

O coeficiente de determinação é a fração (ou porcentagem) da variância explicada pela equação do modelo. O coeficiente pode ser interpretado similarmente ao R-quadrado da equação de regressão linear. Se o modelo se ajusta, então o coeficiente de determinação deve estar próximo de 1.

Confiabilidade composta e variância extraída

Por fim, Hair Jr et al. (2005) afirmam que a unidimensionalidade do constructo pode ser definida pelo valor da confiabilidade composta (CR) do construto. Os valores aceitáveis são iguais ou superiores a 0,70 (Hair Jr et al., 2005).

Uma medida complementar da confiabilidade é a medida da variância extraída. Ela reflete a quantidade total de variância dos indicadores explicada pela variável latente. A diferença entre a confiabilidade composta do construto e a medida da variância extraída (AVE) é que nesta última as cargas padronizadas são elevadas ao quadrado antes de serem somadas. Bons valores para um construto devem ser iguais ou acima de 0,5 (50%) (Hair Jr et al., 2005).

3.2 Evidências de validade

A abordagem de Adcock e Collier (2001) é profícua a este trabalho pois sugere busca por evidências de validade e confiabilidade. Assume-se aqui que análise de validade, confiabilidade e especificidade contextual da medida de aceitação possui grandes limitações. A principal delas é a inexistência de indicadores alternativos numa mesma base de dados. Assim, mobiliza-se o banco de informações do LAPOP para as rodadas de 2006 e 2008 em uma tentativa de buscar evidências de validação convergente e divergente.

Ademais, um dos critérios de confiabilidade será discutido com base na observação da medida para outros três países latino-americanos: Argentina, Chile e México – uma vez que a medida de Aceitação da Corrupção foi coletada apenas em três rodadas de pesquisa.

3.2.1 Validação de conteúdo

Adcock e Collier (2001) pontuam que a validação deveria focar a relação entre observações e o conceito sistematizado. Ademais, consideram que a divergência ou disputa em torno de um conceito é uma questão isolada da atividade de validar indicadores, portanto, divergências teórico-conceituais é algo relevante, porém, uma condição não necessária para alcance de validação

Sobre este último ponto é importante salientar que o conceito de corrupção é extremamente debatido na literatura e o consenso sobre um conceito único não é uma realidade. Apesar do processo de validação não abranger disputas teóricas e conceituais, assume-se aqui que dado os critérios da análise de validação, a fluidez conceitual da corrupção é certamente uma barreira à validação de indicadores criados para mensurar o fenômeno. Adcock e Collier (2001) argumentam que a eficácia da validação por conteúdo¹⁷ depende de certa concordância conceitual sobre o fenômeno em questão. Carmines Zeller (1979) vão além e dissertam que avaliar a validade para questões um tanto abstratas é um exercício extremamente difícil.

Não se considera que a colocação de Carmines e Zeller se aplique completamente à questão da corrupção. Entretanto, os critérios de validação, os quais dependem de um conceito sistematizado, de fato impõem barreiras adversas para o estudo da validade e confiabilidade de indicadores de corrupção - especialmente em vista da dispersão conceitual e teórica que caracteriza o estudo do fenômeno. Portanto, admite-se de antemão os limites das inferências descritivas deste trabalho em função da divergência conceitual do tema em questão.

A fim de maximizar os resultados deste trabalho, argumenta-se que o conceito de aceitação da corrupção, apesar dos diferentes referenciais teóricos, tem sido relativamente sistematizado – dentro de cada abordagem teórica sobre fenômeno.

¹⁷ Validação de conteúdo - explorada adiante – é um tipo de validação que está associada à sistematização do conceito, basicamente questiona se o indicador capta o conteúdo sistemático do conceito, se pode ser replicável a perguntas futuras, se existem elementos-chaves omitidos no indicador e se existem elementos inapropriados incluídos ao indicador

Ademais, as medidas de aceitação abordadas neste trabalho têm um referencial teórico-conceitual comum, atrelado à perspectiva culturalista da ciência política.

A escolha por ancorar o guia metodológico deste trabalho no manual de Adcock e Collier (2001), os quais valeram-se da tradição psicométrica, foi feita em razão do problema da dispersão conceitual e as dificuldades para validação. Adcock e Collier (2001) consideram a análise de validade como um processo que não se limita à uma sequência de tipos de validação, antes, segue a busca por evidências de validação.

Para problematizar a questão conceitual, as medidas serão avaliadas conforme sua capacidade de representar efetivamente o conteúdo do conceito e superar os seguintes percalços apresentados por Adcock e Collier (2001):

- 1- O conceito não deve fugir à matriz de pensamento, e não se deve escolher algo que deixe o conceito em aberto, as escolhas pressupõem exclusão e admissão de uma matriz de entendimento, isso não quer dizer que o conceito é totalmente rígido, ao longo do tempo ele pode evoluir. Na medida em que novos entendimentos são desenvolvidos podem ocorrer revisões.
- 2- Pesquisadores devem justificar suas escolhas conceituais a partir de argumentos específicos, ligados aos objetivos e contexto de sua pesquisa.
- 3- Pesquisadores devem sempre tentar concretizar os conceitos sistematizados, de forma que esse esforço deva implicar em desagregar o conceito e trazer a discussão para o plano de conceitos múltiplos.

Interessa a questão da especificidade contextual apresentada no segundo tópico geral de problemas referentes a conceituação.

O argumento psicométrico é muito caro ao debate de validade das medidas de aceitação à corrupção, ao considerar pesquisas que atravessam contextos diferentes. Um dos argumentos centrais deste trabalho se apoia nos trabalhos pioneiros de Peters e Welchs (1978), os quais evidenciaram diferenças claras na forma como um determinado ato é julgado pelas pessoas, em contextos diferentes¹⁸, e os achados

¹⁸ No caso do estudo: EUA, Canadá e Austrália - atitudes que poderiam ser enquadradas legalmente como crimes de corrupção, não foram considerados atos corruptos por grande parte da população. Os autores aplicaram questionários

recentes de Catterberg, Moreno e Zuasnába (2013) sobre o conceito de corrupção e suas variações no contexto latino-americano.

Apropriando-se a explanação de Sartori, o estudo da corrupção seguiu uma tendência ao processo de conceptual stretching, ou o esforço em alongar conceitos e, sem embargos, entregar-se ao risco de torná-los inconsistentes. Existe, portanto, um trade-off entre generalização, necessária ao estudo comparativo, e precisão conotativa. Neste raciocínio, abordagens da corrupção com foco no indivíduo podem ignorar aspectos sistêmicos, por outro lado, perspectivas sistêmicas podem ignorar aspectos individuais.

A generalização conceitual possivelmente implicaria em dificuldades de se atingir conclusões descritivas e causais em pesquisas transnacionais que envolvam contextos socioeconômicos, institucionais e culturais distintos. Boas simplificações conceituais dependem do conhecimento e cultura que envolvem o evento analisado (King et al, 1994), ainda assim, fatores circunstanciais e, portanto, não sistemáticos, podem interferir na forma como os aspectos do fenômeno da corrupção se conectam.

Os trabalhos que mobilizam a medida analisada e que melhor sistematizam o conceito aceitação da corrupção ao nível do cotidiano, consideram que o constructo “aceitação” é uma manifestação de um arranjo de valores e atitudes, os mesmos os quais dão forma à cultura política de uma sociedade.

A exceção de Ribeiro 2011, Moreno (2002) e Lavena (2013) dissertam sobre o plano teórico conceitual da “aceitação da corrupção”. Lavena (2013) pontua sua análise no plano da moral e dos valores como principais fatores que interferem sobre a atitude em justificar práticas corruptas no cotidiano. Moreno (2002) afirma que a medida mobilizada em questão mensura uma justificativa cultural das práticas corruptas, e ainda, a aceitação da corrupção seria um “traço” da cultura de uma sociedade.

indagavam aos entrevistados sua avaliação sobre determinado ato ser uma prática corrupta ou não. Foram encontradas claras diferenças entre aquilo que norte-americanos, canadenses e australianos avaliam como sendo corrupto. As diferenças entre contextos são tão claras quanto a distância que existe entre a norma (lei) e a possível conduta dos entrevistados. A metodologia dos trabalhos de Peters e Welchs fora replicada nas três décadas seguintes, além confirmar as diferenças entre contextos os trabalhos procedentes ainda verificaram variações ao longo do tempo.

“The index of corruption permissiveness constructed for this article is a measure of culturally justifiable corrupt practices. The purpose is to assess how such a cultural trait varies among different countries and regions of the world, and how it has evolved through the last two decades.”

Importa ressaltar que a aceitação da corrupção é um constructo latente – não observável – e que sua mensuração não gera scores objetivos sobre a realidade da aceitação da corrupção. A começar pelo conceito, este indicador de aceitação é subjetivo na medida em que não é possível determinar se os itens de resposta que compõe o indicador, e nos quais sugerem uma quebra de determinadas normas sociais, realmente significa corrupção para os entrevistados ou unidades de análise.

Lavena (2013) assume a subjetividade do conceito subjacente à medida de aceitação da corrupção. Ou seja, não é possível determinar se a quebra de determinadas normas sociais significa corrupção a menos que se conheça o que o público aprova ou desaprova como sendo corrupto. Esta é uma característica comum a construtos latentes. A subjetividade dos itens de respostas representa parte do erro de mensuração. Melgar e Rossi (2012) assumem que o conceito de aceitação e corrupção, bem como o que as pessoas consideram como ilegal ou não varia não somente através de sociedades e ao longo do tempo, mas, também por conta dos valores compartilhados entre os indivíduos. Portanto, o que em uma cultura poderia ser visto como um comportamento ilegal em outra poderia ser considerado normal e aceito. Deste modo, Melgar e Rossi (2012) acreditam que as diferenças permitem ser possível investigar quais são os aspectos objetivos e subjetivos que influenciam na inclinação a justificar uma prática ilegal, ou corrupta.

Para fins de buscar evidências de que a medida capta o conceito sistemático de aceitação da corrupção, apresenta-se na tabela 4 alguns dos principais trabalhos que mobilizam a dimensão da aceitação ou tolerância à aceitação. Vale dizer que nem todos os trabalhos aprofundam a questão conceitual da tolerância ou aceitação da corrupção.

Tabela 4. Conceitos mobilizados na literatura

Artigo / Autor	Conceito	Dados
Ribeiro, 2011	Disposição para justificar práticas sociais corruptas.	World Value Survey 2006
Moreno 2002	Situações em que os indivíduos tendem a justificar certas práticas que podem ser consideradas corruptas. As práticas são culturalmente justificadas.	World Value Survey 1991 e 1996.
Lavena, 2013	A propensão de cidadãos a justificar atos de corrupção na sociedade.	World Value Survey 2006
Melgar e Rossi, 2012	Propensão a justificar uma série de ações ilegais. É um fenômeno cultural que pode ser definido de diferentes maneiras. O uso indevido de um bem público com a finalidade de gerar ganhos privados.	World Value Survey 1996 - 2006
Lee e Guven , 2013	Aceitabilidade ou justificação de comportamentos ilegais ou desonestos.	World Value Survey e European Social Survey (ESS)

Fonte: elaboração própria

Os termos “aceitação”, “tolerância” e “permissividade” são frequentemente usados como sinônimos em todos os trabalhos listados acima. Todos eles referem-se ao ato dos indivíduos justificarem certas práticas. Neste sentido, a medida de Aceitação da Corrupção capta a dimensão da “justificativa” tanto na pergunta como na escala de resposta. Logo, justificar ou não é um indicativo de aceitação.

Outra dimensão importante, e aparentemente comum aos conceitos, refere-se às práticas. Os conceitos acima, mobilizam os termos “ilegal” “desonestos” e “corruptas” para dar qualidade às práticas. Podemos certamente enquadrar os itens de resposta da medida em práticas ilegais, as quais refletem a ideia de que a ordem legal efetivada é transgredida e resulta em um benefício privado em detrimento de um prejuízo ao bem público. Neste caso o cidadão escolhe o benefício privado em detrimento do público. Os itens de resposta (aceitar propina, evitar tarifa de transporte público, sonegar impostos e receber benefícios públicos não tendo direito a eles) parecem ser congruentes com os conceitos mobilizados.

Podemos dizer que os indicadores captam o conteúdo sistemático do conceito mobilizado pela literatura. Entretanto, conforme afirmação de Adcock e Collier (2001)

evidências de validação de conteúdo não são suficientes. O conceito ser captado pelos itens de repostas, mas, as respostas dadas podem estar carregadas de vieses e inconsistências.

3.2.2 Validade discriminante

As análises de validade discriminante e convergente são as que apresentam maiores limitações neste trabalho, pois não existem indicadores de outras dimensões do conceito de tolerância numa base de dados que tenha coletado também os quatro indicadores observáveis da Aceitação da Corrupção.

Assim, numa tentativa de buscar evidências de validação discriminante usa-se a base de dados do Barômetro das Américas, a qual possui itens de resposta referentes a prática de subornar ou oferecer propina e outros indicadores alternativos, os quais mensuram outras dimensões da tolerância.

A intenção é buscar evidências de divergência entre indicadores observáveis de aceitação da corrupção no cotidiano (propina) da base de dados do Barômetro das Américas e indicadores observáveis alternativos de outras dimensões da aceitação.

A base de dados do Barômetro das Américas possui alguns indicadores alternativos de outras dimensões da tolerância à corrupção, além do item referente à permissividade da prática de oferecer propina – aceitação no cotidiano – o qual representa, com devidas limitações, uma dimensão subjacente aos quatro indicadores observáveis que refletem a medida de Aceitação da Corrupção. Os indicadores alternativos representam duas dimensões do fenômeno da corrupção: o “rouba mas faz” e a “compra de votos”.

Esta situação não é a ideal, melhor seria analisar a validade com todos os quatro itens reflexivos da medida de Aceitação da Corrupção, como não é possível, usamos apenas um – prática de “oferecer propina” – considerando que ela está correlacionada com os demais – sonegar impostos, evitar tarifa de transporte e receber benefícios do governo sem ter direitos a eles. Abaixo todos os indicadores da base de dados do Barômetro das Américas de 2006:

Tabela 5. Descrição dos indicadores observáveis divergentes

Itens	Legenda	Escala de respostas
“O sr./sra. acha que, da forma como as coisas estão, às vezes se justifica pagar uma propina (suborno)?”	propina1	<u>Dicotômica</u> “Sim” ou “Não”
“O sr./sra acha que, no Brasil, se justifica pagar propina (suborno) devido aos maus serviços públicos, ou não é justificável?”	propina2	<u>Dicotômica</u> “Sim” ou “Não”
“Não faz diferença se um político rouba ou não, o importante é que ele faça as coisas que a população precisa.”	rmf1	<u>Dicotômica</u> “Discorda/Discorda muita”, ” Concorda/Concorda muito”
“É melhor um político que faça muitas obras, mesmo que roube um pouco, do que um político que faça poucas obras e não roube nada.”	rmf2	<u>Dicotômica</u> “Discorda/Discorda muita”, ” Concorda/Concorda muito”
“Um político que faz muito e que rouba um pouco merece o voto da população.”	rmf3	<u>Dicotômica</u> “Discorda/Discorda muita”, ” Concorda/Concorda muito”
“Um político que faz um bom governo deve poder desviar dinheiro público para financiar sua campanha eleitoral.”	rmf4	<u>Dicotômica</u> “Discorda/Discorda muita”, ” Concorda/Concorda muito”
“É melhor resolver rapidamente um problema da população, mesmo que para isso seja preciso pagar por fora.”	rmf5	<u>Dicotômica</u> “Discorda/Discorda muita”, ” Concorda/Concorda muito”
“Um candidato oferece uma cadeira de rodas para um deficiente físico, o que ele DEVERIA fazer”	voto1	<u>Dicotômica</u> “Deveria aceitar” “Não deveria aceitar”
“Um candidato oferece uma cesta básica de alimentos para uma família muito pobre que passa fome, o que as pessoas dessa família DEVERIAM fazer”	voto2	<u>Dicotômica</u> “Deveriam aceitar” “Não deveriam aceitar”
“Uma mãe não consegue vaga para matricular seu filho na escola. Um candidato consegue uma vaga para o filho dela, o que ela DEVERIA fazer”	voto3	<u>Dicotômica</u> “Deveria aceitar” “Não deveria aceitar”
“Um candidato oferece para uma mãe que tem um filho doente dinheiro para o tratamento médico, o que ela DEVERIA fazer”	voto4	<u>Dicotômica</u> “Deveria aceitar” “Não deveria aceitar”
“Um candidato oferece um caminhão de tijolos para várias famílias que precisam acabar de construir suas casas, o que as pessoas dessas famílias DEVERIAM fazer	voto5	<u>Dicotômica</u> “Deveriam aceitar” “Não deveriam aceitar”
“Um candidato oferece reformar um campo de futebol para um grupo de amigos que jogam bola juntos toda semana, o que eles DEVERIAM fazer”	voto6	<u>Dicotômica</u> “Deveriam aceitar” “Não deveriam aceitar”
“Um candidato oferece uma bicicleta para uma criança, o que os pais da criança DEVERIAM fazer”	voto7	<u>Dicotômica</u> “Deveriam aceitar” “Não deveriam aceitar”

Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

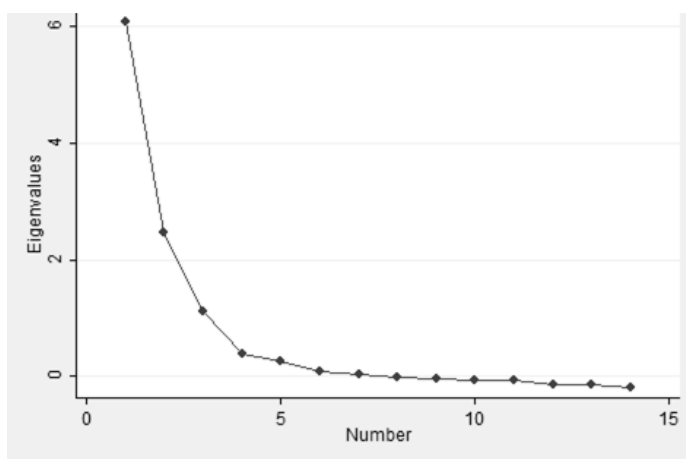
Os dois primeiros itens referem-se às mesmas práticas do indicador de Aceitação da Corrupção, relacionadas ao cotidiano. Já os próximos itens mensuram a dimensão do indicador “rouba mas faz”, e os sete últimos itens mensuram a dimensão da corrupção referente à venda ou compra de votos.

Outra limitação à análise é a natureza dicotômica das escalas de mensuração. Seria impróprio utilizar técnicas multivariadas como índices de correlação ou análise fatorial para identificar padrões de correlação entre estas variáveis. Técnicas de correlação assumem que as escalas de respostas sejam contínuas, caso contrário existe possibilidade de vieses na estimação.

Entretanto, quando a análise inclui variáveis dicotômicas pode-se avaliar o padrão de relação entre os itens através do índice de correlações policóricas (Hoffmann et al, 2013). Neste caso as variáveis podem ter natureza de mensuração dicotômica ordinal, mas não nominais. A matrix de correlação policórica será usada como *input* para estimar a análise fatorial. Os resultados da AFE com *input* da matriz policórica podem ser interpretados do mesmo modo que as AFE padrão

As estimações da análise fatorial exploratória foram feitas segundo o critério de Kaiser, o qual sugere que devem ser extraídos apenas fatores com valor de *eigenvalue* acima de 1. Assim, foram gerados três fatores conforme gráfico e tabelas das cargas fatoriais rotacionadas abaixo:

Gráfico 7. Fatores subjacentes de indicadores divergentes



Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Tabela 6. Fatores Rotacionados indicadores divergentes

Indicador	Fator1	Fator2	Fator3	Especificidade
propina1	0,055	0,145	0,861	0,235
propina2	0,003	0,147	0,862	0,235
rmf1	0,206	0,705	0,160	0,436
rmf2	0,186	0,700	0,185	0,441
rmf3	0,156	0,695	0,152	0,469
rmf4	0,102	0,601	0,067	0,624
rmf5	0,101	0,647	0,194	0,534
voto1	0,844	0,066	0,089	0,275
voto2	0,864	0,068	0,060	0,246
voto3	0,899	0,116	-0,031	0,177
voto4	0,872	0,171	0,024	0,211
voto5	0,940	0,113	0,053	0,102
voto6	0,897	0,098	0,020	0,186
voto7	0,883	0,078	-0,011	0,214
KMO test:	0,8389			

Fonte: elaboração própria

A análise fatorial exploratória sugere que o conjunto de variáveis observáveis podem refletir três variáveis latentes. A primeira, expressa no primeiro fator, seria aquela relacionada à dimensão da compra ou venda de votos, a segunda relacionada as variáveis observadas que refletem a dimensão do “rouba, mas faz”, e a última refletida na aceitação da prática de oferecer propina.

A análise da estatística do coeficiente Alpha de Cronbach também pode reportar a magnitude em que os itens estão relacionados. Aqui considera-se que todos os itens avaliados são um indicativo de aceitação da corrupção, mas como visto, podem ser agrupados em três conjuntos que medem três dimensões diferentes do fenômeno.

Usa-se o coeficiente alpha de Cronbach para avaliar a média das correlações entre os itens. A estimação do coeficiente é feita com base na soma padronizada das variáveis, uma vez que elas não estão pontuadas em uma mesma escala.

Tabela 7. Coeficiente alpha de Cronbach para indicadores convergentes

Item	Correlação Item-teste	Correlação Item-resto	Covariância Interitem	Alpha
propina1	0,321	0,189	0,265	0,824
propina2	0,300	0,168	0,268	0,826
rmf1	0,521	0,410	0,245	0,809
rmf2	0,501	0,387	0,248	0,810
rmf3	0,519	0,408	0,246	0,809
rmf4	0,407	0,284	0,257	0,818
rmf5	0,482	0,367	0,250	0,812
voto1	0,650	0,563	0,233	0,798
voto2	0,645	0,557	0,233	0,798
voto3	0,663	0,577	0,231	0,796
voto4	0,643	0,554	0,233	0,798
voto5	0,711	0,634	0,227	0,792
voto6	0,669	0,585	0,231	0,796
voto7	0,624	0,532	0,235	0,800
Escala do teste			0.2429	0.8179

Fonte: elaboração própria

O valor do coeficiente Alpha é alto, porém, importa lembrar que o teste é sensível à inclusão de itens. Quanto mais itens, maior o valor do coeficiente.

A média da correlação entre os itens não é alta (0,2429), além disso existe uma variação considerável na estatística “item-rest correlation”, ou seja, a correlação entre um item e a escala formada pelos demais itens. Esta diferença pode agrupar os itens nos mesmos três conjuntos, assim como demonstrou a análise fatorial exploratória.

A partida análise fatorial e das estatísticas do coeficiente Alpha de Crombach, assume-se que existem evidências de divergência entre indicadores observáveis alternativos aos indicadores da medida de Aceitação da Corrupção.

3.2.3 Validação convergente

Para a análise convergente, propõe-se a mesma alternativa usada para buscar evidências de validação divergente, mas neste caso usa-se a base de dados do Barômetro das Américas de 2008.

Considera-se que os indicadores observáveis que se referem à aceitação das práticas de “oferecer propina” ou “sonegar impostos” da base de dados do LAPOP 2008

representam os quatro indicadores observáveis que refletem a medida de Aceitação da Corrupção.

Os indicadores alternativos que captam a mesma dimensão e conceito são aqueles que se referem a práticas realizadas no cotidiano, porém o fazem através da simulação de um cenário.

Os indicadores observáveis mobilizados na rodada de pesquisa de 2009 são os seguintes:

Tabela 8. Descrição dos Indicadores observáveis convergentes

Itens	Escala de respostas
O sr./sra. acha que, da forma como as coisas estão, às vezes se justifica pagar uma propina (suborno)?	<u>Dicotômica</u> “Sim” ou “Não”
Até que ponto o sr./sra. concorda ou discorda em “Não pagar impostos se tiver a chance”.	<u>Dicotômica</u> “Concorda” ou “Discorda”
Uma mãe com vários filhos tem que tirar uma certidão de nascimento para um deles. Para não perder tempo esperando, ela paga R\$10 reais para um funcionário público. O sr./sra. acredita que o que a senhora fez é	<u>Dicotômica</u> “É corrupto mas se justifica/Não é corrupto” “É corrupto e ela deve ser castigada”
Uma pessoa desempregada é cunhada de um político importante e esse usa sua posição para arrumar-lhe um emprego. O sr./sra. acredita que o que o políticos fez é:	<u>Dicotômica</u> “É corrupto mas se justifica/Não é corrupto” “É corrupto e ela deve ser castigada”

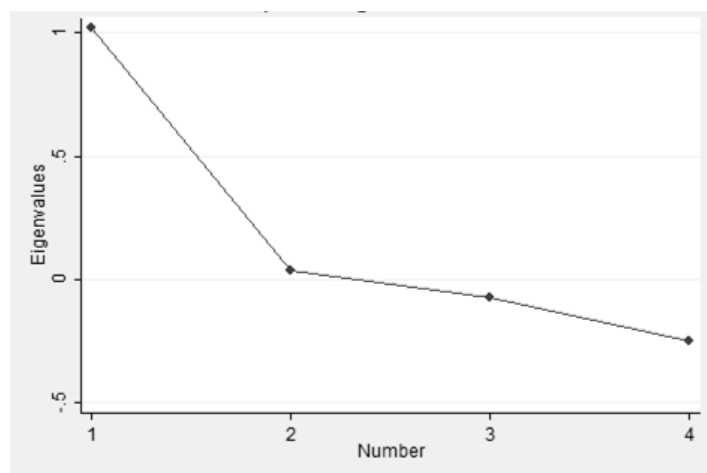
Fonte: LAPOP 2008- elaboração própria

A análise fatorial¹⁹ exploratória gera apenas um fator subjacente aos dados e a estatística KMO (0,606) sugere que a adequabilidade ao fator dos dados é pobre – segundo Friel (2009), porém, aceitável segundo Hair et al (2006) e razoável para Palant (2007).

Além disso as diferenças nas comunalidades de cada item e as cargas fatoriais fornecem evidências de que os itens que utilizam cenários - para abordar a questão da corrupção no cotidiano - não estão linearmente correlacionados com os itens “propina” e “impostos”. Ademais, as comunalidades dos quatros indicadores está abaixo de 0,5 o que significa um ajuste pobre dos dados.

¹⁹ Utiliza-se a matriz de correlações policóricas para estimação da AFE.

Gráfico 8. Fatores subjacentes de indicadores convergentes



Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Tabela 9. Análise fatorial exploratória indicadores convergentes

Fator	Variança	Diferença	Proporção
Factor1	101.779	.	14.059 14.059

Variável	Fator1	Especificidade
propina	0.4370	0.8090
impostos	0.2026	0.9590
cenário 1	0.6273	0.6065
cenário 2	0.6263	0.6077

KMO test: 0,606

Por sua vez, a estatística alpha de Cronbach é consideravelmente baixa (0,3962) o que significa baixa correlação entre os itens e o fator subjacente “aceitação da corrupção no âmbito do cotidiano”. Por sua vez, a média de correlação inter-item também é baixa e, pode-se observar que o item “oferecer impostos” parece não se correlacionar bem com os itens de cenários.

Tabela 10. Alpha de Cronbach para indicadores convergentes

Item	Correlação Item-teste	Correlação Item-resto	Covariança Interitem	Alpha
propina	0,582	0,170	0,161	0,365
impostos	0,511	0,072	0,221	0,459
Cenário 1	0,680	0,321	0,078	0,203
Cenário 2	0,658	0,274	0,100	0,250
Test scale			0,1409	0,3962

Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

A partir da alternativa da análise utilizada para avaliar a validação convergente da medida de aceitação, existem evidências para rejeitar a hipótese de que indicadores observáveis alternativos da dimensão da aceitação da corrupção no âmbito do cotidiano são convergentes aos indicadores observáveis da medida de Aceitação da Corrupção – neste caso, “oferecer propina” e “sonegar impostos”.

3.2.4 Validação nomológica

A validação nomológica avalia o desempenho de um indicador em relação a uma hipótese causal relacionada a outros constructos. Ou seja, certifica-se que o indicador tem um desempenho esperado para uma determinada relação de causalidade com outros constructos.

Este tipo de validação depende do arcabouço teórico e o estabelecimento de relações de causalidade entre o constructo Aceitação da Corrupção e outras variáveis latentes. Assim, esta análise será guiada à luz os achados da literatura e do arcabouço teórico que envolve o fenômeno da aceitação.

Entre os constructos que a literatura apresenta como explicativos ao fenômeno da aceitação da corrupção estão: confiança interpessoal e nas instituições políticas, valores democráticos e valores pós-materialistas.

É esperado que o constructo da confiança interpessoal e nas instituições políticas se relacionem negativamente com a medida de aceitação, ou seja, quanto maior o nível da confiança menor a justificação das práticas corruptas.

A literatura entende que a ação coordenada e a restrição ao comportamento oportunista devem depender, em parte, da difusão de valores, atitudes e da confiança - tanto interpessoal, quanto nas instituições de uma sociedade (PUTNAM, 2000). A desconfiança interpessoal e nas instituições pode produzir um ambiente marcado pela incerteza, o que dificultaria ações coordenadas, ou restrições a comportamentos desviantes do interesse público (INGLEHART 2000). Segundo Putnam (2000), em comunidades caracterizadas pela confiança generalizada, as pessoas tendem a acreditar que as regras são implementadas e aceitas pela comunidade, o que gera em tese respeito a elas. Nesse sentido, avaliar que determinado ato corrupto é aceitável significa romper com a norma estabelecida e transgredir o interesse público, ou seja, não cooperar.

Da mesma forma, o constructo refletido por orientações cívicas e democráticas (adesão aos princípios e normas democráticas deve se relacionar negativamente com a medida de Aceitação. Segundo Putnam (2000), a identidade e mobilização coletiva acerca de temas públicos reduzem o espaço para comportamentos oportunistas e cria um círculo virtuoso de valorização de práticas democráticas e fortalecimento das instituições.

Norris (1999) também avalia que a inclinação pessoal para respeitar a lei está positivamente associada à confiança e adesão aos princípios e normas do sistema político. Enfim, os atos de corrupção representam, em sua essência, a deterioração dos valores cívicos e, como a acepção da palavra denota: a decomposição e putrefação do interesse público (FILGUEIRAS, 2008).

Por fim, as orientações atitudinais (valores) também devem se relacionar negativamente com a medida de Aceitação. Segundo Inglehart e Welzel (2010), em sociedades nas quais prevalecem valores tradicionais, a estrutura social costuma ser mais verticalmente hierárquica, o que, aliado ao maior respeito às autoridades, diminui a capacidade social de questionamento e contribui para maior tolerância à corrupção.

Sociedades mais próximas de valores secular-rationais apresentam valores opostos a esses, com menor ênfase nas tradições e religião e maior ênfase na razão. O índice de pós-materialismo, o qual incorpora mudanças culturais decorrentes da transição de uma sociedade industrial para pós-industrial, além de indicar alterações de prioridades

(INGLEHART; 2002), está fortemente associado a valores de aceitação da diversidade e, sobretudo, à promoção da confiança interpessoal generalizada, o que implicaria em efeitos sobre a tolerância à corrupção.

Deve-se buscar, a partir do referencial teórico, explicar os construtos e estimar os parâmetros de uma cadeia nomológica (cadeia de relacionamentos causais envolvendo, de forma simultânea, uma rede de construtos). Isto será feito mediante uma modelagem por equações estruturais.

A exceção do Índice de Pós-materialismo, que já está construído na base de dados do WVS, os constructos explicativos à Aceitação da Corrupção são resultados dos outputs da AFE dos seguintes e respectivos indicadores observáveis:

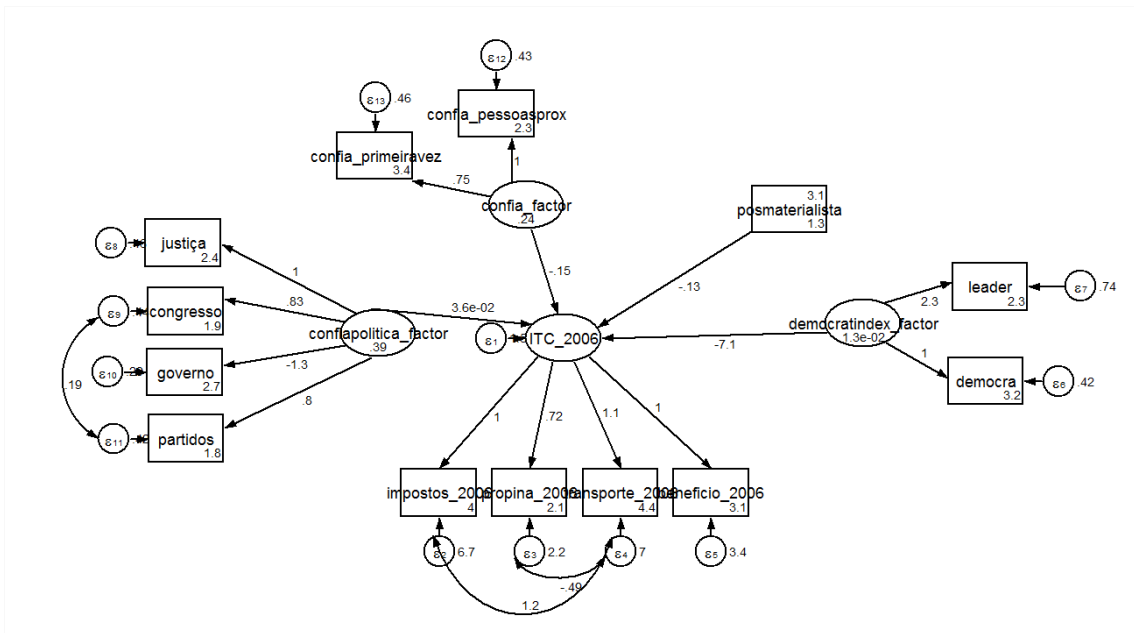
Tabela 11. Indicadores de associação à medida de Aceitação da Corrupção

Índices	Variáveis observáveis
Valores democráticos	<p>“Ter um líder forte que precise se preocupar com deputados e senadores e com as eleições</p> <p>“Ter um sistema político democrático”</p>
Confiança Política	<p>Medida de confiança nas instituições :</p> <p>“Justiça”</p> <p>“Governo”</p> <p>“Partido”</p> <p>“Congresso Nacional”</p>
Confiança Interpessoal	<p>Medida de confiança em:</p> <p>“Pessoas que você conhece pessoalmente”</p> <p>“Pessoas que você está vendo pela primeira vez”</p>

Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

O modelo está especificado conforme a figura abaixo:

Figura 4. Modelo de equações estruturais



Fonte: elaboração própria

Os coeficientes da equação estrutural são significativos para os efeitos dos constructos “Valores democráticos” e “Índice pós-materialista”. Neste caso as relações esperadas são confirmadas, os coeficientes demonstram que quanto mais altos são os valores dos índices de pós-materialismo e “Valores democráticos” mais baixa a tolerância ou aceitação da corrupção. Os coeficientes do constructo de confiança nas instituições políticas e confiança interpessoal não são significativos.

Uma vez que os coeficientes foram estimados com erros padrões robustos, as estatísticas de ajuste do modelo foram estimadas apenas pelos índices SRMR (0,046) e CD (0,953), os quais apresentaram valores de corte aceitáveis.

Nesse sentido a validação nomológica é parcialmente satisfeita, já que os constructos de confiança interpessoal e nas instituições políticas não foram significativos para explicar o nível de aceitação da corrupção dos brasileiros em 2006.

3.3 Evidências de confiabilidade

A confiabilidade da medida de aceitação será acessada através das técnicas de Análise Fatorial e Alpha de Cronbach.

A princípio utiliza-se da técnica de Análise Fatorial Exploratória (AFE) para avaliar a natureza da estrutura subjacente às variáveis, ou seja, avaliar a dimensionalidade de o conjunto de indicadores observáveis da medida de Aceitação a fim de descobrir o menor número de fatores interpretáveis necessários para explicar as correlações entre eles.

Entre os três períodos observados do banco de dados do World Value Survey para o Brasil, a AFE demonstrou que os indicadores observáveis da rodada de 2006 e 2014 possuem apenas um fator subjacente²⁰, já para a rodada de 1991 não foi gerado nenhum fator. O valor da estatística KMO é considerado pobre para a rodada de 2006 (0,689) e mediano para a rodada de 2014 (0,733). Apesar disso, segundo Pallant (2007) e Hair et al (2006) os valores estão em um patamar aceitável.

Vale observar que a variável “aceitar propina” possui baixa comunalidade com o fator subjacente para a rodada de 2006 e, portanto, baixa relevância para o conjunto de indicadores.

Tabela 12. AFE dos indicadores de aceitação da corrupção – WVS 2006 e 2014

2006			
Fator	Eigenvalue	Diferença	Proporção
Factor1	1,148	.	1,433 1,433

Variável	Fator1	Especificidade
Impostos	0,5642	0,6817
Propina	0,481	0,7686
Transporte	0,5231	0,7264
Benefícios	0,57	0,6751
KMO		= 0.689

²⁰ Considerando *eigenvalues* iguais ou maiores que 1

2014				
Fator	Eigenvalue	Diferença	Proporção	
Factor1	1,264	.	1,446	1,446

Variável	Fator1	Especificidade
Impostos	0,5714	0,6735
Propina	0,5445	0,7035
Transporte	0,5797	0,6639
Benefícios	0,5518	0,6955

KMO = 0.733

Fonte: elaboração própria

O coeficiente Alpha de Crombach também evidencia uma relativa distância do indicador “Propina” à escala de correlação entre os demais indicadores.

Tabela 13. Alpha de cronbach dos indicadores de aceitação da corrupção – WVS 2006 e 2014

2006						
Item	Observações	Sinal	Correlação Item-teste	Correlação Item-resto	Covariança Interitem	Alpha
Impostos	1482	+	0,7537	0,4535	2	0,5329
Propina	1476	+	0,5767	0,3669	3	0,6065
Transporte	1482	+	0,7415	0,421	2	0,5648
Benefícios	1484	+	0,6945	0,4432	2	0,5433
Test scale					2,109251	0,6341

2014						
Item	Observações	Sinal	Correlação Item-teste	Correlação Item-resto	Covariança Interitem	Alpha
Impostos	1464	+	0,7382	0,469	2	0,5744
Propina	1477	+	0,6182	0,4432	3	0,6199
Transporte	1465	+	0,7824	0,4764	2	0,5803
Benefícios	1472	+	0,6977	0,442	2	0,5937
Test scale					2,135305	0,6616

Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Os valores do coeficiente Alpha podem ser considerados aceitáveis, mas com ressalvas, especialmente com relação ao contexto a que os indicadores estão sendo submetidos (De Velis, 1991).

Realiza-se o procedimento de análise fatorial confirmatória (AFC) para as rodadas de 2006 e 2014, uma vez que a AFE não encontrou fatores subjacentes para a

rodada de 1991. Os resultados da AFC corroboram a AFE para fatores com *eigenvalues* maiores que 1. A seguir, testa-se a qualidade e os indicadores de confiabilidade a partir da abordagem do Modelo de Equações Estruturais.

Para a rodada de 2006, o modelo do constructo da Aceitação da corrupção mostrou-se relativamente simples necessitando apenas de 4 interações para ser estimado a através da máxima verossimilhança. O valor da estatística qui-quadrado é alto o que implica na aceitação da hipótese nula de que o modelo não se adequa aos dados, ou não reproduz bem a matriz de covariância amostral.

Os índices de ajuste CFI e SRMR são considerados aceitáveis, porém índice RMSEA sugere que o modelo não reproduz bem a covariância populacional. O índice TLI não foi considerado importante pois o modelo estimado é simples.

Por fim, a confiabilidade composta (CR) alcança o valor de 0,64, abaixo do padrão esperado (0,7), e o valor variância extraída (AVE) não passou de 0,31²¹. Tem-se fortes evidências para rejeitar a hipótese de que a medida de Aceitação possui consistência interna para a rodada de coleta de dados em 2006.

Para a rodada de 2014, o valor da estatística qui-quadrado é baixo, porém não o suficiente para aceitar um bom ajuste do modelo. Os indicadores alternativos de ajuste por sua vez estão todos dentro dos limites aceitáveis. Entretanto o valor da confiabilidade composta é de 0,68 (CP) e a variância extraída (AVE) é de 0,34, o que também produz evidências de rejeição da confiabilidade da medida de Aceitação para a rodada de 2014.

Outro ponto referente à confiabilidade da medida é o critério de consistência ao longo do tempo. Para o contexto brasileiro a medida de aceitação só foi mensurada para as rodadas de 1991, 2006 e 2014. Portanto, observa-se o critério de consistência ao longo do tempo aos contextos de três países latino-americanos: Argentina, Chile e México.

²¹ O valor aceitável para AVE é de 0,5 (50%)

Propõe-se uma análise exploratória da unidimensionalidade da medida de Aceitação entre Argentina, Brasil, Chile e México. Pretende-se averiguar se ao longo do tempo a medida tem índices de confiabilidade similares e, ainda observar se a correlação entre os itens de resposta possuem um mesmo comportamento para todos os contextos.

Deste modo, procede-se para análise fatorial exploratória das medidas para todas as rodadas de coleta de dados nos quatro países. A intenção é avaliar se ao longo do tempo os indicadores observáveis estão refletindo uma única dimensão e se as estatísticas mostram evidências de consistência interna das variáveis observadas.

A análise exploratória revela o baixo desempenho da variância explicada pelos fatores extraídos. Com exceção do México 1994, em todos os demais períodos a proporção da variância explicada foi menor de 60%, patamar considerado aceitável (Hair et al, 2006).

A estatística KMO está sempre acima do patamar considerado adequado por Hair et al (2006), porém, segundo Friel (2009) os valores estão entre “*mediano*”, “*mediocre*” e “*ruim*”.

Para Chile 2005 e México 2010 é possível que as variáveis observadas estejam mensurando duas dimensões. Desta forma as cargas fatoriais dos indicadores observáveis estão mais relacionadas a uma ou a outra dimensão.

Com relação aos coeficientes alpha, Argentina 1981 e 2010, Chile 1989 e México 1999 e 2010 apresentam valores inferiores ao limite crítico de 0,6. Apenas Chile 1999, México 1981 e 1994 atingem os patamares de 0,7, considerados “*bom*”.

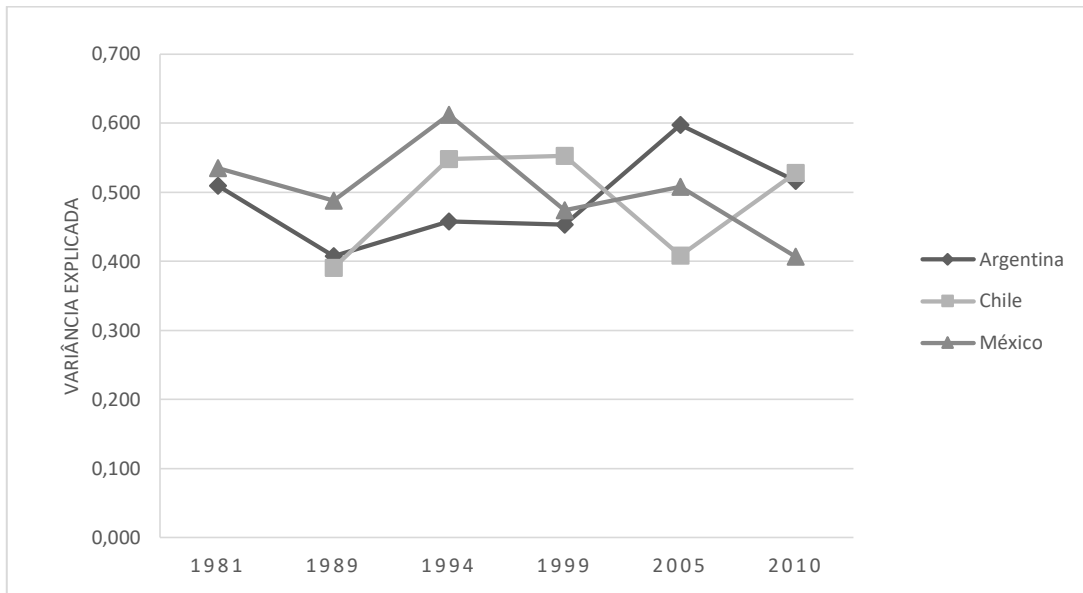
As análises fatoriais confirmatórias corroboram com os resultados exploratórios. Argumenta-se que a medida apresenta padrões de consistência muito variados ao longo do tempo para todos os contextos. A variância explicada pelos fatores subjacentes e se oscila razoavelmente ao longo do tempo.

Tabela 14. AFE e alpha de cronbach para Argentina, Brasil, Chile, México

Argentina						
	1981	1989	1994	1999	2005	2010
Fatores	1	1	1	1	1	1
Var. Expl.	0,510	0,408	0,458	0,453	0,598	0,517
KMO	0,695	0,617	0,673	0,671	0,708	0,639
Alpha	0,658	0,494	0,585	0,548	0,693	0,594
Brasil						
Fatores			-		1	1
Var. Expl.			-		0,433	0,446
KMO			-		0,689	0,733
Alpha			0,502		0,634	0,662
Chile						
	1981	1989	1994	1999	2005	2010
Fatores	-	1	1	1	2	1
Var. Expl.	-	0,391	0,548	0,553	0,408	0,528
KMO	-	0,605	0,708	0,663	0,596	0,641
Alpha	-	0,436	0,666	0,702	0,611	0,646
México						
	1981	1989	1994	1999	2005	2010
Fatores	1	1	1	1	1	2
Var. Expl.	0,535	0,488	0,612	0,474	0,508	0,407
KMO	0,745	0,674	0,715	0,626	0,626	0,545
Alpha	0,709	0,632	0,784	0,589	0,656	0,556

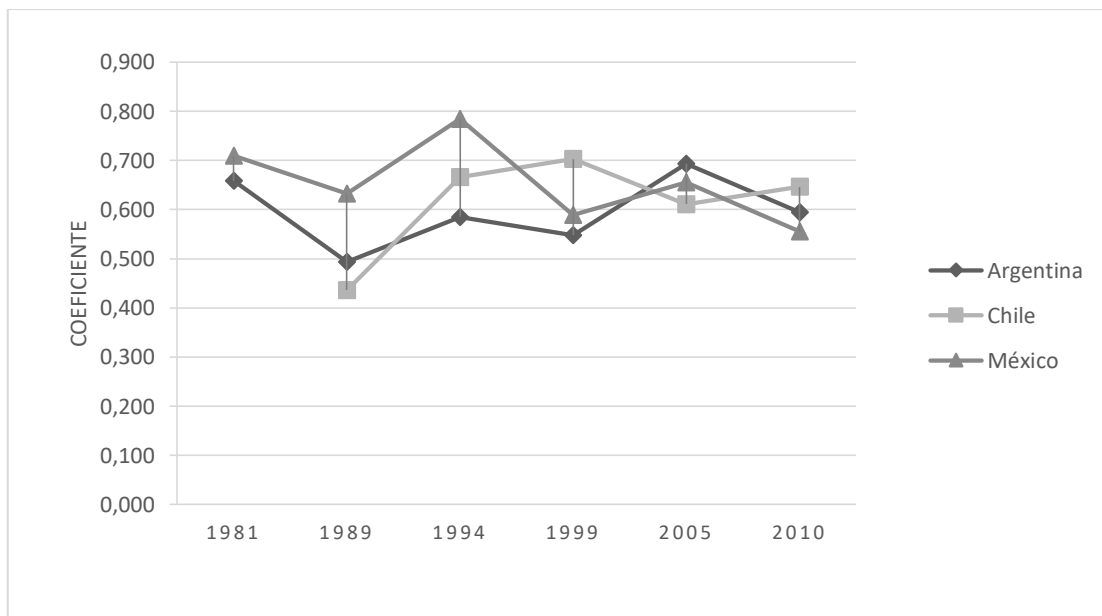
Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Gráfico 9. Variância explicada dos fatores subjacentes (AFE)



Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Gráfico 10. Coeficiente alpha dos indicadores observáveis (alpha de cronbach)



Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

3.4 Evidências de especificidade contextual

Um ponto em específico atrelado a sensibilidade da medida a contextos, será abordado aqui. Diz respeito ao problema psicométrico da “incomparabilidade de respostas interpessoais”. Ou seja, um item de pesquisa pode ter diferentes significados para os distintos subgrupos da população - que poderiam ser definidas, por região, gênero, classe ou raça.

Aqui sugere-se buscar evidências da possível fonte de erro especificada por Caterberg et al (2013) ao se referir sobre a possibilidade de variação do conceito de corrupção entre contextos sul-americanos. A abordagem questiona se subgrupos populacionais diferem sistematicamente em seu "estilo de resposta" (também chamado de "conjuntos de resposta").

Conforme pontuado por Adcock e Collier (2010), alguns grupos podem estar mais dispostos a darem respostas extremas, e outros podem tender a respostas moderadas. Shepard (1993, 417) alerta para este problema psicométrico possivelmente presente em indicadores que generalizam significados diferentes para contextos diferentes.

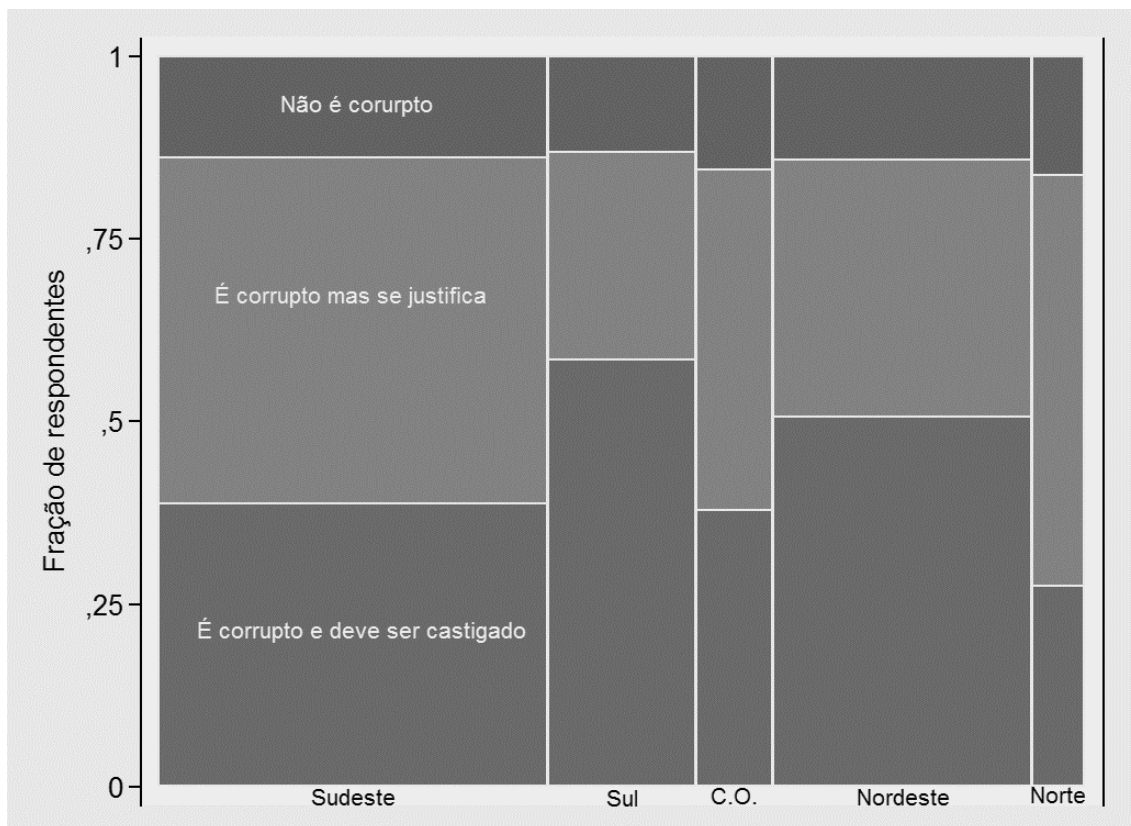
Segue-se a análise para o caso brasileiro, pergunta-se diferentes grupos da população podem se diferenciar no “estilo de resposta”. No caso, testamos se existe incomparabilidade de respostas quando o entrevistado é perguntado se determinado ato é corrupto ou não. Assim, o efeito de desejabilidade social poderia ser potencializado para aqueles grupos que consideram determinado ato corrupto em detrimento dos grupos que não consideram.

A partir da base de dados do LAPOP 2008 e testa-se se existem diferenças nas chances de determinado subgrupo da população considerar uma prática corrupta ou não contra as chances de outro subgrupo.

A variável explicada é o item já mencionado que questiona se a seguinte atitude se justifica ou não: “Uma mãe com vários filhos tem que tirar uma certidão de nascimento para um deles. Para não perder tempo esperando, ela paga R\$10 reais para um funcionário público”. A escala de resposta é nominal: “É corrupto e ela deve ser castigada”, “É corrupto, mas se justifica”, “Não é corrupto”.

As variáveis explicativas representam possíveis subgrupos da população atrelados à um “estilo de resposta”. A seguir, descreve-se como a tolerância e até mesmo o conceito da prática varia conforme transitamos por regiões do Brasil.

Gráfico 11. Aceitação da corrupção por macrorregiões

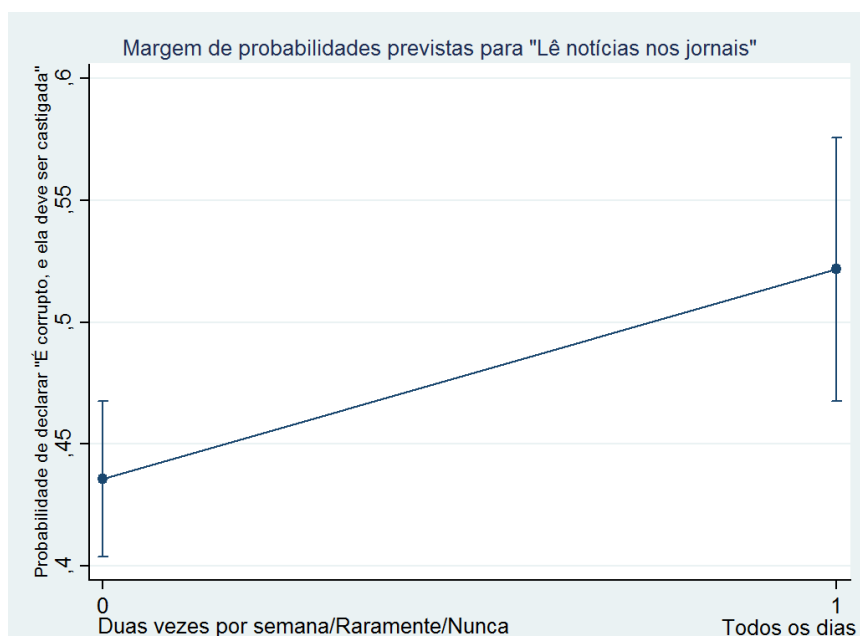


Fonte: LAPOP 2008- elaboração própria

Neste caso, a região Sul parece ser aquela que menos tolera a prática, já Centro Oeste e Norte são as regiões onde a aceitação é maior.

Os resultados da regressão multinomial comprovam que pessoas que leem notícias em jornais ou na internet todos os dias possuem mais chances de serem mais intolerantes do que aqueles que não leem ou o fazem com uma baixa e média frequência.

Gráfico 12. Margem de probabilidades para “Lê notícias nos jornais e revistas”



Fonte: LAPOP 2008 - elaboração própria

Entrevistado que leem jornais todos os dias tem duas vezes mais chances de considerar que “É corrupto, mas se justifica” do que declarar “Não é corrupto”, e quase três vezes mais chances de declararem “É corrupto, e ela deve ser castigada”. Ou seja, ler jornais com certa frequência aumenta em 2 vezes as chances de o entrevistado considerar o ato como corrupto, mas que não deve ser castigado, e em 3 vezes a chances de considerar corrupto e achar que a conduta deve ser castigada.

O mesmo acontece para entrevistados que leem notícias na internet todos os dias. Estes possuem quase duas vezes mais chances de considerarem a prática como corrupta e que ela deve ser castigada do que consideraram que ela não é corrupta.

Quanto as diferenças por regiões, os entrevistados que vivem no Sul e no Nordeste, se comparados com aqueles que vivem no Sudeste tem 2,17 e 2,57 mais chances de considerarem a prática corrupta e que deve ser castigada do que afirmarem o contrário. Por sua vez, a zona rural, se comparada às capitais possuem 2,52 menos chances de considerarem a prática como corrupta e que deve ser castigada, ou seja, quando comparados às pessoas que vivem nas capitais, é mais provável que entrevistados da zona rural declarem que a prática não é corrupta em detrimento de serem intolerantes.

Encontra-se evidências de que subgrupos da população podem ter estio de resposta diferentes, especialmente quando o conceito de corrupção é considerado. Ademais as pessoas mais expostas ao fluxo de informações da internet e dos jornais tendem a conceituar as práticas como corruptas ser mais intolerantes.

Conclusões: Achados

Dadas as limitações deste trabalho, em vista da não disponibilidade de dados ideais para realizar a análise de validade e confiabilidade, algumas considerações podem ser feitas sobre a existência de evidências para validação e confiabilidade do indicador.

Apesar do indicador de aceitação captar o conteúdo do conceito subjacente, acredita-se que a literatura deva dar mais atenção à sistematização do conceito de Aceitação da Corrupção antes de partir para mensurações da dimensão do fenômeno. Apesar de certa coerência na apresentação do conceito de aceitação entre os trabalhos que mobilizam a dimensão, a bibliografia que trata do assunto se atém pouco ao conceito.

Algumas observações podem ser feitas sobre a interpretação do conteúdo operacionalizado. O fato de tratar as práticas como corruptas não significa que os entrevistados façam o mesmo. O conteúdo das questões sempre deve estar sujeito ao efeito da desejabilidade social, o que pode significar que a medida capta muito do “clima de opinião” sobre o tema em detrimento de uma preferência individual.

Existem evidências de que um dos indicadores observáveis diverge de outros indicadores que mensuram dimensões diferentes do fenômeno da aceitação. Por outro lado, evidências de validação convergente não foram encontradas.

A clara limitação dos dados pode evidenciar que os resultados de validação convergente e divergente devem ser avaliados com ressalvas. Mas os resultados da validação divergente são relevantes. Encontra-se que indicadores alternativos, os quais utilizam cenários para exemplificar uma situação de quebra de conduta, são mal correlacionados aos itens “aceitar propina” e “sonegar impostos” (indicadores observáveis da medida de aceitação). A evidência de rejeição da hipótese de validade convergente pode indicar um possível traço da carga de desejabilidade social que os itens carregam. Os indicadores alternativos que apresentam cenários não se relacionam bem com os indicadores de “oferecer propina” e “sonegar impostos”. O fato pode ser um indicativo de que os cenários descritos no momento da pergunta atenuam o desejo social de adesão à valores e normas compartilhadas em vista de uma situação de necessidade.

Por sua vez, a medida de aceitação se relaciona parcialmente com outros constructos envolvidos em uma relação causal com o fenômeno da tolerância à corrupção. Valores democráticos e pós-materialistas foram significativos para explicar a variação no nível de aceitação. Entretanto considera-se que a validação nomológica deva ser replicada comparando o resultado de indicadores alternativos de uma mesma base de dados, o que ainda não é possível.

De outra forma também foi evidenciado que o conceito de corrupção pode variar segundo aspectos particulares de um contexto ou de uma população. Para o caso do Brasil pode-se dizer que diferenças macrorregionais, de entrevistados que vivem em zonas rurais contra aqueles que vivem em capitais, além da frequência de acesso à jornais e à internet para ler notícias aumentam as chances dos entrevistados de considerarem uma determinada prática como corrupta. A luz dos achados de Catterberg et al (2013) diferenças na conceituação de práticas pelos entrevistados também gera efeitos sobre o potencial da desejabilidade social.

Inclui-se à análise a possibilidade de que o acesso ao fluxo de informações sobre o tema da corrupção, principalmente quando feito por jornais e pela internet, podem afetar a forma como os entrevistados julgam as práticas de quebra de normas sociais. A mídia vincula discursos e emite juízos de valores os quais podem influenciar o debate público e, por conseguinte, a força que determinada norma de conduta possa ter. Este argumento vai de encontro ao conceito de desejo social, quanto mais exposto ao conteúdo midiático mais chances o entrevistado possui de ser afetado pela desejabilidade social, quando o tema tem um forte apelo moral, como é o caso da corrupção.

A análise de validade não levantou repostas muito conclusivas por conta das limitações de informações. Todavia tem-se evidências para rejeitar os critérios de confiabilidade da medida de aceitação.

Os testes de consistência interna através de análise fatorial confirmatória, para medida no caso brasileiro na rodada de 2006, ficaram abaixo de limites aceitáveis. Ainda que com várias limitações, percebe-se que, ao longo do tempo, a consistência interna da medida de aceitação sofre variações. O total da variância explicada do fator subjacente oscila especialmente para a série do México e Argentina. Este achado está em consonância com as preocupações de Converse (1964) sobre os possíveis problemas de “não-atitude”, ademais a variação da taxa de “não-respostas”,

especialmente para o caso do México, pode contribuir para inconsistência dos indicadores observáveis longo do tempo.

Ainda que a consistência das medidas varie muito ao longo do tempo existe um aspecto em comum a todos os períodos considerando os contextos de Argentina, Chile e México. O indicador observável que mede a tolerância em “receber benefícios do governo sem que se tenha direito a eles” é o item que menor correlação linear aos demais e apresenta baixa correlação inter-item aos fatores subjacentes. Conforme apresentado na análise descritiva, o item “receber benefícios” é também o indicador que apresenta maior percentual de “não-resposta”. As tabelas que apresentam os resultados completos das estimações das cargas fatoriais revelam que, exceto para o caso do Brasil, o item “benefícios” é o que possui menores cargas fatoriais e menores comunalidades. No caso brasileiro o item que parece mais se distanciar do constructo subjacente é “Propina”.

Apesar das limitações da análise, pondera-se que a medida de aceitação da corrupção pode não possuir consistência interna entre os indicadores observáveis, e ainda, critérios de validade devem ser novamente avaliados com a disponibilidade de indicadores alternativos em uma mesma base de dados. Ainda que preliminares, os resultados podem sugerir cautela na utilização da medida de aceitação para determinar relações de causa efeito, especialmente em análises comparadas. O efeito de desejabilidade social pode estar vinculado ao “clima de opinião” próprio de cada contexto. Portanto ainda que sistemático, viés de desejabilidade social deve variar em análises comparadas. Os outros erros, possivelmente vinculados às taxas de “não-resposta” podem comprometer a consistência interna dos indicadores, especialmente se analisados a correlação inter-item do indicador de aceitação ao suporno (propina) e os demais indicadores observáveis. Quanto à escala de respostas, por um lado a escala contínua não pode captar se a atitude em questão é considerada corrupta ou não, por outro, agrega amplitude às respostas dos entrevistados.

Referências Bibliográficas

Abbink, K., Irlenbusch, B. & Renner, E. . An Experimental Bribery Game. *Journal of Law, Economics, and Organization* 18(2): 428-454, 2002

Adcock, Robert and Collier, David. “Measurement Validity: A shared Standard for Qualitative and Quantitative Research. *American Political Science Review* 95:3 529-54, 2001

Almond, G.; Verba, S.. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1989

Armantier, O. e Boly, A. Can Corruption Be Studied in the Lab? Comparing a Field and a Lab Experiment. AFDB – 2008. Disponível em <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Knowledge/30754246-EN-3.1.3-BOLY-CAN-CORRUPTION-BE-STUDIED-IN-THE-LAB-BOLY-AUGUST-08.PDF>

Bertrand, M., and S. Mullainathan. 2001 “Do People Mean What They Say? Implications for Subjective Survey Data,” *American Economic Review (P & P)* 91(2), 67-72, 2001

Bishop, George F.; Tuchfarber, Alfred J.; and Olendick, Robert W.: 1986. "Opinions on Fictitious Issues: The Pressure to Answer Survey Questions," *Public Opinion Quarterly* Vol. 50, No. 2 (Summer): 240-50, 1986

Bradburn, N.M.. “Response Effects,” *in*: Rossi, P.H., J.D. Wright, and A.B. Anderson (eds): *Handbook of Survey Research*, Academic Press, NY, 1983

BOLLEN, K. A. *Structural Equations with Latent Variables*. Wiley Series in Probability and Mathematical Statistics. Nova York: Wiley, 1989.

BROWN, T. A., *Confirmatory Factor Analysis for Applied Research*. New York, Guilford Press, 2006.

BYRNE, B. M. *Structural equation modeling with AMOS: basic concepts, applications, and programming*. 2nd ed. New York: Routledge, 2009.

Carmines, Edward G., and James A. Stimson.. “The Two Faces of Issue Voting.” *American Political Science Review* 79:78–91, 1980

Catterberg, Gabriela y Alejandro Moreno, “Confianza interpersonal, intereses privados y corrupción en América Latina: las experiencias de Argentina y México”, em M. Braun y C. Straw, *Opinión Pública: una mirada desde América Latina*, Buenos Aires, Emecé, 2009

Catterberg, G., Moreno, A. e Zuasnábar. ¿Qué miden las encuestas sobre corrupción en América Latina? Evidencias de Argentina, México y Uruguay. *Revista Legislativa de Estudios Sociales y de Opinión Pública*, vol. 6, núm. 11, ene-jun. 2013, pp. 87-106. 2013

COSTELLO, A. B; OSBORNE, J. W. “Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis.” *Practical Assessment Research & Evaluation*, 10, 7, 13-24, 2005.

DeVellis, R. F.. *Scale development: Theory and applications* . Newbury Park, CA: SAGE Publications, 1991

Dobel, J. P.. The corruption of a state. *The American Political Science Review*, 72:958-73, 1976.

Filgueiras, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FILGUEIRAS, Fernando. A Corrupção na Política: Perspectivas Teóricas e Metodológicas. **Cadernos Cedes - IUPER**, v. 5, 2006.

Frank, B. & Schulze, G. G. Does Economics Make Citizens Corrupt? *Journal of Economic Behavior & Organization* 43(1): 101-113. - 2000.

Freiberg Hoffmann, A., Stover, J. B., de la Iglesia, G. y Fernández Liporace, M. . Correlaciones policóricas y tetracóricas en estudios factoriales exploratorios y confirmatorios. *Ciencias Psicológicas VII (2)*: 151 – 164, 2013

FURNHAM, A. Response bias, social desirability and dissimulation. *Personality and Individual Differences*, 7, 385 - 400. 198, 1986.

FREITAS, A. L. P., RODRIGUES, S. G. A avaliação da confiabilidade de questionário: uma análise utilizando o coeficiente alfa de Cronbach. XII SIMPEP – Bauru-SP, 2005

Galtung, Johan and Mari Holmboe Ruge.. The Structure of Foreign News. Source: Journal of Peace Research, 2 (1) pp. 64-91, 1965

Guimarães, Juarez. *Interesse Público*. In: Avritzer, Leonardo; Bignotto, Newton; 2008

Guimarães, Juarez; Starling, Heloísa. (Org.). *Corrupção: ensaios e crítica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2013

JARVIS, C. B.; MACKENZIE, S. B.; PODSAKOFF, P. M. A critical review of construct indicators and measurement model misspecification in Marketing and Consumer Research. *Journal of Consumer Research*, v.30, n.2, p.199-218, Set. 2003.

John B.; Hardee, Betty B.; and Batts, Valerie:. "Has Racism Declined in America? It Depends on Who is Asking and What is Asked," *The Journal of Conflict Resolution*, Vol. 25, No. 4 (December): pp. 563-579, 1981.

Heidenheimer, Arnold. *Political Corruption. Readings In Comparative Analyses*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1979

HORA, H. R. M.; MONTEIRO, G. T. R.; ARICA, J. Confiabilidade em Questionários para Qualidade: Um estudo com o Coeficiente Alfa de Cronbach. *Produto & Produção*, v.11, n.2, p.85-103, 2010.

Huntington, Samuel P.. *Modernização e corrupção*. In: A ordem política nas sociedades em mudança. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1975.

Jain, A. K. Corruption: A Review. *Journal of Economic Surveys*,2001

Kauffman, D. Corruption: the Facts Foreing Policy, 1997.

King, Gary; Robert, Keohane and Sidney Verba. *Desinnig Social Inquiry*. Princeton University Press, . 1994

La Porta, R., Lopez de Silanes, Shleifer, a. & Vishny, R. W.. The Quality of Government. *Journal of Law, Economics, and Organization*. Oxford, v. 15, n. 1, p. 222-279, 1999

Lambsdorff, Johann Graf.. Causes and Consequences of Corruption: What Do We Know from a Cross-Section of Countries? In: *International Handbook on The Economics of Corruption*.Ed. Susan Rose-Ackerman. Edward Elgar Publishing, 2006

Lee, W. e Guven, C.. Engaging in Corruption:The Influence of Cultural Values and Contagion Effects at the Micro Level - Discussion Paper Series No.7685 – October, 2013.

Mauro, Paolo. Os efeitos da corrupção sobre crescimento, investimentos e gastos do governo: uma análise de países representativos. In: Elliot, Kinberly Ann (Org.). *A corrupção e a economia global*. Brasília: Ed. da UnB, 2002

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald.. "The Agenda Setting Function of Mass Media." *In Public Opinion Quarterly*. – Vol 36(2)", University of Chicago Press, 1972

Moreno, Alejandro. "Corruption and Democracy: A Cultural Assesment", *Comparative Sociology*, vol. I, num. 3-4, pp. 495-507, 2002

Myrdal, Gunnar.. *Objectivity in Social Research*. New York: Pantheon Books, 1969

Nisbett, R. E., and T. D. Wilson. "Telling More Than We Can Know: Verbal Reports on Mental Processes," *Psychological Review* 84(3), 231-259, 1977

Noelle-Neumann, E. *The Spiral of Silence: Public Opinion, Our ition*, Chicago: University of Chicago Press. N Social Skin, 2nd ed, 1993

Nunnally, J. C., & Bernstein, I. . *Psychometric theory*. New York: McGraw-Hill, 1994

Olken, B.A.. "Corruption Perceptions vs. Corruption Reality," *Journal of Public Economics* 93(7-8), 950-964, 2009.

O'Neill, Harry W.: "Response Style Influence in Public Opinion Surveys," *Public Opinion Quarterly* Vol. 31, No. 1 (Spring): 95-102.

Peters, J. G. & Welch, S. Political corruption in America: a search for definitions and a theory. *The American Political Science Review*, 72:974-84, 1967.

PETERSON, R. A. A meta-analysis of Cronbach's coefficient alfa, *Journal of Consumer Research*; ABI/INFORM Global, Set 1994

Phillips, Derek L. and Clancy, Kevin J.: "Some Effects of 'Social Desirability' in Survey Studies," *American Journal of Sociology* Vol. 77, No. 5 (March): 921-40, 1972.

Presser, Stanley and Stinson, Linda.: "Data Collection Mode and Social Desirability Bias in Self-Reported Religious Attendance," *American Sociological Review* Vol. 63, No. 1 (February), pp. 137-145, 1998.

Treisman, Daniel.. What Have We Learned About the Causes of Corruption from Ten Years of Cross-National Empirical Research. *Annual Review of Political Science*, Vol. 10, pp. 211-244, 1978

Rose-ackerman, Susan. *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

Sartori, Giovanni.. Conception Misinformation in comparative Politics. *American Political Science Review*. 64:4 1033-53, 1970

Seligson, M. A.. The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries, *Journal of Politics*, 64: p. 408-433, 2002

Speck, B.W. "Mensurando a corrupção: uma revisão de dados provenientes de pesquisas empíricas". In: *Fundação Konrad-Adenauer*. Op. cit. p.9-45, 2000.

Shamir.J and Shamir. M. *The Anatomy of Public Opinion* By. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000

SHULTZ, K.; CHAVEZ, D. The reliability and structure of a social desirability scale in English and in Spanish. *Educational and Psychological Measurement* , 54, 935 - 940. 1994

TELLES, Helcimara; FRAIHA, P e LOPES, N. Percepção da Corrupção nos Media e conduta Política em Eleições Municipais. In: *Anais do Séptimo Encontro Alacip*. Bogotá, 2013

TELLES, H., FRAIHA, P.S., LOPES, N. Meios de Comunicação, corrupção e redes sociais nas eleições para prefeito no Brasil. *II Congresso Internacional en Comunicaci6n*

Política y Estrategias de Campaña: liderazgo y comunicación política Toluca (México), 3, 4 y 5 de octubre de 2013

Tuchman, G.. *Making News: A study in the construction of reality*. New York: Free Press, 1978

TUCKER, L. R; LEWIS, C. A reliability coefficient for maximum likelihood factor analysis. *Psychometrika*, California, v. 38, n. 1, p. 1-10, 1973.

Ullman, J.B. . *Structural equation modeling*. In B.G. Tabachnick & L.S. Fidell (Eds.), *Using multivariate statistics* (pp. 653-771). Boston: Ally & Bacon, 2001

Weisberg, Herbert F.: *The Total Survey Error Approach*. Chicago: University of Chicago Press, 2005

Zaller, John: *The Nature and Origins of Mass Opinion*. New York: Cambridge University Press, 1992.

Anexo

Análise Fatorial confirmatória Indicador de Aceitação da Corrupção – WVS 2006 Brasil

Modelo de equações estruturais

Número de observações = 1452

	Coef.		z	P>z	[95% Interva. Conf]	
	Padronizado	Err. Padrão				
impostos_2006 <-						
ITC_2006	0,6026983	0,0283802	21,2	0,000	0,547074	0,658323
_cons	1,205896	0,0344885	35	0,000	1,1383	1,273492
propina_2006 <-						
ITC_2006	0,4900782	0,0289157	17	0,000	0,433405	0,546752
_cons	1,01121	0,0322618	31,3	0,000	0,947979	1,074442
transporte_2006 <-						
ITC_2006	0,549039	0,0280448	19,6	0,000	0,494072	0,604006
_cons	1,281932	0,0354203	36,2	0,000	1,21251	1,351355
beneficio_2006 <-						
ITC_2006	0,6045358	0,0286971	21,1	0	0,548291	0,660781
_cons	1,124393	0,0335269	33,5	0	1,058681	1,190104
Variança						
e.impostos_2006	0,6367548	0,0342094			0,573115	0,707461
e.propina_2006	0,7598233	0,0283419			0,706256	0,817453
e.transporte_2006	0,6985562	0,0307954			0,640732	0,761598
e.beneficio_2006	0,6345365	0,0346968			0,570049	0,706319
ITC_2006	1	.			.	.

LR test of model vs. saturated: $\chi^2(2) = 45,97$, Prob > $\chi^2 = 0,0000$

Variância predita

Variáveis dependentes	Ajustado	Predito	Resíduo	R-quadrado	mc	mc2
imposto~2006	9,090	3,302	5,788	0,363	0,603	0,363
propina_2006	3,314	0,796	2,518	0,240	0,490	0,240
transpo~2006	9,476	2,857	6,620	0,301	0,549	0,301
benefic~2006	5,904	2,158	3,746	0,365	0,605	0,365
overall				0,654		

Estadística de ajuste AFC – WVS 2006 Brasil

Estadística	Valor
chi2_ms(2)	45,974
p > chi2	0
chi2_bs(6)	738,561
p > chi2	0
RMSEA	0,123
AIC	26601,913
BIC	26665,281
CFI	0,94
TLI	0,82
SRMR	0,033
CD	0,654

SSI	SEV	CR	AVE
5,0461	2,7297	0,6490	0,3176

Análise Fatorial confirmatória Indicador de Aceitação da Corrupção – WVS 2014 Brasil

	Coef. Padronizado	Err. Padrão	z	P>z	[95% Interva. Conf]	
impostos_2014 <-						
ITC_2014	0,604865	0,0253119	23,9	0,000	0,555255	0,654475
_cons	0,9418537	0,0316397	29,77	0,000	0,879841	1,003866
propina_2014 <-						
ITC_2014	0,5641122	0,025973	21,72	0,000	0,513206	0,615018
_cons	0,9453754	0,0316761	29,85	0,000	0,883291	1,007459
transporte_2014 <-						
ITC_2014	0,6171084	0,0252004	24,49	0,000	0,567717	0,6665
_cons	1,024279	0,0325156	31,5	0,000	0,96055	1,088009
beneficio_2014 <-						
ITC_2014	0,5740932	0,0258255	22,23	0	0,523476	0,62471
_cons	0,9216311	0,0314325	29,32	0	0,860025	0,983238
Variança						
e.impostos_2014	0,6341384	0,0306206			0,576876	0,697085
e.propina_2014	0,6817774	0,0293034			0,626696	0,7417
e.transporte_2014	0,6191773	0,0311027			0,561122	0,683239
e.beneficio_2014	0,670417	0,0296525			0,614747	0,731128
ITC_2014	1

LR test of model vs. saturated: chi2(2) = 10,82, Prob > chi2 = 0,0045

Variáveis dependentes	Ajustado	Predito	Resíduo	R-quadrado	mc	mc2
imposto~2014	7,418	2,714	4,704	0,366	0,605	0,366
propina_2014	2,662	0,847	1,815	0,318	0,564	0,318
transpo~2014	9,788	3,728	6,061	0,381	0,617	0,381
benefício~2014	6,065	1,999	4,066	0,330	0,574	0,330
overall				0,683		

Estatística de ajuste AFC – WVS 2014 Brasil

Estatística	Valor
chi2_ms(2)	10,815
p > chi2	0,004
chi2_bs(6)	833,108
p > chi2	0
RMSEA	0,055
AIC	25760,52
BIC	25823,8
CFI	0,989
TLI	0,968
SRMR	0,015
CD	0,683

SSI	SEV	CR	AVE
5,570444	2,60551	0,68132	0,348623

Teste de hipótese de que as médias do ITC2006 são todas iguais para as categorias de idade.

Teste de Bartlett's para variâncias iguais : $\chi^2(65) = 92,3582$ Prob> $\chi^2 = 0,014$
--

Regressão multinomial

É corrupto e deve ser castigado				
Cenário1	RRR	Err.Padrão	z	P>z
Macro Região				
Sudeste	1(ref.)			
Sul	1,877	0,544	2,17	0,03
Centro-Oeste	0,608	0,249	-1,21	0,225
Nordeste	2,006	0,544	2,57	0,01
Norte	0,534	0,274	-1,22	0,221
Tamanho da cidade				
Capital	1 (ref.)			
Cidade grande	0,636	0,201	-1,43	0,152
Cidade mediana	0,715	0,242	-0,99	0,322
Cidade pequena	0,868	0,284	-0,43	0,666
Área rural	0,420	0,144	-2,52	0,012
Gênero	0,921	0,190	-0,4	0,689
Idade				
16 a 31	1 (ref.)			
31 a 40	0,708	0,200	-1,22	0,222
41 a 50	0,802	0,253	-0,7	0,484
51 a 65	1,425	0,458	1,1	0,271
Acima de 65	1,406	0,563	0,85	0,396
Escolaridade				
Não sabe ler ou escrever	1 (ref.)			
Primário completo/imcompleto	0,749	0,329	-0,66	0,511
Fundamenta complo/incompleto	0,968	0,455	-0,07	0,945
Ens. Médio completo/incompleto	0,966	0,462	-0,07	0,943
Sueprior completo/incompleto	1,451	0,888	0,61	0,543
Situação financeira pessoal				
Não é suficiente, gera muita dificuldades	1 (ref.)			
Não é suficiente, gera dificuldades	1,177	0,347	0,55	0,581
É suficiente, não gera grandes dificuldades	1,483	0,466	1,25	0,21
Sobra, dá para economizar/poupar	1,351	0,662	0,61	0,54
Confiança interpessoal	0,982	0,408	-0,04	0,966
Situação Econômica do País				
Ótima	1 (ref.)			
Boa	1,630	0,653	1,22	0,223
Nem Boa nem má	1,269	0,360	0,84	0,401
Má	1,983	0,751	1,81	0,071
Péssima	1,371	0,885	0,49	0,625
Líder Forte (concorda – ref)	0,562	0,140	-2,31	0,021
Utilizou serviços médicos públicos	0,698	0,150	-1,68	0,093
Assiste às notícias na televisão todos os dias	1,139	0,270	0,55	0,581
Escuta notícias no rádio todos os dias	0,743	0,153	-1,44	0,149
Lê as notícias nos jornais todos os dias	2,818	0,980	2,98	0,003
Lê ou escuta as notícias via internet todos os dias	1,748	0,546	1,79	0,074

É corrupto mas se justifica				
Cenário1	RRR	Err.Padrão	z	RRR
Macro Região				
Sul	0,622	0,192	-1,54	0,124
Centro-Oeste	0,877	0,349	-0,33	0,742
Nordeste	1,061	0,290	0,22	0,827
Norte	1,442	0,653	0,81	0,419
Tamanho da cidade				
Cidade grande	0,584	0,186	-1,69	0,092
Cidade mediana	0,650	0,221	-1,27	0,204
Cidade pequena	0,638	0,212	-1,35	0,177
Área rural	0,614	0,209	-1,43	0,152
Gênero	1,032	0,215	0,15	0,878
Idade				
31 a 40	0,565	0,158	-2,05	0,041
41 a 50	0,509	0,161	-2,13	0,033
51 a 65	0,821	0,265	-0,61	0,54
Acima de 65	0,674	0,279	-0,95	0,34
Escolaridade				
Primário completo/imcompleto	1,066	0,506	0,13	0,893
Fundamenta complo/incompleto	1,719	0,863	1,08	0,281
Ens. Médio completo/incompleto	1,525	0,778	0,83	0,409
Superior completo/incompleto	2,161	1,381	1,21	0,228
Situação financeira pessoal				
Não é suficiente, gera dificuldades	1,185	0,355	0,57	0,569
É suficiente, não gera grandes dificuldades	1,456	0,463	1,18	0,238
Sobra, dá para economizar/poupar	1,348	0,668	0,6	0,547
Confiança interpessoal	0,358	0,168	-2,19	0,029
Situação Econômica do País				
Boa	3,118	1,253	2,83	0,005
Nem Boa nem má	1,801	0,531	2,06	0,046
Má	3,338	1,295	3,11	0,002
Péssima	1,260	0,853	0,34	0,732
Líder Forte	0,537	0,136	-2,45	0,014
Utilizou serviços médicos públicos	0,852	0,185	-0,74	0,46
Assiste às notícias na televisão todos os dias	1,188	0,283	0,72	0,469
Escuta notícias no rádio todos os dias	0,764	0,158	-1,3	0,194
Lê as notícias nos jornais todos os dias	2,150	0,758	2,17	0,03
Lê ou escuta as notícias via internet todos os dias	1,187	0,374	0,54	0,586